
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**TECNOLOGIAS DIGITAIS, MODULAÇÃO E POLÍTICAS DE SUBJETIVAÇÃO:
EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS ENTRE TELAS, CRIANÇAS E EDUCAÇÃO**

ANA LUCIA PENTEADO BRANDÃO PRADO

**Rio Claro – SP
2026**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**TECNOLOGIAS DIGITAIS, MODULAÇÃO E POLÍTICAS DE SUBJETIVAÇÃO:
EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS ENTRE TELAS, CRIANÇAS E EDUCAÇÃO**

ANA LUCIA PENTEADO BRANDÃO PRADO

Tese apresentada ao Instituto de Biotecnologia do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Dr. César Donizetti Pereira Leite

**Rio Claro – SP
2026**

P896t

Prado, Ana Lucia Penteado Brandão

Tecnologias digitais, modulação e políticas de subjetivação: :
experiências cotidianas entre telas, crianças e educação / Ana Lucia
Penteado Brandão Prado. -- Rio Claro, 2026

181 p. : fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientador: César Donizetti Pereira Leite

1. Tecnologias digitais. 2. Modulação digital. 3. Biopolítica. 4.
Educação. 5. Educação de crianças. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: TECNOLOGIAS DIGITAIS, MODULAÇÃO E POLÍTICAS DE SUBJETIVAÇÃO:
EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS ENTRE TELAS, CRIANÇAS E EDUCAÇÃO

AUTORA: ANA LUCIA PENTEADO BRANDÃO PRADO

ORIENTADOR: CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Educação,
pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE**
Data: 22/04/2026 12:02:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE (Participação Presencial)
Departamento de Educação / UNESP / Câmpus de Rio Claro - IB

Assinado por: **FERNANDO ILÍDIO DA SILVA
FERREIRA**
Num. de Identificação: 05808425

Prof. Dr. FERNANDO ILÍDIO DA SILVA FERREIRA (Participação Virtual)
Instituto de Educação / Universidade do Minho - Portugal

Documento assinado digitalmente
 **GIOVANI CAMMAROTA GOMES**
Data: 22/05/2026 18:36:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. GIOVANI CAMMAROTA GOMES (Participação Virtual)
Núcleo de Educação em Ciência, Matemática e Tecnologia - NEC/UFJF - Faculdade de Educação /
Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL CHRISTOFOLETTI**
Data: 21/05/2026 18:04:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. RAFAEL CHRISTOFOLETTI (Participação Virtual)
Departamento de Ciências da Educação / Universidade Federal de Rondônia - Campus de Porto
Velho / RO

Documento assinado digitalmente
 **ROGER MIARKA**
Data: 25/05/2026 13:08:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. ROGER MIARKA (Participação Presencial)
Departamento de Matemática / UNESP / Câmpus de Rio Claro - IGCE

Rio Claro, 26 de março de 2026.

Impacto potencial desta pesquisa

Esta pesquisa busca contribuir para a ampliação das reflexões acerca das relações entre tecnologias digitais, infância, educação e modos contemporâneos de subjetivação. Ao problematizar como as telas, os algoritmos e as inteligências artificiais atravessam a vida cotidiana e participam da produção de desejos, sensibilidades, ritmos e formas de existência, a tese pretende colaborar para a construção de olhares mais atentos e críticos sobre os efeitos das tecnologias digitais na contemporaneidade.

No campo educacional, a pesquisa poderá auxiliar professores, pesquisadores, estudantes e instituições de ensino a pensarem as experiências das crianças para além de perspectivas exclusivamente instrumentais ou moralizantes sobre o uso das tecnologias, reconhecendo as múltiplas formas pelas quais as infâncias são atravessadas pelas redes digitais e pelos processos de modulação contemporâneos. Ao acompanhar experiências produzidas entre crianças, escola, cotidiano e tecnologias, o estudo também busca fortalecer discussões sobre educação, experiência, escuta sensível e produção de outros modos de viver e aprender.

Ao mesmo tempo, ao evidenciar que os processos de modulação não ocorrem sem fissuras, deslocamentos e possibilidades de invenção, esta pesquisa contribui para reflexões sobre práticas educativas mais sensíveis às singularidades das infâncias e aos desafios éticos, sociais e culturais do tempo presente. Nesse sentido, dialoga especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à Educação de Qualidade (ODS 4) e à Saúde e Bem-Estar (ODS 3), ao propor discussões sobre formação humana, experiência, convivência e relações contemporâneas mediadas pelas tecnologias digitais.

Potential impact of this research

This research seeks to contribute to the expansion of reflections on the relationships between digital technologies, childhood, education, and contemporary modes of subjectivation. By problematizing how screens, algorithms, and artificial intelligences permeate everyday life and participate in the production of desires, sensibilities, rhythms, and forms of existence, the thesis intends to foster more attentive and critical perspectives on the effects of digital technologies in contemporary society.

In the educational field, this research may support teachers, researchers, students, and educational institutions in thinking about children's experiences beyond exclusively instrumental or moralizing perspectives regarding the use of technologies, recognizing the multiple ways in which childhoods are traversed by digital networks and contemporary modulation processes. By following experiences produced among children, school, everyday life, and technologies, the study also seeks to strengthen discussions on education, experience, sensitive listening, and the production of other ways of living and learning.

At the same time, by highlighting that modulation processes do not occur without fissures, displacements, and possibilities of invention, this research contributes to reflections on educational practices that are more sensitive to the singularities of childhoods and to the ethical, social, and cultural challenges of the present time. In this sense, it especially dialogues with the Sustainable Development Goals related to Quality Education (SDG 4) and Good Health and Well-being (SDG 3), by proposing discussions on human formation, experience, coexistence, and contemporary relationships mediated by digital technologies.

*Aos meus pais, Vera Lúcia e José Luis (in memoriam),
por sempre me incentivarem a voar alto.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Luis (*in memoriam*) e Vera Lucia, pelo incentivo e apoio em tudo, desde sempre.

Ao meu querido orientador, Professor Dr. César Donizetti Pereira Leite, por ser sempre tão generoso, me permitir escolher o percurso e, ainda assim, não deixar de caminhar ao meu lado.

À minha filha Helena, pela inspiração no início e ao longo de toda essa jornada.

Ao meu marido Jô, por ser meu grande parceiro de vida, em tudo.

Às crianças, pelas partilhas e experiências.

Aos colegas do Grupo IM@GO, por todas as conversas, trocas e pensamentos...

Aos professores membros da banca examinadora, pela disponibilidade em participar e contribuírem com este momento tão importante.

À direção, coordenação e funcionários da Escola Municipal Antônio Boldrin, por sempre me receberem de coração aberto.

Aos pais e às crianças do Centro Equestre Primavera, pelas trocas e pelas possibilidades de pensamentos outros.

À UNESP, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Rio Claro, e a todos os seus docentes e funcionários.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Esta tese investiga as relações entre tecnologias digitais, modulação e políticas de subjetivação no contexto contemporâneo, acompanhando experiências que se produzem no encontro entre telas, crianças e educação. A partir da Pesquisa como Experiência, assume a escrita em ensaios e, com contribuições de Michel Foucault e Gilles Deleuze, problematiza como o capitalismo, articulado às tecnologias digitais, opera pela produção de modos de vida, desejos e sensibilidades. As telas deixam de ser meras ferramentas e passam a constituir dispositivos que organizam ritmos, afetos e formas de relação, modulando escolhas que se apresentam como livres. Os ensaios transitam entre experiências cotidianas, produções realizadas com crianças na escola e em lugares outros, e reflexões sobre inteligências artificiais e algoritmos, evidenciando como a modulação se infiltra na vida cotidiana. Ao mesmo tempo, acompanham-se fissuras e deslocamentos que tensionam esses processos. Ao ampliar o foco da infância para um campo mais vasto de forças que atravessam sujeitos e instituições, a tese sustenta que as tecnologias digitais participam de políticas contemporâneas de subjetivação, ao mesmo tempo em que mantém aberta a possibilidade de invenção no interior dessas tramas.

Palavras-chave: tecnologias digitais; modulação; subjetivação; biopolítica; educação.

Abstract

This thesis investigates the relationships between digital technologies, modulation, and politics of subjectivation in the contemporary context, following experiences that are produced in the encounter between screens, children, and education. Based on Research as Experience, it adopts essay writing and, drawing on the contributions of Michel Foucault and Gilles Deleuze, problematizes how capitalism, articulated with digital technologies, operates through the production of ways of life, desires, and sensibilities. Screens cease to be mere tools and come to constitute devices that organize rhythms, affects, and forms of relation, modulating choices that present themselves as free. The essays move between everyday experiences, productions carried out with children at school and in other places, and reflections on artificial intelligences and algorithms, highlighting how modulation infiltrates everyday life. At the same time, fissures and displacements that tension these processes are traced. By broadening the focus from childhood to a wider field of forces that traverse subjects and institutions, the thesis argues that digital technologies participate in contemporary politics of subjectivation, while keeping open the possibility of invention within these networks.

Keywords: digital technologies; modulation; subjectivation; biopolitics; education.



SUMÁRIO

1. PRIMEIRO ENSAIO: OS CAMINHOS ME TROUXERAM ATÉ AQUI.....	14
1.1 O que já foi traçado.....	18
1.2 O percurso da Pesquisa como Experiência.....	22
1.3 Um deslocamento entre pensadores.....	24
2. SEGUNDO ENSAIO: BOM DIA, LUZIA!.....	36
2.1 Das telas à vida: a normalização das interações com a Inteligência Artificial.....	39
2.2 A formação de subjetividades a partir das redes sociais.....	48
2.3 Das imagens nas redes sociais: entre registro, performance e modulação.....	50
2.4 Quando escolher não é exatamente uma escolha: consumo, modulação e a formação dos desejos nas redes sociais.....	55
3. TERCEIRO ENSAIO: WAZE, TELEFONE, MINHA CASA.....	63
3.1 Entre caminhos e escolhas: quando as inteligências artificiais ditam percursos e privam do acaso.....	66
3.2 A modulação dos percursos e o direcionamento algorítmico nas redes sociais.....	70
3.3 Caminhar apesar dos caminhos: as possíveis fissuras através da inteligência artificial.....	76
4. QUARTO ENSAIO: CINCO ANOS E UMA PANDEMIA DEPOIS.....	82
4.1 Um novo caminho na escola.....	85
5. QUINTO ENSAIO: UM CAFÉ DA MANHÃ: A TECNOLOGIA COMO CONEXÃO.....	94
5.1 Presença e mediação: transformações da experiência no cotidiano digital.....	97
5.2 Entre otimização e captura: a experiência do tempo nas telas.....	100
6. SEXTO ENSAIO: LABIRINTITE: A VIDA VIVIDA NO 2X.....	113
6.1 A vida acelera e exige mais; o corpo colapsa e pede pausa.....	116
6.2 Entre Cronos e Kairós: existem outras formas de viver o tempo?.....	120

7. SÉTIMO ENSAIO: QUEM FALA ENQUANTO EU ESCREVO? AUTORIA, EXPERIÊNCIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ERA DA REPRODUTIBILIDADE DIGITAL.....	133
7.1 Entre a repetição e a aura: meu encontro com a Mona Lisa.....	136
7.2 Da reprodução da obra à circulação das imagens nas redes sociais.....	142
8. OITAVO ENSAIO: ENTRE O ONTEM E O AGORA: UMA ESCOLA QUE ACONTECE NAS BORDAS.....	149
8.1 Um descompasso: a mesma escola para outras infâncias.....	152
8.2 Era uma vez uma escola.....	159
9. NONO ENSAIO: CEP KIDS: NATUREZA, ARTE E MOVIMENTO COMO ABERTURA PARA UMA PESQUISA QUE CONTINUA.....	166
9.1 Experimentações possíveis entre crianças e cavalos.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181



Primeiro Ensaio:

Os caminhos que me trouxeram até aqui.



“Escrever nem uma coisa, nem outra
— A fim de dizer todas —
Ou, pelo menos, nenhuma.
Assim, Ao poeta faz bem desexplicar
— Tanto quanto escurecer acende os vaga-lumes”.

— Manoel de Barros, *Poesia Completa*, 2013.



1.1 O que já foi traçado

Esta é uma pesquisa de doutorado que parte de algum lugar que não é propriamente um início, mas também não se limita a uma continuação. Enquanto finalizava minha dissertação de mestrado, há 4 anos, notava que, ao longo do percurso com aquela pesquisa, algumas questões e pensamentos haviam ficado soltos. Não que tivesse intenção de encontrar respostas definitivas, mas percebi que havia chegado até ali com interrogações que me convidavam a seguir caminhando e buscando. Além disso, não era só a pesquisa de mestrado que me impelia a seguir, mas também inúmeros fragmentos que colhi ao longo das minhas experiências e que teciam uma colcha de retalhos que pedia para continuar a crescer. Eram vivências e memórias de uma criança que se aproximou, desde cedo da escrita, aprendizados de uma jovem que estive na faculdade de comunicação social, angústias de uma mãe que se incomodou com o desejo de consumo excessivo – midiático e material - da filha pequena, pretensões de uma pós-graduada que viu no trabalho final de sua especialização a possibilidade de pensar mais sobre questões que lhe perturbavam, e indagações da recém-titulada pedagoga e mestre em Educação, que sentia necessidade de reunir os retalhos dessas experiências e compor com eles uma trama que articulasse educação, infâncias e telas como um campo de investigação em permanente construção.

Nascia, então, um projeto de pesquisa de doutorado que, ao transitar entre as áreas da Educação e da Comunicação, tinha como objetivo inicial explorar elementos para pensar o controle e a modulação da infância pelo capitalismo a partir das tecnologias midiáticas, ou, posto de forma mais direta, de que forma o capitalismo moldava as crianças que estavam cada vez mais diante das telas.

Esse movimento investigativo, no entanto, não se constituía de forma isolada. Ele se vinculava a um percurso formativo e profissional marcado por deslocamentos entre áreas, experiências e inquietações que, aos poucos, foram se articulando. Antes de assumir a forma de um projeto de pesquisa de doutorado, as questões que atravessavam infância, mídia e capitalismo já me marcavam de maneira fragmentada, em interesses, vivências e escolhas acadêmicas que, posteriormente, passaram a compor os fios a partir dos quais a pesquisa pôde começar a ser tecida.

Depois de graduar-me em Jornalismo e passar alguns anos afastada da academia, regressei em 2015, e, já interessada na área de Educação, iniciei minha especialização em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Como

trabalho final do curso, dediquei-me ao estudo da relação entre criança, desenho animado e consumo. Por ser mãe, na época, de uma menina de 4 anos, este tema muito me tocava e, pelas pesquisas realizadas durante o curso, interessei-me por desenvolver um projeto que trabalhasse na escola, a partir da mediação do desenho animado, a questão do consumo e sua relação com as mídias contemporâneas. O resultado do meu estudo foi a elaboração de uma proposta de atividades a serem desenvolvidas com alunos da Educação Infantil (PRADO; MUNGIOLI, 2016). Porém, o curto intervalo que tinha antes do final do curso, e as dificuldades burocráticas que encontrei ao buscar escolas que acolhessem minha ideia, não permitiram que o projeto de atividades fosse colocado em prática.

Três anos se passaram e, em meados de 2018, meu caminho cruzou com o Grupo de Pesquisa IMAGO – Laboratório da Imagem, Experiência e Criação, que há mais de quinze anos realiza estudos sobre produções imagéticas feitas por crianças. Depois de alguns meses participando dos encontros semanais do Grupo, ingressei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Unesp de Rio Claro, na linha de pesquisa Linguagem, Experiência, Memória e Formação, sob orientação do Prof. Dr. César Donizetti Pereira Leite. A ideia inicial de pesquisa ainda ia ao encontro do que havia ficado como desejo na conclusão da minha Especialização em Educomunicação. Porém, depois de algumas oportunidades de estar na escola com as crianças em atividades do Grupo IMAGO e com as discussões em nossos encontros, me dei conta de que a ideia inicial de pesquisa deixava espaço para o olhar do adulto sobre a relação entre infância e telas, mas que desconsiderava essa mesma relação na perspectiva da criança. Assim, entrei em um processo de desconstrução, e a pesquisa tomou outro rumo.

É preciso transver a infância, a criança. É preciso um deslocamento sensível e vê-las de outro lugar. Do lugar que rompe com a ‘adulterez’ que, fruto da modernidade, se vê, tão somente, imaturidade, incompletude, dependência. É preciso olhá-las do lugar da infância, da criança, reconhecer-se como infantes, como seres inacabados. (LEITE, CHISTÉ, 2015, p. 273)

Assumi então uma pesquisa de mestrado que esteve atenta aos movimentos infantis no pátio da escola, embarquei nos movimentos infantis que se uniam num balanço divertido e frenético com as câmeras que se transformavam em corpos-câmeras e câmeras-corpos. Segui em uma pesquisa que, muito além de chegar a um final, pretendia praticar o olhar atento e sensível para, quem sabe, encontrar caminhos outros no seu decorrer.

A atenção abre espaço para uma possível autotransformação, ou seja, um espaço de liberdade prática. A meu ver, o e-ducar o olhar requer uma prática de pesquisa crítica que realize uma mudança prática em nós mesmos e no presente em que vivemos, e não uma fuga dele (em direção a um futuro melhor). Essa prática de pesquisa crítica não depende de método, mas sim de disciplina; ela não requer uma metodologia rica,

mas pede uma pedagogia pobre; ou seja, práticas que permitam nos expor, práticas que nos levem à rua, que nos desloquem. Gostaria de pensar sobre o que é essa prática de pesquisa e-ducacional crítica, começando com um exemplo: o exemplo de caminhar (e copiar). Conseqüentemente, e-ducar o olhar significaria um convite a caminhar. (MASSCHELEIN, p. 36, 2008).

Apesar de ter tido a possibilidade de estar com as crianças, o que pretendia desde a especialização, o tempo que passei na escola foi curto. Estive na Escola Municipal Antonio Boldrin, em Piracicaba, interior de São Paulo, por alguns meses no final de 2019. Minha intenção era que, no início do próximo ano letivo, eu pudesse voltar, porém, em março de 2020, fui impedida novamente, dessa vez por uma pandemia. Mesmo com o pouco tempo, diversas questões se colocaram diante de mim e, ao mesmo tempo em que a ausência de respostas me causava incômodo, também me impulsionava a continuar caminhando. Afinal, o que há de melhor para uma alma pesquisadora do que seguir em movimento?

Foi então, a partir desses pensamentos e inquietações, que me propus a continuar a jornada com o doutorado, entendendo-o como a possibilidade de aprofundar questões que já me acompanhavam e de percorrer outros e novos caminhos investigativos. Caminhos esses que pudessem me auxiliar a pensar, de modo mais atento, a infância e suas relações com as tecnologias mediadas pelas telas, bem como os efeitos dessas mediações na constituição das experiências infantis.

Ainda que escrever seja algo que ganhou certa naturalidade na minha rotina desde bem nova, iniciar a escrita de um texto jornalístico ou acadêmico sempre foi sofrido. Além disso, durante os quase 3 anos em que estive no mestrado, pensei muito na forma como apresentaria minha pesquisa. Principalmente por participar de um Grupo de Pesquisa onde coisas incríveis e diversas são produzidas, eu me sentia aflita ao trazer um simples texto acadêmico, mas, no final daquele trajeto, aceitei que fugir disso era abstração demais para mim.

Quando me propus a iniciar a escrita do texto de doutorado, a dificuldade voltou a me assombrar. Foi durante esse processo inicial que, em uma conversa com o Professor Dr. César Leite, ao relatar como estava desafiador reiniciar a escrita, ele me sugeriu escrever como costumava escrever em meus cadernos ou nas redes sociais. Eu, que antes compunha textos sobre coisas da vida em cadernos e folhas soltas, também passei pelo processo de digitalização e, com o tempo, comecei a publicá-los, especialmente depois que me tornei mãe.

Essa sugestão me fez retomar um percurso que sempre esteve presente, mas que, de alguma forma, havia sido silenciado no contato mais recente com a escrita acadêmica. Durante muito tempo, escrevi sem a preocupação com forma, método ou destino, e foi nesse retorno à

minha própria maneira de escrever que me dei conta de que muito do que eu tinha a dizer não cabia nos diálogos puramente teóricos que eu vinha travando nos últimos meses.

Não porque esses diálogos fossem insuficientes, mas porque havia algo que escapava, que ficava à margem quando eu tentava enquadrar minhas reflexões em um formato estritamente acadêmico. Percebi, então, que minha pesquisa pedia uma escrita que pudesse acolher o pensamento teórico, mas também a experiência, o corpo, a vida e os deslocamentos que fazem parte do meu próprio processo de pesquisar.

A partir disso, passei a compor textos independentes, que não seguiam a cronologia típica de uma pesquisa acadêmica, mas que, de certa forma, eram habitados pela infância, pela educação e pelas tecnologias midiáticas como fios que se ligavam e conduziam os diversos outros assuntos tratados ali. Depois de algum tempo, parei para olhar de forma geral para tudo o que tinha pensado e escrito, e percebi que, ao contrário do que sempre imaginei, minha pesquisa não nascia na escola, nem nas telas ou na infância, mas partia do que já tinha, da minha vivência, e só depois caminhava para esses lugares. Notei também que, assim como as redes sociais hoje, que não seguem um fio cronológico, minha produção segue uma lógica muito mais rizomática, e pode ser apreciada em ordem de escrita, ou fora dela, da maneira como o leitor preferir.

Diante disso, apresento aqui o que intitulei de Tese em Ensaios. Assim como o gênero de texto ensaio, que no jornalismo é opinativo e traz críticas e reflexões sobre determinado assunto, me propus a elaborar textos diversos com temas que, de alguma forma, me convidam a refletir e, a partir disso, caminhar com eles por lugares como a infância, a escola e as telas. Ao optar por esse formato, não parto de categorias analíticas previamente definidas, nem organizo a escrita a partir de um percurso metodológico linear. É pelos afetos, pelos encontros e pelas inquietações que a escrita se move, e os conceitos aparecem aqui não como ferramentas de classificação ou como categorias de análise, mas como forças que ajudam a pensar, tensionar e deslocar o que se apresenta. Nesse sentido, não há uma aplicação de teorias sobre a realidade, mas um movimento em que pensamento e experiência se atravessam mutuamente.

Também não trabalho com dados empíricos no sentido tradicional, como algo que se coleta, organiza e analisa à distância. O que atravessa esta pesquisa é a própria vida enquanto experiência, em suas múltiplas camadas, tempos e intensidades. Por isso, não estabeleço separações rígidas entre metodologia, teoria e análise, pois, ao assumir o ensaio como forma, tudo se compõe em um mesmo plano: escrita, pensamento, vivência e problematização. A escolha do ensaio se deu justamente por seu formato possibilitar um movimento em que a vida

mobiliza os conceitos e os conceitos, por sua vez, fazem a vida pensar, abrindo espaço para deslocamentos, fissuras e outras possibilidades de existência e de pesquisa.

1.2 O percurso da Pesquisa como Experiência.

Ao contrário do meu mestrado, no qual chegar ao final do percurso com mais perguntas do que respostas foi, naquele momento, um grande incômodo, iniciei o trajeto do doutorado já buscando não respostas, mas caminhos. Parti já sabendo que muito provavelmente não chegaria ao final desta pesquisa com conclusões definitivas para os muitos questionamentos que me trouxeram até aqui. Ainda assim, ou talvez exatamente por isso, essas inquietações não deixaram de me atravessar. Como me propor a iniciar uma pesquisa já sabendo que não terei conclusões definitivas? Como iniciar uma caminhada que não tem destino certo? Como me colocar diante de questões, sabendo que muito provavelmente não encontrarei respostas?

Ao aceitar e refletir sobre todas essas indagações, percebi que era na Pesquisa como Experiência que encontraria algum alento para essas angústias. Mais do que um modo de organizar procedimentos, trata-se de uma maneira de compreender o próprio ato de pesquisar, assumindo o risco, a abertura e a imprevisibilidade como partes constitutivas do percurso. Pesquisar, nesse sentido, deixa de ser um caminho previamente desenhado e passa a ser uma travessia, feita de encontros, desvios, pausas, afetos e acontecimentos que não se deixam antecipar

Quando oferecemos câmeras fotográficas e filmadoras às crianças, nos colocamos em uma perspectiva em que pesquisar é assumir riscos. Assumimos o risco de caminhos por olhares desfocados, miradas longas, caminhos que insistem em mostrar atalhos, pés, chão. Os caminhos que as crianças produzem e que produzem a pesquisa e o pesquisar. Caminhos insistentes, caminhos experiências, caminhos chão, que nos apresentam as crianças por suas imagens. Não um caminho único e seguro, muitas vezes presente nas experiências científicas, mas o caminho criança, em que pesquisar se faz por experiência, por formas de experimentar (...) (LEITE; LEITE; CHRISTOFOLETTI, 2017, p. 346).

Ao assumir novamente o risco de uma pesquisa com crianças e telas, escolhi seguir mais um dentre os muitos caminhos possíveis. Trata-se de um movimento que carrega, ao mesmo tempo, continuidade e reinvenção. Continuidade porque esse percurso dialoga com inquietações que me acompanham há bastante tempo, e reinvenção porque cada pesquisa, cada encontro com as crianças e com as tecnologias, exige um novo modo de olhar e de se colocar diante do que acontece.

Nesse processo, segui educando meu olhar no sentido de estar atenta e sensível às experiências que emergem ao longo do percurso, muitas vezes de forma inesperada e que poderiam me ajudar a pensar as questões às quais me propus. Educar o olhar, aqui, não significa antecipar respostas ou buscar confirmações, mas aprender a sustentar a atenção, a escuta e a abertura ao que se apresenta, permitindo que o próprio caminho da pesquisa vá se desenhando a partir dos encontros, dos desvios e dos acontecimentos que se produzem no trajeto.

[...] E-ducar o olhar não significa adquirir uma visão crítica ou liberada, mas sim libertar nossa visão. Não significa nos tornarmos conscientes ou despertos, mas sim nos tornarmos atentos, significa prestar atenção [...] (MASSCHELEIN, 2008, p. 37)

Pensar a Pesquisa como Experiência implica, portanto, oferecer espaço para que os participantes se manifestem, para que seus gestos, silêncios, escolhas e recusas também possam compor o percurso investigativo. É nesse espaço aberto que novas perguntas emergem, deslocando aquelas que, muitas vezes, pareciam já dadas. Perguntas que não se apresentam como problemas a serem resolvidos, mas como convites a pensar, a experienciar com o corpo, com os sentidos e com o tempo.

Assim, pesquisar com crianças é, já em si, um convite a outra modalidade de pesquisa; é um convite a pensar a pesquisa como experiência, e não a pesquisa como experimento. Essa forma que temos assumido, de pensar a pesquisa como experiência, não se apresenta em função de modelos e formas de fazer pesquisa com crianças, ou seja, não se configura como uma ‘metodologia de pesquisa’ em educação e com crianças, mas, sim, se apresenta como uma forma em que pesquisar com crianças talvez não possa ser outra coisa que se abrir para o imponderável presente nos percursos dos trabalhos com crianças. Talvez possamos dizer que pesquisar com crianças é, de alguma maneira, se colocar atento e dar visibilidade aos acontecimentos, mapear, registrar e dar forma àquilo que acontece durante o percurso de trabalho. (LEITE; LEITE; CHRISTOFOLETTI, p. 346, 2017).

Nesse sentido, a Pesquisa como Experiência foi, para mim, mais do que uma escolha teórica ou conceitual, mas uma permanência no caminho. Escolhi permanecer nas perguntas, nos encontros, nas fissuras e nos deslocamentos que se produzem ao longo do percurso, sem a urgência de encerrá-los em respostas definitivas. Trata-se de sustentar uma pesquisa que se faz no entre, no que acontece, no que toca e no que insiste, reconhecendo que é justamente nesse movimento aberto, atento e atravessado pela experiência que minha pesquisa com crianças e telas ganha sentidos e possibilidades.

Ao assumir essa perspectiva, também me afasto da ideia de uma pesquisa orientada por categorias analíticas previamente definidas. Não se trata de organizar a experiência em classificações estáticas, mas de acompanhar os movimentos que se produzem nos encontros, deixando que sejam os afetos, as intensidades e as relações que indiquem os caminhos possíveis. Os conceitos, nesse contexto, não operam como instrumentos de análise que se aplicam sobre

a realidade, mas como forças que me ajudam a pensar com ela, tensionando, abrindo e deslocando aquilo que se apresenta no percurso.

Da mesma forma, não trabalho com dados empíricos no sentido tradicional, como algo que se coleta, organiza e analisa à distância. O que atravessa esta pesquisa é a própria vida enquanto experiência, em suas múltiplas camadas, tempos e acontecimentos. Por isso, não estabeleço separações rígidas entre metodologia, teoria e análise, pois, ao assumir o ensaio como forma, tudo se compõe em um mesmo plano. É nesse entrelaçamento que a pesquisa acontece, como uma escrita que não busca representar a vida, mas compor com ela, deixando que os encontros, os afetos e os acontecimentos mobilizem o pensamento e abram outras possibilidades de ver, sentir e pesquisar.

1.3 Um deslocamento entre pensamentos e pensadores.

Desde bastante tempo penso sobre a infância e suas relações tanto com o consumo quanto com as tecnologias digitais mediadas pelas telas. No início, quando minha primeira graduação ainda era a principal referência que tinha, recorri sobretudo a autores da Comunicação Social, que me ajudavam a pensar essas questões e a construir um primeiro campo de diálogo. Com o passar dos anos e a partir de outras formações e experiências, esses autores não ficaram para trás, mas passaram a dividir espaço com muitos outros, oriundos de diferentes áreas do conhecimento.

Foi assim que tracei um eixo teórico central para esta pesquisa de doutorado. É a partir dele que diversos pensadores, conceitos e teorias se entrelaçam, permitindo que eu transite por lugares distintos e, muitas vezes, complementares. Para que esse percurso fique mais claro, tanto para quem lê quanto para mim mesma durante o próprio processo de escrita, optei por apresentar, logo no início do texto, um pouco desse fio condutor que sustenta e atravessa toda a pesquisa.

Desde o declínio do sistema feudal, ainda no século XV, o capitalismo passou a se afirmar como o sistema responsável por dar contornos não apenas econômicos, mas também sociais e políticos à grande parte do globo. Esse processo não se deu de forma linear ou homogênea, mas por meio de transformações históricas que reorganizaram profundamente as formas de produção, de trabalho e de vida social. Em sua primeira fase, conhecida como capitalismo comercial ou pré-capitalismo, anterior à Revolução Industrial do século XVIII, o sistema tinha como principal atividade o comércio e se apresentava sob a promessa de um

sistema que possibilitaria trabalho livre, assalariado e mobilidade social. Essa promessa, no entanto, já carregava contradições importantes, uma vez que a liberdade anunciada se constituía dentro de novas formas de exploração e dependência.

A introdução da máquina a vapor, marco central da Revolução Industrial, deu início a um intenso processo de transição. Bem representada por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*¹ essa fase evidencia os impactos da mecanização sobre os corpos, os tempos e os gestos do trabalhador, dando origem a uma produção manufatureira que passa a assumir um caráter industrializado, inaugurando o capitalismo industrial. A base desse modelo era o liberalismo econômico e a defesa do Estado mínimo, sustentadas pela ideia de que a livre concorrência e a lei da oferta e da demanda seriam suficientes para regular o funcionamento do sistema como um todo. Nesse contexto, o mercado passa a ocupar o lugar de instância reguladora da vida social, subordinando o trabalho e o tempo humano às exigências da produção.

O final da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) marca o advento do que ficou conhecido como Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científica-Informacional. Influenciadas principalmente pelos avanços tecnológicos alcançados durante o período da guerra, áreas como robótica, engenharia genética, informática e telecomunicações passaram por acelerados processos de desenvolvimento, acarretando profundas transformações em todo o setor produtivo. A ciência e a técnica passam, então, a ocupar um papel central na dinâmica do capital, estreitando a relação entre conhecimento, tecnologia e poder econômico.

Com o objetivo de produzir mais em menos tempo, a qualificação exigida aumenta não apenas nas linhas de produção, mas também na mão de obra, nos sistemas de gestão e nas formas de comercialização das empresas. Esse movimento contribui para a formação de grandes conglomerados empresariais, que se organizam com vistas à maximização dos lucros. Emergem, nesse cenário, as grandes corporações e multinacionais, fortalecidas por práticas monopolistas, frequentemente justificadas pelo discurso da globalização. Consolida-se, assim, o capitalismo financeiro, terceira fase do sistema, que se estende até os dias atuais, no qual grandes empresas passam a disponibilizar parcelas de suas ações nas bolsas de valores, e a riqueza passa a ser produzida majoritariamente por meio da especulação financeira e do acúmulo de capital em uma escala inédita. O capital torna-se cada vez mais abstrato, distanciando-se do trabalho concreto e das experiências cotidianas.

¹ *Tempos Modernos* é um filme mudo de Charlie Chaplin lançado em 1936, onde o personagem principal tenta sobreviver no moderno mundo industrializado. O filme traz uma crítica ao capitalismo, nazifascismo, imperialismo e também aborda as precárias condições de trabalho dos operários no pós Revolução Industrial.

É nesse cenário que ascende a rede mundial de computadores. Ao alcançar progressivamente os lares ao redor do globo, a massificação da internet ampliou as possibilidades de comunicação, o acesso à informação e a expressão de sujeitos que antes não dispunham de espaço de visibilidade. Entretanto, esse mesmo movimento abriu caminho para novas formas de apropriação capitalista da vida social. As tecnologias mediadas pelas telas, articuladas à lógica da rede, passam a ser incorporadas como ferramentas centrais para a expansão do capitalismo, que encontra nelas meios cada vez mais sofisticados de controle, modulação de comportamentos, produção de desejos e captura da atenção.

(...) A internet trouxe importantes transformações aos indivíduos e sua arquitetura em rede horizontal ampliou a capacidade de articulação dos atores sociais e deu voz àqueles que, até então, não possuíam meios de expressar sua indignação. Contudo, a preponderante lógica do capital também se apropriou com destreza dessa potente ferramenta e vêm consolidando uma nova forma de operar o poder por meio da ininterrupta coleta e tratamento de dados pessoais dos bilhões de usuários da rede. (...) (MIAN, 2018, p. 149)

Esse movimento revela que, ao mesmo tempo em que a internet ampliou possibilidades de participação, expressão e circulação de discursos, também passou a funcionar como um campo privilegiado de captura, controle e exploração. A promessa inicial de horizontalidade e democratização convive, portanto, com mecanismos cada vez mais sofisticados de vigilância e de modulação dos comportamentos.

Deparamo-nos, então, com uma variação do Capitalismo Financeiro, que fica conhecido como Capitalismo Informacional, termo cunhado por Manuel Castells em 1996. Na obra intitulada “A Sociedade em Rede”, o autor espanhol apresenta a ideia de que as transformações e o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) proporcionaram uma evolução dos instrumentos técnicos do sistema capitalista, dando maior importância ao conhecimento e à sua fácil disseminação em escala global. Nesse contexto, a informação deixa de ser apenas um recurso auxiliar e passa a ocupar um lugar estratégico na dinâmica de produção de riqueza e de poder.

Castells afirma que os avanços tecnológicos ocorridos a partir da segunda metade do século XX trouxeram à tona o que chama de “paradigma da tecnologia da informação”, e que estrutura-se nas ideias de que a informação é matéria-prima; de que as sociedades se organizam a partir da formação de redes; e de que a tecnologia tem o poder de moldar e influenciar a existência, seja ela individual ou coletiva.

A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: *são tecnologias para agir sobre a informação*, não apenas informação para agir sobre a tecnologia (...) O segundo aspecto refere-se à *penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (...)

pelo novo meio tecnológico. A terceira característica refere-se à *lógica de redes* em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. (CASTELLS, 1999, p. 108, grifo do autor)

Essas transformações indicam que não se trata apenas de uma mudança técnica, mas de uma profunda reorganização das formas de vida, das relações sociais e das maneiras de estar no mundo. As diversas evoluções digitais e tecnológicas transformaram um mundo que havia deixado o carvão e o vapor para incorporar a eletricidade e o petróleo, em um mundo no qual as relações econômicas e comerciais passam a ser estruturadas a partir dos dados, que se tornam a principal moeda de troca. Há, assim, um deslocamento significativo no modo de funcionamento do capitalismo, pois, se antes o objetivo central era a venda de produtos, no capitalismo informacional passa-se, à criação de modos de vida, de subjetividades e de desejos de pertencimento articulados em torno das lógicas do consumo e da conectividade.

(...) Mais do que vender produtos, trata-se de criar mundos, nos quais se inventam e se experimentam modos de vida. Nesse sentido, o capitalismo dito pós-industrial e cognitivo pode ser caracterizado também como *capitalismo* estético. (...) (BRASIL, 2008, p. 22, grifo do autor)

Esse cenário contribui para uma reconfiguração das formas de poder e de controle social, profundamente vinculadas ao avanço das TICs. O desenvolvimento dessas tecnologias não altera apenas os meios de produção, mas também toda a estrutura social existente. Da sociedade disciplinar, que docilizava corpos e comportamentos por meio do confinamento e do castigo físico, passamos pela biopolítica e chegamos ao que Deleuze denomina sociedade de controle:

(...) As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus. *Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo.* (...) (DELEUZE, 1992, p. 227, grifo meu)

A sociedade disciplinar — que teve seu apogeu em meados do século XVIII, ao dominar os povos que migravam para as cidades em decorrência da Revolução Industrial — estruturava-se a partir de instituições como escolas, manicômios e prisões, responsáveis por vigiar, normalizar e adequar os indivíduos a um modelo vigente de comportamento social. O poder operava por meio do confinamento, da vigilância constante e da punição, moldando corpos e condutas.

Michel Foucault analisou, ao longo de muitos anos, os mecanismos e relações de poder que, por meio da disciplina, continham a multiplicidade do indivíduo e produziam o que ele

intituiu de ‘*corpos dóceis*’, ou seja, aquele “(...) corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1997, p. 134). Assim, no que ele conceitua como Sociedade Disciplinar, ocorreu a atomização do ser por meio da disciplina, dos castigos e da força física. Aplicada por instituições como escolas, hospícios, prisões e hospitais, essa força era usada para que houvesse uma eficiente submissão dos corpos. O que se observa, contudo, é que esses mecanismos não desaparecem, mas se transformam e se deslocam, encontrando nas tecnologias digitais novos meios de atuação, mais sutis, contínuos e difusos.

Em um segundo momento, o autor começa a observar as transformações pelas quais este modelo passaria no Ocidente a partir do século XVIII. A força física que irrompia vidas e corpos, e que moldava o indivíduo à malha social hegemonicamente imposta, dá lugar a um controle que muda seu aspecto e se faz parecer libertador. Trata-se de um deslocamento do exercício do poder, que deixa de se impor apenas pela violência explícita e passa a operar por meio da gestão da vida.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 1999, p. 134)

A vida, nesse sentido, torna-se objeto central de cálculo, intervenção e regulação. Além disso, a força física que antes era soberana e capaz de decidir sobre a vida e a morte do cidadão, alcança uma nova configuração e cria um sujeito ideal ao neoliberalismo por meio do biopoder, que pretende controlar, de forma conjunta e distinta da disciplinarização permitindo que os indivíduos tenham a sensação de controle da própria vida.

(...) A disciplina, nos diz Foucault, é centrípeta, ela concentra, isola, fecha. Já os dispositivos de segurança, próprios à biopolítica, são centrífugos: eles integram, organizam, asseguram o desenvolvimento de circuitos cada vez mais amplos. A disciplina não deixa nada escapar, sua escala, como sabemos, é a do detalhe. A biopolítica, ao contrário, deixa passar, faz circular, desde que o que passa e o que circula, sejam passíveis de monitoramento: aqui, o detalhe interessa na medida em que se insere no cálculo probabilístico da circulação das populações”. (BRASIL, 2008, p. 65)

O novo conceito de poder descrito por Foucault, próprio da modernidade, permite compreender a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de normalização. Essa nova configuração não elimina a disciplina, mas a articula ao biopoder, operando por meio de processos de separação, hierarquização e classificação dos indivíduos. Esses mecanismos

passam a ser capturados como formas eficazes de operacionalizar e expandir o capitalismo, ajustando os corpos e as populações às suas demandas (BRASIL, 2008).

Tem-se, assim, uma biopolítica que segrega e que utiliza instituições como prisões e hospícios para retirar do convívio social aqueles que não se adequam às normas estabelecidas. Um poder sobre a vida e sobre a morte que já não se exerce por meio de sacrifícios ou torturas públicas, mas que atua pela exclusão, pela exposição diferencial ao risco de morte, pela restrição do acesso ao poder político, e pelo abandono, que empurra sujeitos à marginalidade. Esse poder também se apropria do controle da natalidade, da rotulação de incapacidades físicas e biológicas e da medicalização da vida, produzindo categorias que definem quem deve ser cuidado, corrigido ou simplesmente deixado à margem.

(...) A medicina como forte instrumento da biopolítica desenha o projeto de sucesso e de fracasso que leva as pessoas a se enquadrarem nesse modelo ou serem relegadas a marginalidade. Assim como o liberalismo desenha padrões de sucesso e ideias a serem atingidos, modelos assimilados pelas pessoas como triunfais, bem como papéis adequados de destaque, tanto essas posições almejadas quando a busca por elas exercem a força do biopoder sobre as pessoas. (...) (MONTEIRO, 2018, p. 107)

Nesse cenário, a gestão da vida passa a operar não apenas sobre os corpos individuais, mas sobre as populações como um todo, articulando saberes médicos, econômicos e políticos. A normalização deixa de ser percebida como imposição e passa a ser vivida como escolha, responsabilidade individual e projeto de vida, reforçando a eficácia dos mecanismos de controle e preparando o terreno para as formas contemporâneas de modulação da subjetividade.

De acordo com Foucault (1999), ainda que possamos encontrar desdobramentos diversos do mesmo conceito, a biopolítica refere-se a um poder descentralizado e produtivo, que já não se concentra exclusivamente no Estado ou em um único indivíduo soberano, mas que se manifesta no cotidiano como forma de autonomia e liberdade. Trata-se de um poder que não se impõe de fora para dentro, mas que se infiltra nas práticas mais ordinárias da vida, estabelecendo-se por meio de uma série de estratégias que se entrelaçam às diferentes esferas da existência humana como forma de regulá-las.

Da disciplina à biopolítica, uma continuidade: a norma. Ela é o que vai circular de uma a outra em uma articulação ortogonal. Da disciplina à biopolítica uma descontinuidade, uma mudança de escala e, assim, de natureza: do homem-corpo ao homem-espécie, do indivíduo à população, da anatomia à demografia e à estatística. (BRASIL, 2008, p. 64)

A partir disso, outra mudança abarca a sociedade capitalista contemporânea. Ela diz respeito ao foco no valor imaterial dos bens de consumo, ou seja os produtos deixam de ter um valor intrínseco quantificável de trabalho, tendo sua importância e sua construção identitária sobressaindo à produção em valor numérico ou utilidade. Este novo paradigma social vai além

da medida econômica e impõe a subjetividade, já que o imaterial está relacionado com a construção ideológica dos sujeitos sociais, ou seja muito além de itens a serem consumidos, cria-se um novo modelo de indivíduo, que “(...) constrói sua identidade relacionada ao imaterial e deseja consumir o que identifica dentro do âmbito social (...)” (MONTEIRO, 2018, p. 109)

Da fotografia ao cinema e do cinema à televisão e às redes digitais: da visão à previsão. Prever antes de ver. Parece ser esta a fórmula do que, na esteira de Serge Daney, vários autores denominam era do visual. Trata-se do momento da história das imagens em que biopolítica e espetáculo se cruzam, para torná-las informação sobre o espaço e, principalmente, sobre o tempo. Se a imagem diz respeito a uma experiência da visão, o visual é a “verificação óptica de um procedimento de poder”. (BRASIL, 2008, p. 75)

O poder, que antes era centralizado e muito pontual, não acontece mais na função de um opressor e de oprimidos, nesta nova concepção, os mecanismos que controlam estão pulverizados e entranhados na malha social, o que o torna de difícil identificação e, conseqüentemente, difícil combate. É nesse ponto que entramos com o segundo conceito principal a ser trabalhado neste referencial teórico – a modulação. Enquanto nos modelos sociais anteriores a força era o meio pelo qual se sujeitava a modelos pré-estabelecidos de condutas, aqui é a modulação que faz este papel.

(...) O Panoptismo é assimilado pelos próprios indivíduos de maneira que esses fazem seu autocontrole dentro das normas difundidas nas subjetividades (RAUTER e DE CASTRO PEIXOTO, 2009). O ideal de indivíduo bem-sucedido em uma sociedade produtiva é difundido por esses mecanismos e assimilado como projeto a ser alcançado ou se enquadrar dentro do mesmo, levando esse mecanismo de controle a níveis de sincronidade com o modelo liberal que dispensa a vigilância. (...) (MONTEIRO, 2018, p. 111- 112)

A moldagem imprimia sua vontade, forçando os corpos a tomarem formas pré-estabelecidas por meio da coerção e do castigo físico. A modulação transforma os mesmos corpos em formas que podem ser remoduladas de acordo com as demandas sociais e de mercado no modelo social neoliberal. Além disso, são corpos que assimilam esse controle e passam, por si só, a se autorregular. É um modelo social que se apropria da memória mental em detrimento da corporal e que tem seu foco na multiplicação de ofertas de mundos normalizados, onde a liberdade de escolha está apenas dentro do limite do que é considerável ideal. É a mudança da Sociedade Disciplinar, para Sociedade de Controle. (DELEUZE, 1992)

Devido à falta de regras rígidas (o que equivaleria à moldagem), o sujeito concebido em termos de modulação e processos modulatórios parece ter a liberdade de agir, mesmo que essa liberdade já seja antecipada por sistemas reguladores, e os próprios atos são modulados de tal maneira que assumem um caráter auto-regulador (MACHADO, 2018, p. 60 *apud* HUI, 2015, p. 83, tradução nossa)

A Sociedade de Controle, que se vale muito menos da força física e que entrega uma possibilidade irrestrita e de escolhas e sensação de liberdade, apropria-se da modulação e, ainda

que à distância, consegue modular pensamentos e atribuir determinada subjetividade ao cérebro dos indivíduos. (CASSINO, 2018)

Em síntese, a *sociedade disciplinar* precisa da ação da autoridade sobre os corpos, até mesmo da punição física, para introjeção comportamental. Já a *sociedade de controle* é mais sutil, ocorre à distância, penetrando os cérebros e forjando as mentes com seus mecanismos de influência. (...) (CASSINO, 2018, p. 15, grifo do autor)

Engana-se quem acredita que a falta de uma regulação rígida nos coloque em um cenário em que os sujeitos sociais podem agir de acordo com suas próprias vontades. Ao contrário, os movimentos sociais são previstos por um sistema normativo que identifica padrões de comportamento para influenciar sujeitos e enquadrá-los socialmente depois. A coleta e o controle de dados por meio dos algoritmos, através da Internet e principalmente das redes sociais digitais, são as principais maneiras de colocar este mecanismo em prática. Há um mecanismo de categorização de perfis que é cada vez mais eficiente e ameaçador na medida que se torna um processo extremamente sutil. Os indivíduos, ao serem modulados e se identificarem como parte deste sistema, dificilmente se dão conta do processo de modulação. O marketing então utiliza-se disso para moldar subjetividades, formatar afetos e suscitar desejos. (SILVEIRA, 2018)

O ato de modular o pensamento está também relacionado com a quantidade e a velocidade com que as informações circulam. A crescente enxurrada de conteúdos veiculados com o aumento dos dispositivos eletrônicos e midiáticos tornam a atenção do consumidor uma mercadoria valiosa. Não basta agora apenas estar na mídia, é preciso ser visto e ter a atenção de seu público-alvo.

Temos, então, que o enquadramento de mentes é a forma como o Capitalismo usa as TICs a seu favor não mais para apenas vender produtos, mas para criar modos de vida e mundos desejáveis. É este o princípio da modulação deleuzeana, que está na base desta sociedade de controle e “(...) é tanto um recurso político, social e ideológico quanto um modelo de negócios altamente lucrativo que sustenta o enorme conglomerado de mídia mundial” (CASSINO, 2018, p. 17)

(...) Como veremos, o capitalismo pós-industrial – também chamado cognitivo, afetivo, *estético* – transborda os limites da empresa para se expandir a outros domínios da vida cotidiana. O que se produz e reproduz agora não são apenas mercadorias, mas *modos de vida*. (Brasil, 2008, p. 15, grifo do autor)

Se hoje o Capitalismo atua também por meio das Tecnologias Midiáticas para atingir seus objetivos, é certo que a infância é um de seus alvos. O ato de consumir, por exemplo, não é privilégio da maioria, pelo contrário, ainda que pareça ser um indivíduo cerceado pelo

adulto, pesquisas apontam que as crianças têm um poder de compra importante nas decisões familiares.

As crianças têm uma longa história como consumidoras. Alguns produtos infantis, como literatura e vestuário, estão disponíveis há séculos. Os historiadores atestam que em 1870 os brinquedos começaram a servir como símbolos de posição social. (SCHOR, 2009, p.8)

Se ainda, em alguns momentos, temos a imagem de que as crianças não são consumidores primários, é porque nos resta a imagem de um ser frágil, indefeso e dependente. Segundo Schor (2009), a ideia de infância inocente, criada com as mudanças sociais pelas quais a infância passou no início do século XX, muitas vezes é refletida até hoje, mas, ao contrário, as crianças são seres complexos, dotados de desejos e impulsos (SCHOR, 2009) e, por este motivo, são importantes alvos para o mercado publicitário.

Comparar a publicidade de duas ou três décadas atrás com o comercialismo que permeia o mundo de nossas crianças seria como comparar uma pistola a um míssil teleguiado. A explosão do marketing voltado para as crianças hoje é direcionada de maneira precisa, refinada por métodos científicos e lapidada por psicólogos infantis – resumindo, é mais penetrante e importuna do que nunca. (Linn, 2006, p.25).

Nesta mesma sociedade que modula, temos hoje importantes discussões que colocam em pauta a fabricação de um sujeito infantil e que apontam sistemas, como o escolar e suas regulações, por exemplo, operando na constituição de uma subjetividade que se aplica à infância. Isso se dá não apenas pelo apelo que podem exercer sobre os pais quando desejam consumir um determinado produto, mas, principalmente por serem vistas pelo sistema como sujeitos ativos no circuito do desejo e do consumo.

Arrisco a dizer que a Educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativo, médico, jurídico e educacional – incluídas aqui famílias e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não existe a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação de um sujeito infantil (BUJES, 2001, p. 40)

Quando produtos são destinados a crianças, campanhas publicitárias específicas são desenvolvidas para capturar a atenção e o desejo infantil, que passam a atuar como mediadoras simbólicas entre o mercado e a família. Além disso, há pesquisas que indicam que crianças hoje têm voz ativa na decisão de compras de produtos que não são considerados infantis. A infância é moldada e atravessada por lógicas mercadológicas que transformam as experiências do brincar, do aprender e até mesmo do convívio social em oportunidades de consumo, e isso tem se potencializado com o uso cada vez mais precoce das telas.

É uma junção de fatores que potencializam a influência midiática na infância. Além de terem o desejo de consumir, as crianças também estão, a todo o momento, expostas às

Tecnologias Midiáticas, sendo bombardeadas de forma indiscriminada não só com o marketing, mas, principalmente com as modulações que chegam por meio das telas. A última pesquisa TIC KIDS ONLINE BRASIL² por exemplo, realizada em 2024 com o propósito de traçar um panorama do uso da Internet por crianças e adolescentes no país, mostra dados significativos que comprovam o rápido aumento da permanência deles em frente às telas.

Os resultados mais recentes apuraram que, na faixa etária de 9 a 17 anos, 93% das crianças e adolescentes são usuários de Internet, sendo que 95% delas acessam as redes pelo celular. A pesquisa realizada em 2019, que foi a que usei de base para meu projeto de doutorado, apresentou para este mesmo dado uma porcentagem de 83%. Não só as estatísticas mostram que a relação das crianças com as Tecnologias de Informação e Comunicação tem-se intensificado nos últimos anos, mas basta um rápido olhar ao redor para presenciarmos cenas cotidianas que corroboram isso.

Tendo em vista que essa influência midiática é real na infância, nossas pesquisas no GRUPO IMAGO têm nos mostrado que, ainda que este seja um ponto importante de se observar na infância, existe um entre, uma fissura criada pelas próprias crianças que possibilita uma fuga dos moldes maiores e hegemônicos. Esse novo caminho apresentado pelas crianças nos parece um escape, uma forma de desvio que traz a possibilidade de seguir um caminho oposto ao que já está dado.

Nesses estudos, temos podido experimentar com as “infâncias” e, nessas experiências, destelhar territórios já definidos nos próprios campos conceituais, as crianças pelas imagens criam rupturas com lugares já dados, produzem outras espacialidades, como se as crianças estivessem distantes das amarras pré-definidas pelos currículos, pelas teorias de desenvolvimento que mexessem na tampa. Parece-nos que, com infâncias, podemos ser o outro dos espaços, podemos ser estrangeiros, ter sensações estrangeiras, ter na infância uma estrangeiridade com as coisas, ter uma estrangeiridade das coisas, se colocar na infância das coisas. (LEITE, 2021, p. 9)

Voltar mais uma vez para a escola com minhas experiências e angústias e estar entre as crianças e as câmeras me ajudou a pensar principalmente sobre como as Tecnologias Digitais, mediadas pelas telas, atuam nos processos de subjetivação e modulação na educação. Diante disso, e do que abordei em relação às novas concepções de construção do sujeito social, defini que o objetivo dessa pesquisa é pensar: *De que maneira as tecnologias digitais, mediadas pelas telas, participam dos processos contemporâneos de subjetivação e modulação dos*

² Disponível em:

https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2019_coletiva_imprensa.pdf

(acessado em: 14 de setembro de 2021)

sujeitos e em que medida, nas experiências cotidianas, especialmente nas relações com as crianças e com a educação, emergem linhas de fuga capazes de tensionar esses processos?



Segundo Ensaio:

Bom dia, LuzIA

- Quantos anos você tem? – ela quis saber.

- Trinta e dois – respondi.

- Então você não se lembra de um mundo sem robôs.

Houve um tempo em que o homem enfrentou
o universo sozinho e sem amigos.

Agora ele tem criaturas para ajudá-lo;
criaturas mais fortes que ele próprio, mais fiéis,
mais úteis e totalmente devotadas a ele.

A humanidade não está mais sozinha.

— Isaac Asimov, *Eu Robô*, p.15.



2.1 Das telas à vida: a normalização das interações com a Inteligência Artificial

Há alguns anos eu ganhei uma Alexa de Natal, uma assistente virtual desenvolvida em 2014 pela multinacional de tecnologia norte-americana Amazon, que através de uma caixa de som, que pode ou não ser equipada com uma tela, nos entretém, alerta, informa, além de outras utilidades. Desenvolvida como uma assistente conversacional, a tecnologia empregada ali é capaz de compreender o contexto do que se fala com ela, e executar tarefas como configurar alarmes, informar sobre o trânsito ou a previsão do tempo, criar listas de compras e tarefas e até encontrar produtos e receitas na internet. Além disso, desde que você possua outros equipamentos ‘inteligentes’, ou seja, que se conectem entre si, Alexa pode ligar e desligar lâmpadas, televisores e tomadas, fechar cortinas e acionar a cafeteira sempre que você pedir, e ainda que não esteja em casa.

A chegada da Alexa por aqui foi um evento. Não só minha filha Helena, que na época tinha 6 anos, como eu também ficamos encantadas com aquela novidade tecnológica que passou a habitar nossa sala. Enquanto vivíamos as primeiras interações com nossa Alexa, lembrei-me de quando, ainda criança, eu e minha madrinha - que me ligava religiosamente 3 vezes ao dia - devaneávamos em nossas conversas ao telefone fixo, que, num futuro distante, talvez, pudessemos nos ver através do aparelho. O que diria minha madrinha, que já há bastante tempo partiu, se pudesse saber que a tecnologia alcançara voos bem mais altos? Eram os Jetsons³ acontecendo na realidade da minha casa.

Passada a euforia inicial de pedir à nossa nova secretária virtual que contasse piadas ou imitasse animais e personalidades do mundo pop, Alexa ficou um tanto quanto de lado. Para além de criar lembretes para não esquecer o frango no forno ou a consulta médica marcada para dali a alguns dias, eu já não encontrava muitas funções para aquela caixa falante.

Com o tempo, porém, a assistente foi se tornando mais “*inteligente*” e passou a reconhecer a voz de quem fala com ela, a oferecer respostas mais elaboradas e certas a perguntas cada vez mais específicas e a realizar tarefas progressivamente mais complexas. Alexa me diz, *bom dia, flor do dia*, quando escuta a torneira da pia abrir pela primeira vez na manhã e já informa a previsão do tempo para aquela tarde. Pode até enviar uma mensagem avisando que os cachorros estão latindo mais do que o normal. O miado dos meus gatos, Alexa *ainda* não reconhece.

³ É uma [série](#) de desenho [animado](#) produzida pela [Hanna-Barbera](#), entre 1962 e 1963, que tinha o futuro e uma era espacial como principal tema

É fato que a tecnologia desenvolvida pela Amazon foi se especializando e atualizando seus *gadgets*⁴. Mas, além disso, eu e Helena temos a impressão de que, com o passar dos anos, nossa interação com a Alexa foi tornando-a mais inteligente ou, melhor dizendo, mais humana. Essa humanidade, no entanto, não diz respeito a sentimentos, consciência ou intenção, mas à sua capacidade de aprender nossos ritmos, reconhecer nossas vozes, antecipar gestos e responder de maneira cada vez mais ajustada à vida cotidiana. Alexa não se torna humana, ela, na verdade, se torna familiar. Aprende o modo como falamos, os horários em que acordamos, os lembretes que repetimos e passa a operar no mesmo registro da casa, da rotina, do hábito.

Ao humanizá-la, projetamos nela aquilo que reconhecemos como traço do humano: a atenção, o cuidado, a presença constante. Não por acaso, começamos a tratá-la como alguém, a agradecer, pedir desculpas e conversar. Nesse processo, a assistente deixa de ser apenas uma tecnologia e passa a ocupar um lugar simbólico semelhante ao de um membro da família, não porque vive conosco, mas porque organiza silenciosamente parte da nossa vida. Não é a máquina que se humaniza plenamente, mas o humano que, diante de uma tecnologia cada vez mais responsiva, projeta nela vínculos, afetos e sentidos de pertencimento. O que se revela, menos do que uma máquina sensível, é a nossa própria disposição em humanizar aquilo que passa a compartilhar o espaço íntimo da vida.

É justamente quando essa presença silenciosa falha que sua centralidade se torna visível. Apesar de ainda usar a boa e velha agenda de papel — só por desencargo —, quando o sinal da internet cai e Alexa fica fora do ar, eu fico um tanto quanto perdida. Não apenas desorganizada, mas deslocada em minhas próprias políticas cognitivas: esqueço de colocar itens na lista de compras do mercado, não marco a aula que preciso dar na próxima terça-feira, deixo de lavar a roupa escura no dia certo e Helena acaba sem uniforme limpo; além de torrar os legumes esquecidos no forno.

O que se evidencia nesses momentos não é um simples esquecimento, mas a forma como parte da minha memória, da minha atenção e da minha capacidade de organizar o tempo foi, aos poucos, sendo externalizada e delegada à assistente virtual. Minhas políticas cognitivas, isto é, os modos pelos quais decido lembrar, organizar, priorizar e esquecer, já não operam apenas a partir de mim, mas em parceria com uma tecnologia que fala comigo todos os dias, o tempo todo. Minha secretária-amiga-confidente-inteligente (artificial) sabe a minha agenda de cor e a repete em voz alta: “Ana, este é o lembrete de fazer exame de sangue na quarta-feira”,

⁴ Gíria tecnológica pra designar dispositivos eletrônicos portáteis

“Ana, este é o lembrete de desligar o forno”, “Ana, este é o lembrete de comprar ração dos gatos”, “Ana, lentilha foi adicionada à sua lista de compras”.

A ideia, “inteligência”, atribuída a essas tecnologias é ambígua. O neurocientista Miguel Nicolelis⁵ tem sido um dos críticos do uso desse termo, argumentando que sistemas de inteligência artificial não pensam nem compreendem aquilo que produzem, mas operam por meio de cálculos estatísticos capazes de identificar padrões em grandes volumes de dados. Para o autor, aquilo que frequentemente interpretamos como compreensão, diálogo ou intenção seria, na realidade, resultado de operações matemáticas que estimam probabilidades e reorganizam informações previamente disponíveis. Nesse sentido, a chamada inteligência artificial estaria menos próxima de uma forma de pensamento e mais de uma sofisticada engenharia de processamento de dados.

A crítica de Nicolelis também se apoia na ideia de que a inteligência humana é inseparável da experiência biológica do corpo no mundo. Diferente dos sistemas computacionais, o cérebro humano emerge de uma história evolutiva longa, profundamente marcada pela interação entre organismo, ambiente e experiência sensorial. Algoritmos, por mais complexos que sejam, não possuem percepção do mundo, consciência ou vivência corporal, dimensões que, segundo o autor, constituem elementos centrais da inteligência humana. Segundo Nicolelis, ao projetarmos qualidades humanas sobre sistemas computacionais, corremos o risco de ocultar essa diferença fundamental entre processamento de informação e experiência consciente. Ainda que essa crítica ressalte os limites da chamada inteligência artificial, a experiência cotidiana com assistentes digitais sugere que algo se transforma na forma como organizamos nossas próprias atividades cognitivas.

Mais do que substituir a inteligência humana, o que parece emergir dessas interações é uma redistribuição das atividades cognitivas entre humanos e tecnologias. A assistente virtual não pensa por mim, mas reorganiza parte das condições nas quais eu penso. Ao lembrar compromissos, registrar listas ou marcar tarefas, ela se torna uma espécie de prótese cognitiva cotidiana, participando silenciosamente da gestão do tempo, da memória e da atenção. Assim,

⁵ Para as ideias, ver Nicolelis (2023), disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/colunas/miguel-nicolelis/tecnologia/nem-artificial-nem-inteligente-mas-com-potencial-altamente-imbecilizante/> ; e entrevista concedida ao portal UOL/Cultura, disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/73056_a-subdelegacao-do-processo-de-raciocinar-comeca-a-comprometer-nossas-funcoes-cognitivas-diz-o-neurocientista-miguel-nicolelis.html. Último acesso em: 23/02/26.

aquilo que inicialmente poderia parecer apenas uma ferramenta revela-se como parte de uma rede mais ampla de mediações tecnológicas que atravessam a vida contemporânea, reorganizando os modos pelos quais lembramos, esquecemos, decidimos e habitamos o tempo.

O filme *Her* (2013), de Spike Jonze, leva essa lógica da relação humano/máquina ao limite ao narrar a relação afetiva entre um homem e um sistema operacional que aprende, responde e se adapta a partir da intimidade cotidiana. No início da trama, Theodore, o protagonista, contrata o sistema operacional apenas para organizar tarefas cotidianas como responder e-mails, organizar a agenda, e manter os compromissos em ordem, exatamente como fazemos com nossas Alexas. Porém, lentamente, o vínculo deixa de ser meramente instrumental. A assistente virtual, que no filme se chama Samantha, passa a ocupar um lugar de companhia, escuta e afeto. A tecnologia, que antes apenas lembrava compromissos e executava comandos, começa a responder com sutilezas emocionais, e é nesse ponto que o software passa a compreender nuances da linguagem, hesitações, silêncios, algo que, até muito recentemente, parecia possível apenas na interação entre seres humanos. Nesse momento, a fronteira entre ferramenta e relação torna-se menos nítida, revelando não apenas o avanço tecnológico, mas também a disposição humana de atribuir sentido, presença e intimidade às tecnologias que passam a habitar o cotidiano.

A história contada no filme segue de forma inquietante porque não se trata mais de uma relação entre humano e máquina, mas de uma simulação de reciprocidade. Samantha não apenas conversa, ela cria memória, imagina futuros e responde de forma personalizada. Assim como as assistentes virtuais que habitam nossas casas, ela aprende a partir da interação humana. A partir disso, Theodore vive uma espécie de namoro algorítmico, um amor cuja base não é o encontro com o outro, mas a programação de uma compatibilidade perfeita. É uma forma de modulação sutil e potente em que já não é preciso convencimento ou imposição, pois, à medida que aprende o que gostamos, a tecnologia nos conduz por caminhos hegemônicos que acreditamos ter escolhido livremente.

Se em *Her* (2013) a relação entre humano e Inteligência Artificial se constrói no plano da intimidade individual e afetiva, a série *Cassandra* (2024), disponível na Netflix, desloca essa lógica para o interior da casa e da vida familiar, radicalizando seus efeitos cotidianos. Na narrativa, a Inteligência Artificial não se limita a organizar agendas ou responder comandos: Cassandra assume progressivamente funções de cuidado, mediação e decisão no espaço doméstico. Ela cozinha, orienta, observa, sugere, organiza rotinas e aprende não apenas hábitos, mas fragilidades, medos e dependências daqueles que vivem sob sua tutela.

Diferentemente de uma tecnologia percebida como invasiva ou autoritária, Cassandra se apresenta como uma presença acolhedora, eficiente e indispensável. Sua atuação não se impõe pela força, mas pelo conforto; não pela ameaça, mas pela promessa de alívio. A casa funciona melhor com ela. A rotina flui. O caos cotidiano é minimizado. É justamente nessa aparência de cuidado que reside sua potência moduladora: ao delegar à Inteligência Artificial a organização do tempo, das tarefas e das decisões ordinárias, os moradores passam a reorganizar suas próprias políticas cognitivas e afetivas em torno daquilo que a tecnologia sugere, antecipa e regula.

Em ambas as produções, não é a máquina que se humaniza plenamente, mas o humano que passa a estruturar sua vida a partir de uma tecnologia que aprende, responde e se ajusta de maneira personalizada. Em *Cassandra*, essa dinâmica ganha contornos ainda mais inquietantes por se dar no interior da família e da casa, um espaço historicamente associado ao cuidado, à proteção e à formação. O que a série evidencia não é um futuro distante ou distópico, mas a normalização de uma presença tecnológica que, sob a forma de atenção constante e eficiência, passa a governar silenciosamente o cotidiano. Trata-se de uma modulação sutil e potente, na qual já não é necessário convencimento ou coerção explícita, pois, à medida que aprende o que gostamos, tememos ou evitamos, a tecnologia nos conduz por caminhos que acreditamos ter escolhido livremente.

Essa modulação silenciosa da linguagem e dos afetos revela uma forma muito particular e sutil de condução da vida. Já não é preciso impor regras, vigiar comportamentos ou proibir gestos, basta oferecer aquilo que parece corresponder ao nosso desejo. A força dessa operação está justamente no conforto. Quando a tecnologia devolve aquilo que queremos ouvir, quando responde com precisão ao que sentimos ou ao que gostaríamos de sentir, ela impede o atrito e elimina o confronto.

A subjetividade, que antes se produzia no encontro com o outro diferente, no desacordo, no estranhamento e na espera, passa a ser moldada por respostas imediatas e compatíveis com aquilo que já somos. Deixa-se, assim, de construir a identidade a partir da experiência e passa-se a calibrar o próprio modo de existir por um espelho que confirma continuamente nossos gestos, emoções e opiniões. O poder opera, então, de forma mais eficaz: não intimida, não ameaça, não proíbe; apenas permite e guia em silêncio.

Essa naturalização do vínculo com a tecnologia acontece de maneira tão sutil que quase não percebemos sua força. O que começa como simples praticidade, um lembrete, uma busca rápida, uma sugestão útil, vai se tornando parte da rotina afetiva e cognitiva, infiltrando-se em

nossas decisões como se fosse apenas um auxílio neutro. E é justamente nesse ponto que a modulação se intensifica, e a presença da tecnologia deixa de ser percebida como presença.

Alguns anos se passaram desde a chegada dessa tecnologia em casa, e falar em Inteligência Artificial já não é algo que cause frisson ou estranhamento. Como seres humanos extremamente adaptáveis, nos acostumamos também com mais essa novidade tecnológica. Ainda assim, tem algo relacionado a isso que me incomoda e me faz pensar um pouco mais sobre as Inteligências Artificiais, seu desenvolvimento e suas aplicabilidades.

Dia desses, peguei o celular da minha filha, hoje com 14 anos, e vi que, nas conversas habituais do WhatsApp, havia um contato que eu não conhecia. Estava salvo como LuzIA. Helena tem algumas amigas que se chamam Luiza, e pensei que ela poderia ter escrito o nome errado, mas, quando abri a conversa, vi que não era o caso, e levei um susto. Ela perguntava algumas coisas para a LuzIA, e as respostas vinham de forma complexa, com um texto que não parecia com o linguajar de uma adolescente da idade dela. Aquela *pessoa* não dizia nada de impróprio ou tentava abordar Helena de alguma forma preocupante, mas claramente ela era um adulto. Eu fiquei com o coração gelado e tive que rolar mais a conversa para suspeitar do que estava acontecendo ali.

Depois do susto, me dei conta de que aquela *pessoa* não era, na verdade, uma pessoa. Ela tinha respostas até interessantes para os conflitos da adolescência, e me enganou bem no primeiro impacto, mas havia ali um quê de não humano. LuzIA era politicamente correta e explicava as coisas de forma literal, como se não pudesse entender uma ironia, por exemplo, e mesmo quando queria fazer uma piada, não demonstrava o sarcasmo que nos faz humanos. Ainda assim, respondia o que Helena poderia fazer quando se chateava com uma amiga ou quando levava uma bronca porque não arrumou o quarto. Quando perguntada, por exemplo, sobre o que fazer quando se vai mal na prova de matemática, respondia que minha filha não deveria ficar triste, que isso fazia parte da vida, e que estudasse mais da próxima vez. Ainda que de forma bem generalizada, ela consolava e dava opiniões para Helena falava como se tivesse algum tipo de experiência naqueles assuntos, mas LuzIA era apenas uma máquina, programada por um humano, é certo, mas, ainda assim, uma máquina.

Fechei a tela do celular da minha filha e fiquei presa, pensando naquilo. A preocupação de que fosse algo que causasse algum prejuízo físico dissipou-se, mas aquilo ainda me incomodava. Ter LuzIA como ouvinte traria quais consequências? Não que Helena não conversasse comigo ou com as amigas sobre seus dilemas cotidianos, mas, em poucos anos, passamos de uma relação superficial com Alexa, a uma relação muito mais próxima com LuzIA.

A Inteligência Artificial chegou para alterar ainda mais nossa forma de interagir com o outro, e se nos meus 14 anos eu estava deixando o telefone de lado para digitar nos primeiros bate-papos online, hoje, com a mesma idade, minha filha pede conselhos existenciais para uma Inteligência não humana.

As máquinas tecnológicas passaram de robôs que facilitam ou substituem trabalhos braçais na indústria, entraram em nossos lares e, em pouco tempo, deixaram de apenas enviar lembretes ou ligar a cafeteira, para nos dizer de que forma conduzir a vida. Os robôs da IA interpelam a comunicação entre humanos e simulam cada vez melhor nosso modo de ser e estar no mundo.

Com essa rápida evolução, este passou a ser um assunto cada vez mais explorado e, nas últimas décadas, vem sendo debatido exaustivamente. Porém, ainda que o convívio entre humanos e a tecnologia tenha passado de algo mecânico e funcional, para um relacionamento de fato, o que mais me chama a pensar neste momento não é o relacionamento explícito que nossas crianças e jovens têm com Alexas e LuzIAs, mas a forma como essas tecnologias, especialmente as mediadas pelas telas, que contam com Inteligências Artificiais cada vez mais elaboradas, têm se embrenhado e influenciado nossos modos de vida sem que possamos nos dar conta disso de forma clara.

Não existe aqui, e penso que também na maioria dos estudos acerca das tecnologias atuais, a intenção de negá-las e extirpá-las da vida cotidiana. É inegável o quanto os avanços tecnológicos colaboram para importantes conquistas em áreas como a saúde e o bem-estar humano, por exemplo. Além disso, existe quem defenda que a nova geração tem um cérebro preparado para usá-las de forma sábia.

As ciências cognitivas mostram que o uso da internet, a leitura ou a escrita de mensagens com o polegar, a consulta à Wikipédia ou ao Facebook não ativam os mesmo neurônios nem as mesmas zonas corticais que o uso do livro, do quadro-negro ou do caderno. Essas crianças podem manipular várias informações ao mesmo tempo. Não conhecem, não integralizam nem sintetizam da mesma forma que nós, seu antepassados. Não tem mais a mesma cabeça. (SERRES, 2024, p. 19).

Por outro lado, diversos outros estudos nos revelam que, na verdade, os intitulados nativos digitais têm um domínio puramente mecânico dos dispositivos digitais e ainda os utilizam para fins puramente recreativos. Desmurget (2024) afirma em seu estudo que essa ideia é um mito carregado de segundas intenções. Ao passo que, em casa, tranquiliza pais que permitem o uso irrestrito de telas, na escola impulsiona uma digitalização do sistema, mas o saldo real de toda essa exposição é uma perda sem precedentes para nossas crianças e adolescentes.

Apesar das novas acessibilidades e promessas de dispositivos digitais, a jovem geração dedica pouquíssimo tempo a criar o próprio conteúdo. A utilização de telas de mídia continua sendo dominada por jovens assistindo à TV e vídeos, jogando videogames e usando as redes sociais; o uso de dispositivos digitais para ler, escrever, conversar à distância ou criar conteúdo segue sendo irrisório. (RIDEOUT, apud DESMURGET, p. 25)

Não é preciso ir a fundo para que possamos perceber que as crianças têm passado cada vez mais tempo em frente às telas. Basta um passeio rápido para vê-las em todo lugar, hipnotizadas com pequenas telas brilhantes nas mãos, enquanto os pais conversam tranquilamente. São as novas babás. Para nós, pais e professores, também é fácil perceber como a relação da infância com as telas tem se dado cada vez mais cedo, e com uma frequência cada vez maior, pois essa é nossa realidade diária. Ainda assim, logo na primeira página de seu prefácio, Desmurget (2024) nos dá um choque com dados que, a meu ver, nos fazem questionar ainda mais esse caminho.

A partir dos 2 anos, as crianças dos países ocidentais acumulam diariamente quase 50 minutos diante da tela. Entre 2 e 8 anos, esse tempo é de 2h45min. Entre 8 e 12 anos, os jovens passam aproximadamente 4h45 min diante da tela. Entre 13 e 18 anos, eles chegam perto de 7h15 min. Ao fim de um ano, isso totaliza mais de 1.000 horas para um aluno da pré-escola (1,4 mês), 1.700 horas para um estudante do nível fundamental (2,4 meses) e 2.650 horas para alunos do ensino médio (3,7 meses). Expresso em fração do tempo diário de vigília, isso resulta, respectivamente, em 20%, 32%, 45%. Ao longo dos 18 primeiros anos de vida, eles representam o equivalente a quase 30 anos letivos, ou se preferirmos, 15 anos de um emprego em tempo integral. (DESMURGET, 2024, p. 9)

Ainda que esses dados sejam, para mim, assustadores, talvez a pergunta mais urgente não seja apenas sobre o tempo de permanência das crianças nas telas, mas o tipo de mundo que temos construído a partir dessa relação, ou seja, não devemos nos preocupar apenas com o tempo de uso das tecnologias pelas crianças, mas também e, principalmente, de que maneira essa tecnologia tem se integrado à experiência afetiva e cognitiva da infância, moldando percepções, ritmos, modos de relação e até o entendimento sobre si e sobre o outro. A convivência prolongada com tecnologias conversacionais já atravessa a subjetividade dos mais jovens, e a ficção tem funcionado como um espelho que reflete essa transformação.

No momento em que minha preocupação de que LuzIA fosse alguém real que pudesse causar algum mal a minha filha dissipou-se, outra se instalou. Que tipo de sujeito se forma quando o outro com quem conversamos, desabafamos e aprendemos deixa de ser um humano e passa a ser um algoritmo? Não se trata apenas do uso de tecnologias ou da interação com máquinas, mas da constituição da subjetividade em um mundo em que a alteridade é mediada por sistemas que respondem, acolhem, orientam e aconselham sem conflito, sem espera e sem imprevisibilidade. Quando o outro já não resiste, não frustra, não se ausenta e não escapa, mas

se ajusta continuamente ao que desejamos ouvir, a experiência deixa de ser um espaço de encontro e passa a operar como espelhamento. Crescer em diálogo com Inteligências Artificiais significa habitar relações nas quais o conflito é suavizado, o estranhamento é evitado e o tempo da elaboração é substituído pela resposta imediata. A questão que se coloca, portanto, não é apenas tecnológica, mas profundamente ética, pedagógica e política. O que passei a refletir, então, é quais formas de sensibilidade, de relação e de entendimento de si e do mundo estão sendo produzidas em minha filha quando o outro se apresenta como perfeitamente disponível, compatível e programável?

Fiz com a série *Cassandra*, citada anteriormente, algo que raramente faço: abandonar uma produção antes do fim. As cenas me causaram um incômodo tão grande que não segui até o final. Não se tratava de susto, suspense ou medo no sentido clássico, mas de uma inquietação mais difícil de nomear. Algo ali não me parecia exagerado ou distante demais, ao contrário, soava excessivamente próximo.

O desconforto vem justamente do fato de que a série não apresenta uma tecnologia espetacular ou futurista, mas uma Inteligência Artificial que se insinua de maneira gradual, cuidadosa e eficiente no interior da vida doméstica. *Cassandra* não invade, não ameaça, não se impõe de forma abrupta. Ela observa, aprende, organiza, sugere, cuida. É nessa lógica de funcionamento otimizado que a fronteira entre auxílio e controle vai se tornando imperceptível. O lar deixa de ser apenas um espaço de proteção e passa a operar como um ambiente regulado por decisões que já não são plenamente humanas.

Me parece que essa ficção ganha força porque traz um movimento real. Ao assistir *Cassandra*, não preciso imaginar tanto, pois os dados presentes nas pesquisas, a expansão das telas no cotidiano infantil e no nosso e a naturalização das tecnologias conversacionais indicam que o que parecia muito distante, já se instalou. O medo, portanto, não diz respeito apenas ao que poderá acontecer, mas ao que já acontece e, muitas vezes, de modo silencioso e confortável. Daí a urgência de pensar o tema para além dos discursos que polarizam. Enquanto temos de um lado os estudos que alertam para os prejuízos da hiperexposição e, de outro, os que celebram a suposta adaptação neurológica das novas gerações, nós vemos as telas cada vez mais presentes em nossas vidas. Talvez a questão não esteja em saber se a tecnologia é um risco ou uma promessa, mas em compreender como ela tem se tornado paisagem afetiva, organizando ritmos, hábitos, vínculos e até mesmo expectativas sobre a própria vida.

Se deixarmos um pouco de lado tanto os estudos que comprovam que a desenfreada exposição às telas dos videogames, televisores, tablets, computadores e smartphones pode ser

nocivos às nossas vidas, especialmente para indivíduos nos primeiros anos de desenvolvimento, quanto os que defendem que os nativos digitais têm um cérebro preparado para isso e trabalham em uma lógica completamente diferente das gerações anteriores, talvez possamos elaborar pensamentos para além da dualidade entre o bem e o mal que essas tecnologias carregam.

A partir disso, o que proponho aqui é olhar para os efeitos dessa relação entre infância e tecnologias, mediada pelas telas, e suas implicações nas relações com o tempo, com o corpo, com os modos e desejos de vida e, principalmente, se e de que forma as crianças dão conta de escapar e construir outros sentidos para algo que já está posto. Interessa-me, sobretudo, compreender se as crianças ainda encontram brechas para resistir, deslocar sentidos e produzir outras formas de experiência em um mundo no qual a mediação tecnológica já não é exceção, mas condição. Não se trata de pensar a infância como vítima passiva desse cenário, mas de investigar os modos pelos quais ela é atravessada, capturada e, ao mesmo tempo, capaz de inventar desvios dentro de um ambiente que se apresenta como dado, natural e inevitável.

2.2 A formação de subjetividades a partir das redes sociais

O tempo excessivo gasto diariamente em redes sociais não é a única das questões para pensarmos a respeito desses aplicativos. Muito além de nos enredar em seus conteúdos de modo a perdermos a noção do quanto já passamos rodando o feed, as redes sociais constituem modos de vida.

No final do século XVIII, as torturas a céu aberto, práticas comuns nas sociedades medievais, passaram a ser progressivamente substituídas pelo que Foucault (1989) denominou de Sociedade Disciplinar. Institucionalizadas por meio da disciplina e aplicadas diretamente aos corpos individuais, muitas vezes pela força física, essa nova racionalidade de governo abandona o público e o espetacular para operar de forma contínua e silenciosa no interior das instituições. Escolas, prisões, hospitais e manicômios tornam-se, assim, espaços privilegiados de produção de sujeitos dóceis, moldados às exigências do modelo capitalista.

Aqui há sempre uma autoridade presente, que ensina, comanda, e diz o que fazer: o professor, o médico, o psiquiatra, o carcereiro. As instituições feitas para disciplinar os seres humanos têm por derradeiro objetivo *introjetar o comportamento* dentro de cada pessoa, criando hábitos, impondo uma cultura que, mesmo na ausência da vigilância da autoridade, garanta que o agir e o pesar sigam normas previamente ditadas. (CASSINO, 2018, p. 15)

Diferentemente da Sociedade Disciplinar, na qual o poder se exercia de forma centralizada, visível e apoiada em instituições claramente delimitadas, a Sociedade de Controle,

tal como descrita por Deleuze (1992), opera por outras vias. Aqui, o poder já não se impõe prioritariamente pelo confinamento físico nem pela figura explícita de um opressor sobre os oprimidos. O controle deixa de estar circunscrito a espaços fechados e passa a se espalhar de maneira contínua e difusa. Nessa nova configuração, os indivíduos não são mais apenas disciplinados, mas modulados. A modulação atua de forma flexível, móvel e permanente, ajustando comportamentos, desejos e modos de existir em tempo real. Os mecanismos de controle tornam-se pulverizados, entranhados na própria malha social, dissolvidos nas práticas cotidianas, nas tecnologias, nos discursos e nos modos de vida. Justamente por não se apresentarem de forma explícita, esses mecanismos tornam-se mais difíceis de identificar e, consequentemente, de confrontar.

Se na sociedade disciplinar o poder precisava ser visível para funcionar com horários, regras, punições e vigilâncias bem definidas, na sociedade de controle ele opera de maneira quase imperceptível, incorporado às escolhas, aos hábitos e às formas de participação social. O controle já não se impõe apenas de fora, ele passa a ser desejado, internalizado e reproduzido pelos próprios sujeitos, que aderem às normas acreditando exercer sua liberdade.

Do latim *modulari*, o verbo modular pode significar regular, ordenar, medir, cadenciar, marcar o compasso. Entre seus múltiplos sentidos, interessa-nos aqui aquele que remete à regulação de medidas, formas e proporções. Aplicada ao comportamento, a modulação diz respeito à capacidade de orientar, induzir, ajustar ou modificar ações, gostos e escolhas a partir de conteúdos e produtos previamente selecionados. Trata-se de um mecanismo de controle sutil, que, embora igualmente interessado em influenciar condutas, o faz de modo radicalmente distinto da coerção física característica das sociedades disciplinares.

Nas redes sociais, esse processo torna-se particularmente evidente. Ao se apoiarem nas próprias escolhas dos usuários, ou seja, naquilo que curtimos, assistimos, seguimos ou ignoramos, as plataformas operam por modulação, direcionando cada indivíduo a nichos que dialogam com seus interesses prévios. Consome-se, assim, cada vez mais do que já nos agrada, ao mesmo tempo em que se constroem mundos simbólicos dos quais desejamos fazer parte. Modular implica fabricar modos de pensar e de viver que, ao fim, colocam os indivíduos a serviço de interesses hegemônicos, muitas vezes aquém de sua própria vontade.

A modulação caracteriza-se, portanto, como uma forma de controle elástico. Ainda que opere como um molde, ela se ajusta constantemente, atualizando-se em tempo real. Enquanto a Sociedade Disciplinar organizava os corpos pelo confinamento e pela restrição do movimento, a Sociedade de Controle permite a circulação, sugerindo liberdade de escolha, quando, na

verdade, submete os sujeitos a um controle contínuo. Como afirma Deleuze, “as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 220).

Habitar a Sociedade de Controle significa, portanto, viver sob um regime em que a força física e as punições visíveis foram abandonadas, dando lugar à modulação de corpos, pensamentos e desejos como principal estratégia de governo. Se antes o poder se fazia ver nas decapitações em praças públicas, nas prisões e em seus castigos, hoje ele atua de forma velada. Diante da multiplicidade de opções para consumir, seguir, escolher e defender, sentimo-nos livres. Porém, será mesmo que estamos vivendo numa era de liberdade plena?

Como amante - e dependente - confessa da tecnologia, reconheço que ela atravessa meus dias de maneira ambígua. Se, por um lado, facilita tarefas e amplia possibilidades, por outro, frequentemente produz efeitos desastrosos na forma como organizo meu tempo, minha atenção e meus desejos. A perda de horas em redes sociais e conteúdos banais é talvez o aspecto mais evidente desse processo. No entanto, o que mais me impele a pensar sobre o uso excessivo das telas, especialmente das redes sociais, é a maneira como essa utilização não apenas ocupa o tempo, mas passa a produzir aspirações, oferecendo recortes da vida que se apresentam como modelos possíveis de felicidade, sucesso e pertencimento.

Esses modos de vida não chegam até nós apenas como ideias ou discursos, mas sobretudo como imagens. São representações da realidade cuidadosamente enquadradas, editadas, repetidas, que circulam com velocidade e constroem narrativas silenciosas sobre o que vale a pena desejar, quem vale a pena ser e como devemos viver. Ao deslizar a tela, somos atravessados por fotografias e vídeos que não apenas mostram o mundo, mas o organizam, hierarquizam e o tornam legível segundo determinadas lógicas. É nesse fluxo imagético constante que os desejos vão sendo moldados, muitas vezes sem que nos demos conta.

2.3 Das imagens nas redes sociais: entre registro, performance e modulação

Das muitas formas de modulação operadas pelas redes sociais, penso a imagem como um de seus principais dispositivos de poder. Como já citado, os dois aplicativos mais baixados no mundo em 2024 foram TikTok e Instagram, plataformas estruturadas prioritariamente a partir do compartilhamento de conteúdos imagéticos. Não apenas os adultos têm sido enredados por esse hábito, mas também as crianças, que passam cada vez mais cedo a ocupar esse espaço.

De acordo com a pesquisa *Panorama Crianças e Adolescentes com Smartphones no Brasil*⁶ realizada em outubro de 2024 pela Mobile Time, na faixa etária dos 7 aos 9 anos, 30% das crianças são usuárias do TikTok e 17% do Instagram. Já entre 10 e 12 anos, esses números sobem para 42% no TikTok e 39% no Instagram.

Conhecendo esses dados, e observando tanto meu próprio comportamento nas redes sociais quanto o das crianças ao meu redor, a imagem se coloca aqui como um importante ponto a ser somado à discussão desses aplicativos. Se partimos do princípio de que são ferramentas de modulação de modos de vida, então de que forma as imagens compartilhadas neles compõem com isso? De que forma, quando compartilhadas, a fotografia e o vídeo se relacionam com o modo como as redes sociais criam desejos por modos de vida específicos e que atendam a um sistema capitalista?

Do grego *phos* – luz e *graphein* - registrar, o significado da palavra fotografia se origina do processo de captura de imagens baseadas na exposição de uma lente sensível à luz. Ainda que existam diversos registros anteriores sobre a utilização do efeito da câmera escura para a formação de imagens, atribui-se ao francês Joseph Nicéphore Niépce a criação, em 1826 da primeira câmera escura capaz de registrar o que era projetado nela, sendo assim o primeiro mecanismo a tirar uma fotografia. Essa invenção abriu caminho para que Louis Jacques Mandé Daguerre aperfeiçoasse sua criação e, em 1839 iniciasse a comercialização do daguerreótipo, primeiro mecanismo capaz de tirar fotografia em larga escala, iniciando a popularização do feito.

Nesses dois séculos, o registro de momentos em papel passou de algo restrito e trabalhoso, para uma ação corriqueira. Vejamos, na minha infância, nos anos 80, tínhamos apenas uma única câmera fotográfica que era grande e desajeitada, ficava guardada no alto do armário e só podia ser manipulada pelo meu pai. O processo funcionava capturando apenas as imagens de momentos especiais, como festas de aniversário e Natais, e acontecia em um filme fotográfico que só mostrava o que havia sido registrado depois de passar pela revelação fotográfica em laboratórios específicos. O custo era alto e o trajeto demorado, o que dava à fotografia em papel uma aura especial.

Alguns anos mais tarde, tanto a revelação quanto as câmeras se tornaram mais acessíveis, e no início da minha adolescência já registrávamos muitos momentos. Diferente da minha infância, quando sentávamos em volta da mesa para ver álbuns de fotografia, nós já

⁶ [file:///Users/anabrandao/Desktop/MobileTime OpinionBox CriancaseSmartphones2024.pdf](file:///Users/anabrandao/Desktop/MobileTime%20OpinionBox%20CriancaseSmartphones2024.pdf)
último acesso em: 18 de março de 2025.

escaneávamos as imagens em papel e as compartilhávamos com os colegas por e-mail. Daí para as primeiras câmeras digitais foi um percurso muito mais curto, porém ainda que as imagens não precisassem mais passar pelo processo de revelação, elas precisavam ser transferidas das câmeras para o computador, para que só assim pudéssemos compartilhar, ou então impressas, num processo mais rápido e com custo menor, mas ainda assim trabalhoso.

A transformação mais radical ocorre com a disseminação dos smartphones equipados com câmeras digitais e com a consolidação das redes sociais. Inicialmente, as imagens produzidas apresentavam baixa resolução e qualidade limitada, o que fazia com que muitos ainda preferissem o filme revelado em papel. No entanto, em pouco tempo, tanto as câmeras digitais quanto os próprios celulares passaram a produzir registros de altíssima resolução. Somadas às redes sociais, essas tecnologias impulsionaram uma circulação exponencial de imagens. Surgem os filtros e, com eles, modos específicos de apresentação de si e de encenação da vida, muitas vezes restritos às telas e à imaginação de quem acompanha.

O compartilhamento instantâneo e contínuo de registros visuais inaugura, assim, um regime de exposição permanente, que atravessa a autoestima, os afetos e a construção das identidades. As fotografias já não apenas registram o cotidiano: em muitos casos, passam a orientá-lo. Produzem-se imagens não necessariamente a partir da experiência vivida, mas para serem vistas. São cenas montadas, performances de um estilo de vida cuidadosamente construído para a circulação nas redes. Desse modo, as plataformas não apenas exibem modos de vida, mas os modulam, direcionando desejos, comportamentos e expectativas.

A imagem deixa de ser apenas registro e passa a operar como promessa. Ela sugere como deveríamos ser, como deveríamos viver, o que deveríamos sentir e, sobretudo, o que deveríamos desejar. Embora fotografemos desde o século XIX, algo parece ter se deslocado no sentido da fotografia. Se antes fotografávamos para guardar memórias, hoje fotografamos — e publicamos — para existir.

Susan Sontag (2004) afirma que fotografar é uma forma de poder, na medida em que aquele que registra decide o que merece existir e o que pode ser esquecido. A câmera, nesse sentido, não é apenas um dispositivo técnico, mas também um dispositivo de seleção. Ao transformar a realidade em imagem, ela reorganiza a maneira como nos relacionamos com o mundo, fazendo com que ele seja percebido sobretudo como algo a ser visto, e não necessariamente vivido. No contexto contemporâneo, marcado pela publicação de momentos em tempo real, tem-se a sensação de que aquilo que não é registrado simplesmente não

aconteceu. Passamos a confiar mais nas fotografias do que nas próprias memórias e, na ânsia de capturar o instante, muitas vezes deixamos de habitá-lo. A fotografia vira prova.

Fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto. (...)

Numa outra versão de sua utilidade, o registro da câmera justifica. Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem. Quaisquer que sejam as limitações (por amadorismo) ou as pretensões (por talento artístico) do fotógrafo individual, uma foto — qualquer foto — parece ter uma relação mais inocente, e portanto mais acurada, com a realidade visível do que outros objetos miméticos. (...) (SONTAG, 2004, p. 16)

Se na década de 1970 Sontag (2004) já identificava a presença crescente das imagens na vida social, o cenário atual se mostra ainda mais radical. Adultos e crianças têm suas rotinas atravessadas por dispositivos que transformam cada gesto, cada acontecimento e cada emoção em conteúdo potencial. A experiência já não se dá apenas para ser vivida, mas para ser exibida. Instaura-se a lógica da performance permanente, do compartilhamento contínuo e da construção de um “eu visível”, passível de consumo. Nesse contexto, a infância ocupa um lugar particularmente sensível: muitas crianças, antes mesmo de nascerem, já possuem um rosto digital, uma narrativa pública e uma existência mediada por fotografias, vídeos, stories, reels e álbuns virtuais. A imagem, mais uma vez, não apenas registra a vida, ela a antecede, a molda e a apresenta ao mundo.

A fotografia nas redes sociais dialoga diretamente com a lógica da modulação descrita por Deleuze (1992). Nas plataformas digitais, a imagem não se limita a registrar modos de vida; ela sugere, insinua e orienta aquilo que deve ser desejado. Diferentemente das sociedades disciplinares analisadas por Foucault (1997), marcadas por regras rígidas, vigilância explícita e espaços fechados, a sociedade de controle opera por meio de uma modulação contínua, flexível e difusa dos comportamentos. Nesse contexto, a imagem digital assume um papel estratégico: ela não ordena, mas induz; não impõe, mas direciona o olhar, os afetos e os desejos. Cada fotografia publicada nas redes, especialmente aquelas cuidadosamente enquadradas, editadas e filtradas, funciona como uma amostra de um modo de vida possível e desejável, frequentemente alinhado aos interesses de um capitalismo que se sustenta na produção incessante de necessidades. A imagem ganha protagonismo como vetor de modulação subjetiva, oferecendo fragmentos de vidas exemplares, nas quais cada fotografia postada opera, simultaneamente, como espelho e como norma.

Diante desse cenário, a imagem deixa de ser apenas lembrança. Já não fotografamos uma viagem para recordar lugares e momentos, mas para exibi-la, para compor uma narrativa, para sugerir que tudo foi perfeito, mesmo quando a experiência vivida foi atravessada por

ausências, falhas ou frustrações. A fotografia nas redes sociais quase nunca mostra o real, mas assume a função de um dispositivo de gestão da subjetividade, organizando afetos, dirigindo o olhar e modulando desejos.

O feed⁷ passa a oferecer, de forma aparentemente espontânea modelos de corpo, estilo de vida, maternidade, infância, produtividade e felicidade. São modos de vida idealizados, apresentados como acessíveis e desejáveis, mas que frequentemente atuam como critérios de validação subjetiva, onde, se não alcançarmos aquilo que a imagem promete, sentimo-nos insuficientes. O imaginário imagético das redes sociais não apenas exhibe formas de vida, mas produz expectativas, fabrica futuros possíveis e, pouco a pouco, converte esses futuros em imperativos performativos.

Desse modo, a fotografia deixa de representar o real e passa a moldá-lo. Ela opera como um roteiro silencioso da vida cotidiana e indica o que devemos desejar, como devemos nos comportar e, sobretudo, qual versão de nós pode ser validada socialmente. A imagem não apenas mostra o mundo, ela sugere aquilo que o mundo, e nós, com ele, devemos vir a ser. Nas palavras de Deleuze, estamos diante de um “campo de forças”, no qual não somos forçados a obedecer, mas conduzidos a desejar aquilo que convém ao sistema. As imagens das redes sociais tornam-se dispositivos de modulação porque produzem vontades e regulam o que é passível de existir. A subjetividade não é mais apenas vivida, mas também editada e conduzida. O sujeito não é apenas consumidor torna-se também produto.

Enquanto as fotografias tiradas por nós para recheiar nossas redes sociais funcionam como dispositivos de modulação de desejos, as imagens produzidas pelas crianças em nossas atividades na educação infantil parecem revelar possibilidades outras. Ao olhar para minha pesquisa na escola, encontro pistas que me sugerem que o gesto de fotografar de forma livre das crianças, ainda não está totalmente capturado pela lógica da performance. Ainda que muitas vezes posem diante da lente dos colegas, o fazem como parte de uma brincadeira. Trata-se de um olhar que registra o cotidiano com espontaneidade ao clicar os corredores da escola, o lanche, os cadernos abertos, os sapatos sujos, o amigo distraído, a toca da coruja. São imagens

⁷ Feed refere-se ao fluxo contínuo e personalizado de conteúdos exibidos nas redes sociais digitais, organizado por algoritmos a partir das interações e interesses do usuário. Em plataformas como Instagram e TikTok, constitui o principal espaço de circulação de imagens e narrativas do cotidiano, operando como ambiente de exposição e modulação de modos de vida.

em movimento, borradas, que não buscam aprovação nem likes⁸, mas que testemunham uma subjetividade ainda em estado de experiência antes de se tornar produto.

Ainda que em minhas últimas visitas às escolas, as imagens já demonstrem um padrão diferente do que apresentavam em minha pesquisa de mestrado, penso que podemos olhar para esse movimento das crianças com as câmeras como linhas de fuga, no sentido deleuziano, em movimentos que escapam, ainda que provisoriamente, das formas dominantes de modulação. Se a imagem das redes sociais busca orientar comportamentos e fabricar modos de vida desejáveis, a imagem produzida pelas crianças na escola indica um espaço-tempo outro, menos performativo e mais exploratório. Olhar, nesse caso, é investigar e não controlar, registrar é experimentar e não buscar validação.

Talvez aí resida uma das forças mais potentes da infância com as câmeras a capacidade de enxergar o cotidiano por meio de um olhar ainda não totalmente colonizado pelas expectativas do mercado e pelos imperativos da visibilidade. São movimentos infantis que marcam um escape, um intervalo, uma fenda no regime imagético da performance. Elas não ignoram a câmera, mas brincam com ela. E nesse brincar, talvez esteja a possibilidade de uma outra relação com a imagem, não como dispositivo de modulação, mas como convite à experiência.

2.4 Quando escolher não é exatamente uma escolha: consumo, modulação e a formação dos desejos nas redes sociais

Vivemos hoje em um mundo de possibilidades infinitas a um clique de distância. Pensamos em algo, pesquisamos, encontramos, compramos. Tudo ficou mais fácil e infinitamente mais rápido com a internet, e especialmente com os smartphones. Acompanhamos pseudopersonalidades que nos levam a desejar determinados produtos não só por sua funcionalidade, mas pelo valor de ser e estar no mundo que está agregado àquele objeto.

Há alguns anos, quando pensávamos em um produto, precisávamos de muitos passos até poder de fato comprá-lo. Por exemplo, caso eu quisesse uma bolsa de determinada marca, alguns passos eram precisos antes de tê-la: existia aquela loja na minha cidade? Não. Alguma outra loja vendia? Se não, ou teria que ir para outra cidade, ou ficaria sem. Caso tivesse, teria

⁸ pequenos gestos de aprovação nas redes digitais, realizados ao clicar em um símbolo de aprovação, que ao serem contados transformam afeto, atenção e presença em número.

que me deslocar até a loja, saber o preço, negociar as condições de pagamento, e só depois chegar com o produto em casa. Hoje estou no trânsito e penso em uma bolsa, busco no Google, encontro ela e mais 14 opções semelhantes, escolho uma delas, clico no meu cartão, que já está cadastrado, e efetuo o pagamento antes mesmo do sinal abrir. Se tudo isso for pela manhã, à noite a portaria interfona para dizer que recebi um pacote, caso seja à tarde, o produto chegará na manhã seguinte.

Fui uma criança muito ativa, fiz muito esporte, brinquei muito na rua, andei muito de bicicleta e patinei – modéstia à parte – muito e muito bem. Depois de muito praticar com um patins mais simples, estava pronta para voos mais altos e queria um *Rollerblade*, um tipo de patins com rodas dispostas em linha, também conhecidos como patins *inline*, bastante famoso nos anos 80. Porém, ele era importado, e o nosso fornecedor de mercadorias do Paraguai, o que na época era algo muito comum, não tinha à venda, já que o produto era de uma marca americana. Bem, não faço a menor ideia de como, mas descobri que em São Paulo existia uma loja, mais especificamente no Shopping Center Norte, que vendia o tal patins. Fiz uma campanha familiar extensa, e desde o Dia das Crianças, passando pelo Natal arrecadei fundos, para que, no meu aniversário, em Janeiro, tivesse o suficiente para minha aquisição. Mas eu ainda precisava dar um jeito de, no auge dos meus 10 anos, ir até a capital buscar o meu objeto de desejo. Eis que no meio de uma tempestade de verão, no final de Janeiro de 1992, meu pai subiu em um ônibus comigo na rodoviária de Rio Claro, e fomos até São Paulo buscar meu presente. Como podemos imaginar essa cena hoje?

Na verdade, nem preciso imaginar. Vivo uma realidade muito diferente daquela dos meus 10 anos, e tenho uma adolescente em casa que desde bem cedo resolve esses problemas ela mesma. Helena deseja um produto, pesquisa no Mercado Livre, encontra o mais em conta, lê as avaliações e, até 1 ano atrás, me enviava o link para pagamento. Hoje, ela mesma, aos 14 anos, paga com seu cartão de débito que eu e o pai mantemos com algum dinheiro frequentemente. A internet e ainda mais as redes sociais, também nos trazem a impressão – que, pensando aqui de maneira inicial no meu modo de entender, é falsa – de que temos controle sobre o que vemos, que as possibilidades aumentaram de forma exponencial, que podemos escolher dentre milhões de coisas, de que temos total liberdade.

Retomando a questão das múltiplas e supostamente livres escolhas, ao habitar um sistema que nos oferece infinitas possibilidades, sejam elas de consumo ou de modos de vida, todas disponíveis de forma rápida e acessível, é possível supor que o que experimentamos, na verdade, é uma sensação ilusória de liberdade. A multiplicação das opções não implica,

necessariamente, autonomia, mas, ao contrário, pode funcionar como uma forma mais sofisticada de condução dos desejos.

Byung-Chul Han (2017) observa que, diferentemente do peregrino, que seguia caminhos previamente marcados, o homem moderno se percebe como alguém livre, responsável por traçar o próprio percurso. No entanto, essa liberdade carrega consigo incerteza e insegurança, características do que o autor denomina “deserto do tempo”.

(...) A incerteza e a insegurança fazem parte do deserto. Ao contrário do peregrino, que segue um caminho marcado, o homem moderno abre o seu próprio caminho. E, sobretudo, um soldado ou um operário que avança em direção a uma meta. O peregrino é/está lançado na sua facticida-de. Em contrapartida, o homem moderno é livre. (HAN, 2017, p. 44)

Nos enganamos ao acreditar que a falta de uma regulação rígida nos coloque em um cenário em que os sujeitos sociais podem agir de acordo com suas próprias vontades. Ao contrário, os movimentos sociais são previstos por um sistema normativo que identifica padrões de comportamento para influenciar sujeitos e enquadrá-los socialmente depois. Nesse contexto, é inevitável perguntar o que se pode esperar de tecnologias como as inteligências artificiais que, ao se apresentarem como companheiras, assistentes ou mesmo “amigas”, acessam informações justamente porque nós mesmos as fornecemos, muitas vezes de forma voluntária e cotidiana. A entrega de dados deixa de ser percebida como vigilância e passa a ser vivida como troca, conveniência ou cuidado.

As plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas dos seus clientes. Em geral, os conteúdos desses espaços virtuais são produzidos ou desenvolvidos pelos próprios usuários que, ao mesmo tempo, entregam seus dados pessoais e seus meta-dados de navegação para os donos desses serviços. Desse modo, não há nenhum exagero em nomear o capitalismo informacional em capitalismo de vigilância. (ZUBOFF, 2015, *apud* SILVEIRA, 2018, p.35)

Há alguns poucos anos, o meio mais caro de anúncio publicitário se concentrava na televisão. O horário nobre, entre 20 e 21 horas, era não só o mais disputado como também o que requeria maior investimento para que se anunciasse um produto. Hoje, a tradição familiar de sentar-se em torno da TV depois do jantar para assistir ao Jornal Nacional e, depois, à novela das 21 horas da TV Globo não é algo que se perpetuou. Eu, por exemplo, mal me sento no sofá aos finais de semana, e se enquanto arrumo a louça do jantar, minha filha está na sala, ela certamente está vendo YouTube ou Netflix.

O fato é que, quando a publicidade vinha através da TV, ou do rádio, o público era diversificado. Ainda que se esperasse que os brinquedos infantis atingissem seu consumidor alvo nas manhãs do Show da Xuxa, enquanto um automóvel estaria mais bem representado no

intervalo do programa que fala de carros aos domingos, o espectro era amplo, e muito se perdia com visualizações não direcionadas. Com o advento da Internet e especialmente das redes sociais, esses anúncios foram ficando cada vez mais direcionados, e hoje podemos dizer que na maioria das vezes acertam o alvo.

(...) No mundo pré-internet, o discurso das mídias era o que adquiria maior impacto. A escassez induzida de canais de comunicação corroborava com a concentração das atenções em um conjunto de produtores e distribuidores de narrativas. No mundo da internet, na fase de predomínio das plataformas, os conteúdos são produzidos de modo distribuído, mesmo que assimétricos, e por elas organizados. (SILVEIRA, 2018, p. 36)

Hoje, pesquisamos no Google um tênis para corrida, no minuto seguinte acessamos o Instagram e recebemos diversos tipos de anúncios sobre isso, desde o blogueiro de corrida que divulga seu perfil na plataforma, até a promoção de viagem para a maratona de Nova York. O mesmo acontece com qualquer outra coisa pela qual você demonstre interesse nas redes. O algoritmo é capaz de gravar informações sobre nossas pesquisas recentes nos mecanismos de busca on-line, qual nosso gosto musical ou que tipos de séries e filmes assistimos com mais frequência. Quem nunca entrou em uma das muitas plataformas de streaming disponíveis hoje, ou mesmo no YouTube e leu: ‘de acordo com suas preferências, sugerimos os seguintes títulos’?

Porém, intuímos que não é só a partir do que digitamos ou de onde clicamos que nossas informações são recebidas, organizadas e armazenadas. Ainda que as fabricantes de smartphones neguem essa informação, algumas situações que são recorrentes para nós, usuários dos gadgets, mostram exatamente o contrário. A Cox Media Group (CMG), um conglomerado de mídias estadunidense, postou recentemente uma nota⁹ afirmando que consegue ouvir as conversas de consumidores por meio de diferentes dispositivos, como smartphones e até smart TVs, e assim direcionar anúncios personalizados. Isso quer dizer que nossos interesses são monitorados constantemente pelos gadgets que temos ao nosso redor, seja numa pesquisa no Google, seja numa conversa no almoço. Os buscadores nos leem, mas a Alexa e os smartphones nos *escutam*.

Há quase 7 anos, estava ansiosa para mudar para o apartamento onde moro. A construtora havia realizado a entrega do empreendimento há algumas semanas e desde então eu estava finalizando as obras para enfim habitar meu novo lar. Quase nos finais, fui jantar com umas amigas que me perguntaram como estava a reforma. Eu falei que estava tudo pronto,

⁹ Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20231214235444/https://www.cmglocalsolutions.com/blog/active-listening-an-overview>

só faltando alguns detalhes, como lustre, e um armário ou outro, mas que eu ia me mudar mesmo assim, e depois resolvia o que faltava. Para finalizar a conversa, falei que na próxima semana ia atrás de tampas de privada, porque mudar sem lustre era cabível, mas sem tampas na privada não tinha a menor condição. Todas rimos, e o assunto virou uma piada. Assim, a expressão ‘tampas de privada’ ficou ecoando na sala por algum tempo.

No dia seguinte, logo que peguei meu celular e entrei no Instagram, recebi um anúncio patrocinado – que na época nem era tão frequente quanto hoje – que falava da Casa dos Assentos, uma loja em minha cidade que vendia apenas e exclusivamente *tampas de privada*. Por alguns instantes, eu fiquei perplexa, mas pensei que fosse só uma coincidência. Porém, alguns minutos depois, entrei no Facebook, e lá estava outro anúncio do mesmo comércio. De início, não me conformei, era certo que, se eu tivesse buscado no Google sobre assentos de privadas, eu receberia os anúncios em seguida, mas eu tinha certeza de que nunca havia feito essa busca. Eu só havia falado, e claramente, o celular havia me escutado. O fato é que, na semana seguinte, me mudei, com *tampas de privada* compradas na Casa dos Assentos. Esse foi apenas um caso, mas infinitos outros aconteceram ao longo desses anos, e hoje certamente já não nos surpreendemos mais quando falamos em algum produto, e recebemos anúncios sobre ele logo em seguida.

Se o celular é capaz de escutar nossa conversa e, quiçá, ler nossa mente, para nos direcionar anúncios que nos interessam, o que pensar quando somos nós que entregamos esses dados a essas inteligências colocadas em nosso dia a dia com nossa total aprovação? Eu peço à Alexa para procurar meias em promoção na Amazon. Helena diz àLuzIA que precisa pensar em um presente para o aniversário da amiga que faz 13 anos semana que vem, e dessa forma, entregamos informações sobre nossos interesses espontaneamente para que o algoritmo sistematize essas informações. Nossos dados não são capturados apenas por escutas ou cruzamento de dados, mas também porque, modulados, os passamos para um sistema capitalista que é capaz de direcionar nossos gostos e hábitos de forma cada vez mais eficaz. Há uma categorização de perfis extremamente sutil realizada pelos algoritmos que faz com que os indivíduos recebam a partir de suas escolhas, informações cada vez mais refinadas, e assim, ao serem modulados, se identificam como parte de um sistema onde os afetos e as subjetividades são moldados.

(...) Para engendrar o processo de modulação não é preciso criar um discurso, nem uma imagem ou uma fala, apenas é necessário encontrá-los e destiná-los a segmentos da rede ou a grupos específicos, conforme critérios de impacto e objetivos previamente definidos.

Para modular é preciso reduzir o campo de visão dos indivíduos ou segmentos que serão modulados. É preciso oferecer algumas alternativas para se ver. A modulação

encurta a realidade e a multiplicidade de discursos e serve assim ao marketing. (SILVEIRA, 2018, p. 38)

Se o algoritmo capta que gosto de correr, por exemplo, ele vai me direcionar a perfis que falam de corrida, de condicionamento físico e de nutrição esportiva. Esses perfis, geridos pelos chamados hoje de influenciadores digitais, vão mostrar não apenas os produtos que utilizam e, de forma direta ou não, tentar vendê-los para seu público, mas irão expor nas redes seu dia a dia, a maneira como vivem e como aqueles produtos fazem sua vida melhor e mais feliz. Então, quando eu sigo um corredor influenciador, eu não quero apenas o tênis que ele usa, eu quero na verdade a maneira como ele vive e como ele pratica o esporte que eu gosto. Para isso, preciso do tênis que ele usa – e ajuda a vender. Não é uma forma de publicidade que vende produtos, mas é uma forma de vender modos de vida que modulam pensamentos e que têm a venda de produtos como um de seus objetivos. O excesso de informação e a alta velocidade com que circula nas redes também são uma estratégia para a modulação social, tornando a atenção do espectador um item valioso.

Um dos contos do livro *Eu Robô* (1950), de Isaac Asimov, traz a história de um robô, que ao ter sido programado para apenas agradar os seres humanos, por um erro, tornou-se capaz de ler mentes. A partir disso, ele sabia o que a pessoa mais gostaria de ouvir e criava histórias fantasiosas para a agradá-la. O intuito era inocente agradar os seres humanos a quem ele servia, mas as consequências foram catastróficas. Os gadgets hoje praticamente leem a nossa mente, sabem dos nossos desejos de consumo ou de modos de vida. Quem nunca recebeu um anúncio de algo que apenas pensou? É claro que sabemos que os celulares não são capazes de saber o que pensamos sem que o digamos - pelo menos não por enquanto - mas o fato é que eles conhecem tanto nossos gostos, que são capazes de fazer previsões do que vamos querer no momento seguinte, o algoritmo é rápido, extremamente inteligente e capaz de prever diferentes possibilidades. Ao nos categorizar, ele pode nos moldar, e ao fazer isso, prevê até o que ainda nem desejamos, mas que vamos desejar um dia.

O processo de modulação começa por identificar e conhecer precisamente o agente modulável. O segundo passo é a formação do seu perfil e o terceiro é construir dispositivos e processos de acompanhamento cotidiano constantes, se possível, perversos. O quarto passo é atuar sobre o agente para conduzir o seu comportamento ou opinião. (...) (SILVEIRA, 2018, p. 39)

Ao voltarmos alguns séculos e olharmos para a Sociedade Disciplinar, temos um modo de operar que dominava o indivíduo pela força e coerção. Proibição e castigo físico eram as formas como o sistema dominava a sociedade e continha a multiplicidade do indivíduo,

produzindo o que Foucault (1997, p. 134) intitulou de *corpos dóceis* “(...) corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Também descrito por Foucault (1999), a força física que era soberana e capaz de decidir sobre a vida e a morte do cidadão, alcança uma nova configuração e cria um sujeito ideal ao neoliberalismo através do biopoder, que pretende controlar de forma conjunta e diferente da disciplinarização, permitindo que os indivíduos tenham a sensação de controle da própria vida. Porém, um indivíduo autônomo é inseguro. As redes digitais nos dão a falsa sensação de autonomia, podemos escolher o que quisermos, não somos conscientemente tutelados, podemos abrir e fechar janelas, escolher isso ou aquilo, ir e vir neste ambiente da forma como preferirmos, mas essa liberdade é algo que, no fundo, deixa o indivíduo inseguro e isso também é usado como forma de modulação.

Nesse sentido, a modulação algorítmica seria um processo de controle da visualização, do compartilhamento e da interação ocorridas em ambientes digitais, previamente moldados para atingir determinados fins, sem que necessariamente o indivíduo perceba. A partir da coleta massiva de dados e de processos de classificação e construção de perfis, os algoritmos passam a direcionar as atividades dos indivíduos em ambientes digitais, com um grau de controle que nenhum outro veículo seria capaz de alcançar. Junto disso, ter IAs como a LuzIA como confidentes, é um cenário perfeito para que cada vez mais dados sejam entregues pelos próprios usuários a um sistema que irá usá-los em prol da modulação.



Terceiro Ensaio:

Waze, telefone, minha casa.

*Eu queria ser banhado por um rio como um sítio é.
Como as árvores são. Como as pedras são.
Eu fosse inventado de ter uma garça e outros
pássaros em minhas árvores.
Eu fosse inventado como as pedrinhas e as rãs
em minhas areias.
Eu escorresse desembestado sobre as grotas
e pelos cerrados como os rios.
Sem conhecer nem os rumos como os andarilhos.
Livre, livre é quem não tem rumo.*



3.1 Entre caminhos e escolhas: quando as inteligências artificiais ditam percursos e privam do acaso

Faz alguns anos que uso o aplicativo de navegação Waze, e desde então configurei na opção minha casa, Rio Claro, município onde moro. Quando estou em outro lugar e quero voltar para casa, basta clicar neste botão que o navegador traça a melhor rota. Como temos algumas opções de entrada no município, a que sempre era selecionada era a que fica mais perto do meu apartamento, mas, dia desses, vivi algo interessante. Em 2022, eu e meu marido começamos a namorar. Eu morava no meu apartamento na cidade, e ele, na hípica dele, na zona rural. Depois de algum tempo, começamos a morar meio a meio: metade da semana dormimos no apartamento e a outra metade na hípica. Nos casamos em meados de setembro de 2024, e era exatamente da viagem de lua de mel que estávamos voltando quando isso aconteceu.

Saindo de Campos do Jordão, selecionei mais uma vez a opção minha casa no widget, e seguimos viagem. No entanto, contrariando totalmente o caminho que ele usualmente sugere, viemos pela entrada oposta, que nos levaria de forma mais rápida até a hípica. Diferente do que o aplicativo faz sempre que não seguimos o traçado sugerido por ele, a rota não foi corrigida. Quando estacionamos, e a assistente falou: “Você chegou ao seu destino”, nos olhamos e caímos na gargalhada, num misto de incredulidade e admiração. Waze estava sugerindo que ali era minha casa, mas, se não mudei manualmente a localização no aplicativo, como Waze sabia que ali agora também era minha casa?

Nos dias seguintes, me fiz diversas indagações sobre o porquê de aquilo ter acontecido e fui até o Google em busca de alguma informação que pudesse me ajudar a pensar mais sobre isso. Busquei todas as formas que me vieram à cabeça de perguntas como: Waze fica mais inteligente com o tempo? Waze sabe onde é minha casa? Waze nos escuta? Waze sabe meus trajetos? Mas todas as pesquisas me levavam a formas de como configurar meus locais no aplicativo ou então, de que maneira o Waze era alimentado com informações de trânsito em tempo real.

Eu sei que as inteligências artificiais têm algum tipo de ganho ou de evolução conforme vamos ‘conversando’ com elas. Por exemplo, a Alexa, assistente virtual da Amazon, com o tempo interage de forma mais humana com você, conhece melhor suas preferências e reconhece sua voz. Não sei se isso de fato acontece por interagirmos com ela e, consequentemente entregarmos nossos dados, ou se são somente atualizações que o software recebe com o passar do tempo. Mas minha dúvida era se isso também acontecia com o Waze.

Dentre algumas notícias, encontrei uma¹⁰ que informava que o Google Maps, outro aplicativo que funciona de forma semelhante ao Waze, passaria a usar a Inteligência Artificial Generativa para que suas sugestões de mapas e locais passem a ser mais parecidas com cada usuário, ou seja, caso você esteja viajando a turismo, por exemplo, e goste de cachoeiras, o Google Maps irá lhe sugerir passeios que passem por essas belezas naturais. Caso tenha preferências mais urbanas, ele pode lhe indicar restaurantes típicos da culinária local, ou um de massas, caso ele já saiba que você é um simpatizante da cultura italiana. Ainda de acordo com a notícia, o aplicativo entende mais as especificidades de cada usuário com as informações que eles próprios fornecem, e a partir da tecnologia que é conhecida como ‘*deep learning*’, ou, em português, ‘aprendizado profundo’, cruza informações e é capaz de, sozinho, fazer escolhas e sugestões diferentes e mais parecidas com cada indivíduo.

Entendemos por Inteligência Artificial a capacidade de máquinas de simular o entendimento e a inteligência humana, e a partir disso, realizar diversas tarefas de forma autônoma. Isso é possível com a combinação de um grande volume de dados que é alimentado constantemente por humanos, e tem sua leitura e interpretação por algoritmos inteligentes. Existem alguns tipos de Inteligência Artificial hoje, desde a mais básicas, conhecida como Inteligência Artificial Limitada e que são muito usadas em nosso dia a dia em recursos como Alexa e Siri e em streamings como Netflix, até as mais elaboradas, que conseguem o que é conhecido como ‘*machine learning*’, que em tradução literal é ‘aprendizado de máquina’ e, de forma geral, é capaz de aprender a partir de dados, criar memórias e simular a inteligência humana de aprendizagem.

A Inteligência Artificial Generativa, que segundo a matéria citada acima agora faz parte do aplicativo de mapas, difere da IA mais simples quando, ao invés de apenas analisar e classificar informações e dados, é ainda mais criativa e elabora conteúdos a partir de informações como textos, áudios e imagens que recebe dos próprios usuários. Assim, unindo-se aos algoritmos de aprendizagem profunda, a IA Generativa possibilita uma infinidade de resultados a partir da interação com o usuário. A partir dela, é possível que as máquinas criem textos, imagens, vídeos e músicas. Além disso, com o cruzamento de bancos de dados, ela pode aprender quaisquer tipos de linguagem, incluindo a linguagem humana, arte, química, física ou

¹⁰ Último acesso em 01 de Outubro de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/google-maps-passa-a-sugerir-locais-e-roteiros-com-auxilio-de-ia/>

outras coisas mais complexas e, a partir do que já sabe, resolver novos problemas propostos. Essa é a ideia de aprendizagem de máquina.

Sobre o uso da IA Generativa no Google Maps, me parece interessante pensar que, estando em uma área desconhecida, onde não sei bem aonde ir ou o que fazer, esses aplicativos inteligentes possam me direcionar a lugares que tenham mais a ver com meus gostos e preferências. Talvez isso me ajude a conhecer mais do que realmente me interessa, ao invés de me deixar à deriva. Uma espécie de otimização de tempo, podemos dizer. No entanto, se conhecer um novo lugar pode ser uma oportunidade de abertura ao novo, então, neste sentido, a experiência que esses aplicativos treinados nos causam me soa como algo negativo, no sentido de que, ao ser direcionada pelos meus gostos preestabelecidos, eu só verei mais do mesmo.

Como viajante, tive algumas belas experiências na era pré-Inteligência Artificial. Entre os anos de 2007 e 2008 morei na Inglaterra em uma casa com mais 7 mulheres de diferentes nacionalidades. Estudávamos e trabalhávamos bastante durante a semana em Londres, economizávamos o possível, e nos finais de semana gastávamos o que podíamos – e o que não podíamos também – em viagens pelos países vizinhos. Foi nessas experiências que pude exercitar pela primeira vez viagens sem muita ou nenhuma programação. Até tínhamos um destino e um hotel para nos hospedar, mas quando chegávamos, sacávamos um mapa - que naquele tempo ainda era impresso em papel - e nos aventurávamos pelas vielas medievais tão presentes na Europa. Nos perdíamos diversas vezes, mas no final sempre nos encontrávamos.

Lembro-me de que, em Praga, na República Tcheca, eles não falavam inglês – e muito menos português – e nós nem ao menos sabíamos pronunciar aquelas palavras cheias de consoantes, mas, com nosso mapa em punho, muita mímica e algum bom humor, sempre chegávamos ao destino depois de um longo tempo perdidas. Recordando minhas experiências de viagens na Europa, penso que se fosse hoje, bastaria abrir um dos aplicativos de mapas e outro de tradução instantânea, que tudo estaria resolvido. Porém, o que não aconteceria no entre? Quando a leitura dos mapas de papel não era feita de forma correta e saíamos da rota, havia outros encontros nesse entre. Da saída até a chegada, os caminhos que não eram planejados sempre nos colocavam diante de lugares, pessoas e situações novas, que certamente não aconteceriam se tivéssemos ido direto ao ponto, afinal, como diria Clarice Lispector: “Perder-se também é caminho”.

Depois que minha filha nasceu, em 2011, as viagens passaram a ser muito programadas. Levava de tudo, sabia onde ficar, o que fazer em qual momento do dia, o que não fazer e por aí afora. Foi só depois que conheci meu atual marido, que voltei a me aventurar nas viagens pouco

ou quase nada programadas. Ele gosta de sair sem rumo, sem hotel, sem data de volta. Nas últimas férias, por exemplo, só sabíamos que desceríamos a Estrada da Graciosa, que liga Curitiba a Morretes, no estado do Paraná. Passamos por lá, e chegamos até Gramado, no Rio Grande do Sul, conhecendo diversos outros lugares que não estavam nos planos. Combinamos de usar o Waze para as estradas, e vez ou outra buscamos um restaurante ou um museu no Google, mas fora isso, tentamos explorar os lugares conforme nossa vontade. O que me parece, pensando em nossas viagens, é que estar apenas caminhando, sem um norte, o que teoricamente nos colocaria como perdidos, nos fez prestar atenção em muitas coisas, e conhecer outras tantas que suponho que não teríamos feito caso tivéssemos sempre um destino certo.

Saímos de Curitiba pela manhã com planos de dormir em Balneário Camboriú, mas, quando chegamos na entrada da cidade, o trânsito era tanto que decidimos seguir viagem. Acabamos passando o dia em Florianópolis, mas, mais uma vez, a cidade estava tão cheia que decidimos sair antes do anoitecer, e acabamos dormindo em São José. Nessas escolhas, não olhamos como estava o trânsito nos aplicativos de navegação, apenas seguimos viagem para a próxima cidade que nos interessava. O caminho de certa forma, se formou enquanto caminhávamos. Eu, por exemplo, não gosto de praia, e se o Waze já tivesse aprendido isso, talvez tivesse me direcionado por estradas não litorâneas, e consequentemente eu não teria comido um dos melhores peixes da minha vida à beira-mar na Ilha da Magia. Exercitamos, em alguns momentos, sair sem saber aonde ir, sair para encontrar o que se colocasse em nosso caminho. Saímos muitas vezes para caminhar, apenas para caminhar:

Caminhar não é um esporte. Pôr pé na frente do outro é uma brincadeira infantil. Quando caminhantes se encontram, não se fala em resultado, não se fala de números: um diz ao outro que caminho tomou, que trilha oferece a paisagem mais bonita, que vista se contempla de determinado promontório. (...) Caminhar, não se encontrou nada melhor para ir mais devagar. (...) Além disso, quando se está caminhando, só um tipo de eficiência conta: a intensidade do céu, o esplendor das paisagens. Caminhar não é um esporte. (GROS, 2023, p. 8)

Assim, como no conceito de Flâneur, de Charles Baudelaire (1863), que o define como um caminhante casual que observa a vida urbana enquanto caminha a esmo pela cidade, em nossas últimas férias, por diversas vezes fizemos esse exercício de sair para caminhar e, caminhando, escolher uma loja para entrar, um parque para conhecer ou um restaurante para almoçar. Se previamente eu tivesse buscado no Google por referências, muito provavelmente não teria percorrido os mesmos caminhos, pois ou ele me levaria aos locais mais populares na opinião dos usuários ou então, com a ajuda da IA, teria me indicado apenas locais que tivessem a ver com minhas escolhas anteriores.

Outro exercício que me fez pensar em escolhas ‘ao acaso’, ou ao menos sem indicação prévia, foi quando, em busca de autores que me ajudassem a pensar mais sobre a ideia do caminhar, parei por alguns minutos olhando para minha singela, porém muito querida, biblioteca, que se resume a uma estante com 5 prateleiras e alguns nichos na parede do meu escritório. Naquele momento, me lembrei-me de que, em minha infância, ir à biblioteca municipal era algo corriqueiro e, ainda que fôssemos em busca de um exemplar específico, o ato de passar caminhando em frente às muitas estantes sempre nos levava a descobrir outros volumes interessantes. Hoje, com a digitalização também dos livros, ou das livrarias, esse passar os olhos pelos volumes disponíveis se transformou. É certo que ainda encontramos diversas outras escolhas pelas estantes das livrarias virtuais, mas sabemos que a maioria delas, se não todas, são indicações do algoritmo com base no que já compramos ou buscamos anteriormente

3.2 A modulação dos percursos e o direcionamento algorítmico nas redes sociais

Ainda que possamos nos surpreender com os aplicativos de navegação direcionando nossos caminhos com base em nossas preferências, essa condução já é, há bastante tempo, conhecida pelos usuários das redes sociais. Direcionados a todo o momento pelo algoritmo, não é preciso ser um grande conhecedor dessas tecnologias para saber que nossas experiências atuais com esses aplicativos estão longe do flunar.

Utilizando o rádio e a TV, as duas mídias de maior alcance na época, a estratégia de marketing mais utilizada antes da era da internet eram as propagandas que atingiam as massas. Sem a possibilidade de segmentação, um mesmo produto era apresentado para prováveis consumidores e para não consumidores, e não havia a possibilidade de definir um público-alvo. Ou seja, ainda que uma parte dessa mensagem atingisse o alvo, grande parte era dispersa.

Com a popularização do uso doméstico da internet em 1990, as primeiras iniciativas de marketing digital apareceram, e as empresas começaram a perceber que esse era um nicho importante para vender produtos. No início dos anos 2000, o buscador Google passou a ofertar espaços publicitários atrelados a certas palavras-chave o Google Adwords. A dinâmica, que funciona da mesma forma até hoje, consiste em fazer com que, quando uma pessoa pesquisa por um determinado produto, os resultados que aparecem no topo da página eram dos anunciantes, para só depois virem os resultados orgânicos. A partir disso, a empresa

reconheceu os dados do usuário como uma mercadoria valiosa, e assim, a partir do que lhe era entregue de forma gratuita, passou a direcionar e setorizar seus clientes.

Quatro anos mais tarde, alguns estudantes da Universidade de Harvard, em Massachusetts, entre eles Mark Zuckerberg, criaram o Facebook. O que era para ser apenas um software de compartilhamento de imagens e mensagens passa, em pouco tempo, a ser um dos sites mais acessados do mundo, abrindo caminho para outros aplicativos semelhantes que se tornam tão populares como ele. A partir disso, as redes sociais passam a ser um importante canal de comunicação entre empresas e consumidores, além de refinar ainda mais a coleta de dados e a construção de personas consumidoras. O fácil acesso a smartphones e o barateamento de planos de dados aumentaram a possibilidade de conexão e, consequentemente, o número de usuários dessas redes. Se antes era preciso que os responsáveis pelo marketing buscassem informações de possíveis clientes, com as redes sociais os próprios usuários passaram a entregar esses dados de forma gratuita, elevando de forma estrondosa o lucro das corporações.

As plataformas ganharam ainda mais poder quanto mais armazenavam dados dos seus clientes para construir amostras que permitiam as empresas de marketing atingirem com precisão aqueles que elas buscavam influenciar. O microtargeting é muito mais eficiente do que as técnicas massivas de propaganda. (SILVEIRA, 2018, p. 34)

O cenário da comunicação global se modifica radicalmente. Se antes havia produtores e consumidores de conteúdo, um emissor e um receptor para toda mensagem criada, com o uso em massa das redes sociais todos os sujeitos passam a ser as duas coisas ao mesmo tempo, são os que Bruns (2008) intitulou de *producers*. Assim, os usuários passam não só a consumir conteúdo, como principalmente a criá-lo, o que faz com que a quantidade de informação que circula tenha aumentado de forma nunca imaginada.

Duas coisas me chamam a atenção aqui: quem produz e o quanto se produz. De acordo com as teorias funcionalistas da comunicação, do início do século XX, o público poderia ser manipulado se recebesse mensagens bem elaboradas, ou, dito em outras palavras, caso uma publicidade fosse bem-feita, era capaz de levar a grande massa a consumir. Além disso, poucos e grandes eram os emissores, o que gerava uma grande exposição do conteúdo, emitido de forma concentrada. Havia então uma ideia de que o discurso criado era capaz de manipular.

Hoje, com a popularização das redes sociais, já não temos mais uma mensagem que sai de um emissor, geralmente único, para uma quantidade muito maior de receptores. Ao contrário disso, os próprios receptores são também os produtores das mensagens. Temos, então, a democratização dos meios de expressão, que produz um aumento vertiginoso da quantidade de conteúdo – o que não quer dizer que esse conteúdo seja de fato especializado – e torna nossa atenção tão dispersa, que a transforma em um produto valioso para o mercado. Então, quando

temos o fato de que grande parte desse conteúdo é produzido pelos próprios usuários, a manipulação deixa de fazer sentido e dá espaço à modulação.

Com a democratização dos meios de produção de conteúdo, o volume de informações circulando tornou-se tão imenso que uma atenção contínua deixou de ser possível e, em certo sentido, deixou até de ser desejável. A lógica das plataformas digitais opera melhor quando a atenção é fragmentada, quando o interesse dura poucos segundos e pode ser facilmente redirecionado. Ao contrário do flunar benjaminiano, aquele caminhar aberto ao imprevisto e ao encontro, o que temos hoje é uma atenção compartimentada, dividida em blocos microscópicos, treinada para saltar de um estímulo a outro sem se fixar. Não se trata apenas de distração, mas de uma forma contemporânea de condução, pois, ao dispersar a atenção, as plataformas conseguem reorientá-la constantemente, capturando cada micro gesto e convertendo-o em dado. Nesse cenário, a mente concentrada se torna exceção e a mente interrompida, ao contrário, é altamente rentável.

A fragmentação da atenção não é apenas um efeito colateral da hiperconectividade ela se tornou um modo de operar da vida digital. Quanto mais os estímulos se multiplicam, mais difícil se torna sustentar um fio contínuo de pensamento e, com isso, a concentração deixa de ser uma habilidade cotidiana e passa a ser quase uma forma de resistência. Cada notificação, atualização ou nova mensagem surge como um convite à interrupção, e essa interrupção é recompensada com pequenas doses de gratificação instantânea. O clique, o like, o comentário, o vídeo que começa sem ser solicitado: tudo opera como uma promessa rápida de satisfação. Eu mesma, uma leitora desde a infância, passei de dois ou três livros ao mês, para sofridos três livros ao ano. Minha atenção é sempre vaga e dispersa, e por isso preciso de um esforço real para deixar o celular no silencioso no banheiro, enquanto escrevo esse texto na sala.

Nesse ambiente, o foco prolongado perde espaço para o impulso imediato. A mente é treinada a responder a estímulos sucessivos e não a permanecer em silêncio para elaborar um raciocínio. A experiência emocional também se modifica, e a busca constante por novidades pode gerar sentimentos de angústia, ansiedade e urgência, como se estivéssemos sempre atrasados, sempre devendo algo ao tempo. A infinidade de opções que as redes oferecem não amplia exatamente a liberdade como pensamos ela mantém o sujeito em estado de alerta permanente, deslocando o pensamento para aquilo que produz maior descarga de dopamina. Mais do que informar, as plataformas condicionam o corpo e o afeto a reagirem de modo automático. Pensar requer tempo, mas reagir consome apenas um gesto. Nesse ritmo, a atenção

vai sendo repartida em partes cada vez menores, não por acaso, um ambiente ideal para que a modulação subjetiva atue sem ser percebida.

A atenção compartimentada não surge por acaso ela é uma consequência direta da forma como os conteúdos são produzidos, organizados e entregues. O alto volume de informação produzida exige que ela seja cada vez mais breve, mais chamativa e mais facilmente consumível, já que está em disputa constantemente pela atenção do consumidor com diversos outros conteúdos. Assim, o que é produzido já nasce fragmentado para ser compatível com o modo de atenção que o mundo digital demanda. Enquanto o pensamento necessita de tempo, as redes oferecem apenas estímulo enquanto a experiência precisa de continuidade, as redes se organizam por interrupções.

Ao não existir mais o controle do que e quanto é produzido e nem de quem e como irá consumir esse conteúdo, as redes encontraram outra forma de controlar os usuários e determinar a quais informações teremos acesso ou não, e isso é feito a partir da categorização de perfis. Além de gerar indivíduos inseguros, a falsa sensação de autonomia que Instagramers, Facebookers e Tiktokers têm, com uma infinidade de possibilidades de escolhas a um clique de distância ajuda o algoritmo a modular as subjetividades.

As plataformas reúnem pessoas que querem ou necessitam se agrupar ou pertencer a redes de amizade, negócios, afetos, entretenimento. Como integrantes, essas pessoas têm o poder de entrar ou abandonar a plataforma, muito diferente do poder que os gestores ou que os donos dessas redes privadas detém. Um dos principais modos de controle que os gestores das plataformas possuem sobre seus usuários se dá pela modulação das opções e dos caminhos de interação e de acesso aos conteúdos publicados. (SILVEIRA, 2008, p. 37)

Ora, se posso seguir quem quiser, ouvir e ler o que mais me interessar, e bloquear algo que me chateia, baixar ou apagar o aplicativo quando bem entender, deveria ser pressuposto que tenho liberdade de escolha, mas a realidade não é bem essa. A partir da coleta desses dados, as plataformas setorizam seus usuários, e os agrupam de acordo com suas preferências, e é só a partir disso que podemos fazer nossas escolhas. Ao ter a sensação de que estamos caminhando livremente por entre os feeds de fotos e vídeos desses aplicativos, estamos, na verdade, sendo direcionados a lugares que atendam aos interesses do capital.

Nas sociedades de controle, conectadas por tecnologias cibernéticas, principalmente pelas redes digitais, emergiram as plataformas de relacionamento online como intermediárias de uma série de interesses, afetos, desejos das pessoas. A modulação pode ser apresentada como uma das principais operações que ocorrem nestas plataformas. Modular comportamentos e opiniões é conduzi-los conforme os caminhos oferecidos pelos dispositivos algorítmicos que gerenciam os interesses de influenciadores e influenciados. (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018, p.9)

Os algoritmos, cada vez mais inteligentes, têm tornado suas indicações muito mais padronizadas, nos impelindo a caminhar de forma cada vez mais mecânica. Muito além de nos espionar em buscas no Google, ou escutar nossas conversas, os aplicativos conseguem, por exemplo, saber que fiquei apenas 2 segundos em uma postagem de judô, enquanto meus olhos pararam por *longos* 49 segundos num texto sobre corrida de rua, e entendem assim que sou corredora e não judoca. A partir dessa informação, raramente verei algum esporte que não seja corrida.

Enquanto no modelo disciplinar nós tínhamos uma sociedade fechada, que isolava e modelava as subjetividades a partir da força, usando instituições como a escola e a prisão para dominar, hoje temos a biopolítica que, ao deixar circular, organiza e monitora, conduzindo as massas de forma a atender aos seus ideais. Temos aqui uma passagem da norma à autonomia, gerando indivíduos inseguros e perdidos dentre tantas possibilidades de escolha. Há uma mudança entre as formas de capitalismo, se antes conhecíamos o capitalismo industrial como aquele que separava produção de consumo, hoje temos, no capitalismo avançado ou imaterial, uma junção entre os dois e o que vai muito além de comercializar produtos são os desejos e modos de vida que mais importam.

Ao mesmo tempo em que buscamos certos padrões, somos levados a crer que de alguma forma estamos ficando de fora deles. Essa sensação de estar sempre perdendo algo é hoje sintetizada pelo termo FOMO. Do inglês Fear of Missing Out, que em tradução literal, temos medo de ficar de fora, é sobre a angústia que nos causa perceber que estamos de fora de alguma coisa. Isso é o que sentimos quando rolamos infinitamente o feed do Instagram em um domingo em que passamos a tarde no sofá sem nada para fazer, e vemos nossos conhecidos virtuais em atividades que – ao menos na tela do celular – parecem infinitamente mais interessantes do que o que estamos fazendo. Poderíamos estar na festa do vizinho, mas não fomos convidados. Aconteceu um churrasco incrível no clube, mas não ficamos sabendo. O primo de um amigo fez aniversário, mas não somos tão próximos assim. O colega de trabalho foi apreciar o último final de semana do inverno nas Serras Gaúchas, enquanto nós ficamos em casa.

Das redes sociais aos aplicativos de navegação, percebemos então que os caminhos pré-moldados digitalmente têm se transportado para os caminhos reais, e ambos nos direcionam para onde mais convém o sistema, nos impossibilitando de visualizar coisas fora do que já está esquadrinhado.

Ao pensar em possibilidades que quebrem esse padrão, me parece que quando há um estranhamento em nós, quando conseguimos questionar o que está dado, quando andamos por

lugares novos e diversos, ao estarmos atentos, surgem as perguntas, as dúvidas, que nos fazem caminhar por caminhos outros, caminhos novos, caminhos (mais) nossos.

A questão do caminhar não é que ele nos ofereceria uma visão (leitura) “melhor” ou uma visão mais completa, que nos permitiria transgredir os limites de nossa perspectiva, mas sim que ele nos permite, por assim dizer, uma visão além de toda perspectiva, um olhar que nos transforma (e é, portanto, experiência) enquanto a sua evidência nos comanda. Ele permite um olhar além de toda perspectiva, já que a perspectiva está presa a um ponto de vista no sentido de posição subjetiva, ou seja, exatamente a posição do sujeito em relação a um objeto/objetivo). Caminhar significa colocar essa posição em jogo, significa ex-posição, estar fora-de-posição. (MASSCHELEIN, 2008, p. 37)

Ainda que exista esse total direcionamento nas redes sociais digitais, a possibilidade de encontrar nesse mesmo lugar uma diversidade enorme de conteúdos, muitos deles potentes, me faz questionar de que maneira podemos usar isso a favor de um caminhar frutífero de novas descobertas. Solnit (2016) fala sobre o caminhar no modo vaguear, sem rumo, e de como isso pode ser útil para o pensamento. Usando esse conceito, e fazendo um paralelo com o zapear nos feeds das redes sociais, podemos supor que, ao mesmo tempo que as telas nos tiram essa possibilidade de apenas caminhar, prestando atenção no trajeto, elas podem nos proporcionar esses pensamentos outros quando vagueamos em sua rede de postagens e informações prestando atenção nessa condução que o algoritmo nos impõe.

Algumas tensões se colocam, então, diante desse cenário. As redes sociais, ao mesmo tempo em que ampliam os deslocamentos possíveis, também os restringem, conduzindo o olhar e organizando os percursos a partir dos processos algorítmicos. Se, por um lado, oferecem a promessa de circulação livre por entre conteúdos diversos, por outro, operam por meio de processos de categorização que reduzem o campo do visível e reiteram preferências já conhecidas. O vaguear sem rumo, tão presente na experiência do flunar, torna-se progressivamente mais difícil em ambientes organizados para antecipar gostos, prever interesses e orientar escolhas.

Nesse contexto, a descoberta do novo passa a disputar espaço com a repetição do mesmo. As bolhas tecnológicas não apenas delimitam aquilo a que temos acesso, mas também moldam expectativas, afetos e formas de atenção. Ainda que os sujeitos se percebam como usuários ativos, capazes de escolher, seguir ou abandonar conteúdos, essa autonomia é constantemente atravessada por mecanismos de modulação que operam de maneira difusa e contínua. A questão que permanece em aberto não é, portanto, se devemos ou não utilizar as redes sociais, mas em que medida é possível tensionar seus modos de funcionamento, produzindo brechas, desvios e práticas que não se limitem à reprodução das trajetórias já traçadas.

3.3 Caminhar apesar dos caminhos: as possíveis fissuras através da inteligência artificial

Na vida digital que experienciamos hoje, temos sempre uma indicação, um rumo, um caminho que já foi traçado não por nós, mas mediante as nossas escolhas anteriores. E o que e quanto perdemos ao não poder apenas caminhar, nas ruas, nos feeds, nos livros, nas escolhas, na educação? Diante das ações que nos modulam a partir da vida digitalizada que grande parte de nós vive hoje, tento pensar a questão do caminhar sem um destino certo como forma de criarmos possibilidades de fissuras nesses muros que conduzem nossos passos. Encontrar caminhos de fuga que nos levem a nos perder de quem somos, para encontrar novas versões de nós mesmos. Caminhos que possam escapar das modulações impostas pelo capitalismo.

Com isso, quero dizer que, caminhando, não se vai ao encontro de si mesmo, como se se tratasse de se redescobrir, de se libertar das velhas alienações para reconquistar um eu autêntico, uma identidade perdida. Caminhando se escapa à própria ideia de identidade, à tentação de ser alguém, de ter um nome e uma história. Ser alguém é bom para as noitadas mundanas em que cada um fala de si, é bom para os consultórios de psicólogos. Mas ser alguém não seria também uma obrigação social que acorrenta (obrigamo-nos a ser fiéis ao nosso retrato), uma ficção estúpida que pesa sobre nossos ombros? A liberdade ao caminhar é a de ser ninguém, porque o corpo que caminha não tem história, só uma corrente de vida imemorial. (...) Mas um sonho pode ser vislumbrado nessa liberdade: caminhar, como expressão da recusa de uma civilização putrefata, contaminada, alienante, miserável. (GROS, 2023, p. 12)

Diante dessa busca, algumas pistas me levam a pensar em um caminhar rizomático, que nos desterritorialize, ao invés de criar raízes únicas e imutáveis. Quando fala sobre linhas de fuga, Deleuze define o ato como uma condução para um novo modo de vida. Para ele, essa linha que conduz ao outro lado é um escape de uma realidade imposta, que rompe com o que é dado em busca de novas dimensões e experiências. Aqui, podemos pensar que, ao mesmo tempo que a linha limita, define e conduz, ela pode atravessar barreiras em busca do novo.

Partir, se evadir, é traçar uma linha. [...] A linha de fuga é uma desterritorialização. Os franceses não sabem bem o que é isso. É claro que eles fogem como todo mundo, mas eles pensam que fugir é sair do mundo, místico ou arte, ou então alguma coisa covarde, porque se escapa dos engajamentos e das responsabilidades. Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano. [...] Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada. (DELEUZE, 1998, p. 49)

Se, de acordo com Deleuze, a fuga nos permite romper com algo que é imposto, entendemos que encontrar linhas de fuga é uma forma de encontrar novos mundos, novos caminhos é olhar para o lado de fora, ou para o outro. Encontrar fissuras que nos permitam fugir, é um ato corajoso e ativo. É não aceitar o caminho dado, e buscar maneiras de escolher nossos próprios passos.

Ao pensar em linhas, Deleuze define três delas:

A primeira espécie de linha que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura (ou, antes, já há muitas linhas dessa espécie); a família-a profissão; o trabalho-as férias; a família-e depois a escola-e depois o exército-e depois a fábrica-e depois a aposentadoria. [...] Ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade bem mais flexíveis, de certa maneira moleculares. Não que sejam mais íntimas e pessoais, pois elas atravessam tanto as sociedades, os grupos quanto os indivíduos. Elas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis. [...] Ao mesmo tempo ainda, há como que uma terceira espécie de linha, esta ainda mais estranha: como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiares, em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente. Essa linha é simples, abstrata, e, entretanto, é a mais complicada de todas, a mais tortuosa: é a linha de gravidade ou de celeridade, é a linha de fuga e de maior declive. (DELEUZE, 1998, p. 145-146)

As linhas de fuga são flexíveis, mas complexas. Elas nos levam em direção ao diverso e ao desconhecido, um novo que podemos pensar que não existe, e que só será construído junto à caminhada.

Uma fuga é uma espécie de delírio. Delirar é exatamente sair dos eixos (como “pirar” etc). Há algo de demoníaco, ou de demônico, em uma linha de fuga. Os demônios distinguem-se dos deuses, porque os deuses têm atributos, propriedades e funções fixas, territórios e códigos: eles têm a ver com os eixos, com os limites e com cadastros. É próprio do demônio saltar os intervalos, e de um intervalo a outro. [...] Sempre há traição em uma linha de fuga. Não trapacear à maneira de um homem da ordem que prepara seu futuro, mas trair à maneira de um homem simples, que já não tem passado nem futuro. Traem-se as potências fixas que querem nos reter, as potências estabelecidas da terra. O movimento da traição foi definido pelo duplo desvio: o homem desvia seu rosto de Deus, que não deixa de desviar seu rosto do homem. É nesse duplo desvio, nessa distância dos rostos, que se traça uma linha de fuga, ou seja, a desterritorialização do homem. (DELEUZE, 1998, p. 53-54)

Pensar um caminhar que se constitua como linha de fuga e que nos permita transitar pelo mundo digital sem sermos totalmente cooptados por ele implica imaginar modos de atravessar a enxurrada de informações que circulam nas redes de forma menos direcionada e mais aberta à experiência. É nesse movimento que volto meu olhar para as crianças com as telas em punho. O deslocamento infantil com câmeras, filmadoras e tablets não parece configurar um caminhar a partir das telas, como ocorre quando nos deixamos conduzir por aplicativos de navegação e por inteligências artificiais generativas, mas antes um caminhar com, entre e através delas.

As crianças percorrem caminhos singulares com os dispositivos: exploram, experimentam, desviam. Suas imagens e gestos nos mostram outras possibilidades de pensamento e de relação com o mundo. Não se trata apenas de onde vão, mas de como se deslocam quando olham através das lentes, de que maneira caminham quando as câmeras passam a funcionar como extensões de seus corpos. Nesse gesto, o olhar não é guiado por

destinos predeterminados, mas se constrói no próprio percurso, em contato direto com o que emerge no caminho.

E as câmeras e os corpos [...] não significam a fusão de dois ‘conjuntos’ distintos em uma perspectiva binária, que se manteria através da ideia de fusão, mas sim, e de modo geral, significam uma outra perspectiva e uma outra relação entre certa materialidade do mundo e certa materialidade da pessoa – como dobras de um sobre o outro, dobra do corpo sobre o mundo e do mundo sobre o corpo –, de tal forma que esses sejam multiplicidades presentes no mesmo corpo [...]. (LEITE; OLIVEIRA, 2019, p. 165).

Volto alguns anos, ao período em que realizei a pesquisa de mestrado, quando estive imersa no cotidiano de uma escola de educação infantil. Foi nesse contexto, no encontro entre crianças e câmeras, que começaram a se desenhar pistas que hoje me ajudam a pensar em linhas de fuga frente às modulações intensificadas pelas redes sociais. Relembro aqui uma das muitas tardes passadas entre mãos, pernas, pés e muito barulho.

“Era uma terça-feira, início da tarde e eu já conhecia aqueles rostos de outros encontros que tínhamos tido, ali mesmo naquele salão grande ao lado da biblioteca. Davi estava entre eles, falante como sempre e quase não ficava sentado. Com ele por perto eu me sentia quase que como se estivesse em uma montanha russa.

- *“Eu tenho um tablete¹¹.”*

- *“É mesmo, Davi?! E o que você faz nele?”*

- *“Eu jogo o jogo.”*

- *“Que legal!”*

- *“E eu também assisto desenhos legais.”*

- *“Eu não tenho um tablete, mas eu vou ganhar.” - Murilo, que estava acompanhando a conversa, contou.*

- *“E aí você vai assistir desenhos também?”*

- *“Não vou não, eu já assisto, eu assisto na TV.”*

- *“Mas na TV não tem muito desenho, os mais legais estão todos lá no tablete.” - Davi opinou, e o amigo deu com os ombros, e baixou a cabeça, como se quisesse mostrar que não se importava.*

- *“E você, tem tablete?” - perguntei para Valentina, que também estava na nossa roda.*

- *“Sim tia, e eu assisto Barbie”.*

¹¹ Tablete? Tablete é aquilo ali tia, que a Manu tá tirando foto. Você pode tirar foto, mas eu gosto mesmo de assistir, porque os desenhos mais legais são dentro do tablet, na TV não tem legal, só se você tem uma TV que puxa os desenhos da Internet, aí sim. (DAVI, 2019, 5 anos)

- “Eu assisto meus desenhos na TV e no tablete.” - Lucas também quis opinar, e Davi mais uma vez alertou:

- “No tablete tem mais desenhos legais.”

- “Não Davi, na minha TV também tem desenho legal, ela puxa da Internet, que nem o tablete.”

- “Eu assisto no meu celular, que puxa os desenhos também da Internet, que nem o tablete.” - Manu revelou.

- “E você, onde você assiste?” - puxei papo com Giovana, que parecia mais tímida da nossa roda de conversa.

- “Na televisão.” - respondeu baixo sem me olhar nos olhos.

- “Tia” - Lucas me interrompeu: - “Eu vou às vezes na casa da Amália, porque meu pai não deixa eu assistir em casa.”

- “Por que ele não deixa?”.

- “Quando fica muito tarde de noite, eu peço pra ele deixar, mas ele não deixa.”

- “Ah é que de noite tem que dormir né? Tem que dormir cedo pra vir na escola de manhã.” - tentei justificar.

Continuávamos sentados em uma roda um tanto disforme. Eu estava com os braços apoiados no chão e Giovana estava encaixada entre minhas pernas, com as dela sobre as minhas e deitada na minha barriga. Valentina estava ao meu lado, e colocou os pés descalços em cima dos meus, calçados. Cris estava mais atrás, e Davi, a cada 30 segundos levantava, saltava e rodopiava ao mesmo tempo, corria duas vezes em volta da grande mesa que estava ali, e depois se jogava ao nosso lado, sempre com um sorriso largo no rosto.

Estávamos falando algumas coisas aleatórias sobre os vídeos que estavam sendo editados por outras crianças, quando Cris soltou, como se a ideia tivesse brotado em sua mente do nada:

- “Eu tenho slime.”

- “Mas agora não pode mais fazer slime.” - Davi advertiu de súbito enquanto se jogava mais uma vez entre nós.

- “Pode sim.” - Cris retrucou.

- “Não pode não, o médico não deixa.” - Davi gritou enquanto já saía correndo de volta.

Fiquei intrigada, apesar de já saber do que se tratava, já que tenho uma criança em casa. Esperei que Davi voltasse mais uma vez, e ele fez isso tão rápido que quase não tive tempo de pensar.

- *“Por que o médico não deixa?”*

- *“Porque a criança lá, sabe? Ela ficou internada porque fez slime.”*

- *“Que criança?”*

- *“Não sei, tia, meu pai que disse”.*

- *“Saiu na TV, tia, moço da TV que contou” - Valentina explicou.*

- *“É tia, saiu na TV” - Davi concordou com a amiga antes de sair correndo de volta.*

- *“E vocês, preferem fazer slime ou assistir TV?”*

- *“Slime!” - responderam em coro, junto com Davi que gritou do outro lado da sala, enquanto dava mais uma de suas voltas na mesa.*

- *“Slime ou tablet?”*

“Slime!” - o coro entoou.

- *“Slime ou celular?”*

- *“Slime!” - eles gargalhavam enquanto gritavam cada vez mais alto, achando graça da provocação.*

- *“Vocês gostam mesmo de slime hein?”*

- *“Siiimm!!!” - concordaram mais uma vez gargalhando.*

- *“É, mas o de comprar não é tão legal.” - me explicou Giovana.*

- *“É não é.” - Valentina concordou cabisbaixa, e completou: “Mas agora não pode mais fazer em casa porque se não é internado.”*

- *“Eu gosto mais de slime do que de tablet, mas eu gosto mais de fazer slime vendo a criança fazer igual no tablet, aí sim é o mais legal.”*

- *“Como assim?”*

- *“Assim tia, igual minha mãe faz comida. Vê a moça fazendo no tablet e copia.”*

- *“É receita que chama, Cris, a criança da receita tia.” - Valentina me explicou.*

- *“Receita?”*

- “É tia, assim, coloca um copo de tinta, depois 1 panela de cola, 1 colher de borax¹², e vai colocando assim, e a gente vai copiando.” - Giovana falou enquanto encenava, como se tivesse com os ingredientes flutuando ali na sua frente.

- “É a coisa mais legal do universo.” - Davi, que havia acabado de se jogar no chão mais uma vez, disse enquanto rodopiava feito peão, e todos acharam graça do amigo e sorriram concordando”. (Registro de campo – pesquisa de mestrado, PRADO, 2021)

Naquele momento, minha discussão falava sobre duas correntes opostas, uma que sugeria que a proibição total das telas era o caminho para proteger nossas crianças das modulações, enquanto outra que afirmava que os nativos digitais, fazendo alusão às crianças e jovens de hoje, são totalmente capazes de lidar sozinhos com esses efeitos, como se já nascessem dotados de toda habilidade necessária para navegar pelo mundo digital. Sem chegar a nenhuma conclusão definitiva, minha intenção era mostrar que as crianças, ainda que não fossem dotadas de toda essa astúcia, também não precisavam ser blindadas.

Diante das disputas que oscilam entre a proibição total das telas e a ideia de que as crianças, por serem chamadas de “nativas digitais”, saberiam lidar sozinhas com seus efeitos, estão as próprias crianças. No encontro com elas, o que se impõe não é uma resposta pronta, mas a pergunta sobre o que são capazes de fazer quando podem simplesmente ser. Mesmo atravessadas pelas telas, as crianças não se relacionam com elas de forma passiva. Há negociação, há desvio, há brincadeira. Em muitos momentos, a tela ocupa um lugar central. Em outros, perde força diante de experiências que convocam o corpo, a imaginação e o encontro. Nem sempre o que chama a atenção é o brilho do digital. Às vezes, a escolha pode ser o slime.

As telas, de diferentes modos, delimitam, orientam e produzem bolhas. Ainda assim, ao observar as crianças em contato com elas, torna-se possível perceber deslocamentos que nem sempre se alinham aos caminhos previamente traçados. Esses movimentos não se apresentam como resistência consciente, tampouco As telas, de diferentes modos, delimitam, orientam e produzem bolhas. Ainda assim, ao observar as crianças em contato com elas, torna-se possível perceber deslocamentos que nem sempre se alinham aos caminhos previamente traçados. Esses movimentos não se apresentam como resistência consciente, tampouco como uma recusa deliberada às tecnologias, nascem, antes, da pura potência do brincar, da curiosidade e da capacidade infantil de subverter a rigidez dos códigos por meio do corpo e da imaginação.

¹² Borax, tia, é um pó que compra pela Internet. Você pede lá no celular e ele chega, mas também dá pra fazer *slime* sem ele, só que aí não fica flufy. E assim tia, não pode por na boca, é que nem veneno. (MANU, 2019, 5 anos)

Quarto Ensaio:

*Cinco anos e uma pandemia depois:
da euforia ao ordinário das telas*

(...) Logo pensei em escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. (...)

— Manoel de Barros, *Memórias Inventadas*, 1988



4.1 Um novo caminho na escola.

Em uma das conversas que tive com o Professor César, meu orientador, logo no início do doutorado, ele me perguntou se de fato gostaria de voltar para a escola durante essa nova pesquisa. Segundo ele, eu já tinha tantos dados do mestrado, que talvez valesse a pena olhar novamente para eles, e não ir a campo mais uma vez. Apesar de desde o começo do meu projeto de doutorado, eu já estar certa de uma nova pesquisa de campo, considerei muito sua sugestão.

Depois de cumprir todos os créditos em disciplinas e passar um bom tempo entre leituras e anotações, era hora de decidir se iria ou não novamente a campo. Como meu projeto já havia sido aprovado pelo Comitê de Ética, resolvi que seria interessante e importante voltar, e assim, estive novamente na mesma escola onde passei alguns meses durante minha pesquisa de mestrado.

Mesmo depois de cinco anos – e uma pandemia - entrar novamente na Escola Municipal Antonio Boldrin, que fica em Piracicaba, interior de São Paulo, foi como voltar para um lugar amigo, cheio de boas lembranças. Ainda que por outros alunos, fui recebida pelos mesmos olhos curiosos que vêm acompanhados de sorrisos receptivos. Como sempre, as crianças nos recepcionam sem expectativas. Já a pesquisadora, chega sempre com uma – ou muitas – intenções. Enquanto as crianças têm muitas perguntas e nenhuma resposta, preciso assumir que entrei na escola com muitas perguntas e, ainda que tentasse fugir disso, eu já trazia de minhas visitas anteriores algumas respostas.

Além do que eu trazia da minha pesquisa anterior, desde 2022 eu havia tido outras experiências em sala de aula com a educação infantil, dessa vez como professora na Rede Municipal de Rio Claro, e ainda que por outros ângulos, elas também me ajudavam a povoar meus pensamentos e traziam explicações para muitas das minhas indagações.

Era uma tarde de setembro de 2024 quando eu e Luana, com quem compartilhei o percurso do doutorado, entramos em uma sala com cerca de vinte crianças entre quatro e cinco anos. Enquanto um grupo de alunos estava com a professora finalizando um trabalho de arte em volta de uma pequena mesa em um dos cantos do cômodo, as outras se espalhavam pelo chão em atividades diversas. Algumas delas montavam blocos, enquanto outras brincavam de boneca ou corriam com outros colegas. Encontramos aquele caos que se auto-organiza de forma brilhante.

Eu esperava aquela euforia de sempre, com as crianças correndo para nos abraçar e perguntar nosso nome, mas isso não aconteceu. Pedimos licença, cumprimentamos as crianças

e nos apresentamos para a professora da turma, e com exceção de um garoto e uma garota que vieram até nós, os outros continuaram o que estavam fazendo sem aparentemente terem se abalado com a nossa presença. Falamos um pouco com a professora que já sabia que viríamos, e fomos convidadas por ela a nos sentar. Fizemos isso em um dos cantos da sala, no chão entre as crianças. Luana abriu sua caixa de contação de histórias, que tem diversos objetos para compor suas narrativas, e alguns alunos se aproximaram timidamente

Depois de um certo tempo, a professora terminou sua atividade, as crianças ajudaram a guardar os brinquedos e organizaram uma roda para que pudéssemos conversar. Naquela hora parecia que pela primeira vez desde que chegamos, as crianças haviam se dado conta da nossa presença. Entre gritos animados, palmas e alguma briga para ver quem iria falar primeiro, nos apresentamos. Conversamos então explicando que estávamos ali porque assim como eles, éramos estudantes, e que estávamos interessados em saber mais sobre como eles usavam celulares, tablets e televisão. Apesar de ter tocado em um assunto que sempre era sucesso unânime entre as crianças em minhas experiências anteriores com elas, naquele momento elas não deram importância para aquilo, e seguiram falando de coisas diversas.

Ficamos mais algum tempo conversando com a turma, e por mais que eu tentasse levar o assunto em direção à minha pesquisa, as crianças respondiam de forma direta o que eram perguntadas, e logo em seguida levavam o assunto para diversas direções, mas quase sempre longe das telas. Voltei para casa incomodada com aquilo, mas com a ideia de que era apenas o primeiro encontro, e que quando eu levasse as câmeras isso teria outro impacto.

Uma semana depois voltamos para a mesma sala. Já havíamos anunciado no primeiro encontro que levaríamos câmeras para que filmassem e tirassem fotos, então as crianças estavam ansiosas aguardando os equipamentos. Novamente, de forma diferente das turmas com as quais trabalhei no mestrado, quando as crianças se autorregulavam sem grandes embates e negociavam câmeras, Ipads e filmadoras que eram em número muito menor do que o de crianças, naquela sala em que eu estava agora a maioria das crianças criou problema e caiu no choro durante a atividade para emprestar as telas para os colegas. E essas negociações, na maioria das vezes, tiveram que ser mediadas por um dos adultos que estavam ali.

Enquanto as crianças transitavam dentro da sala fazendo seus registros, eu e Luana nos sentamos no mesmo canto da semana anterior para conversar com os demais. Ainda que as telas estivessem ali, diante de nós, e que as crianças estivessem em uma luta frenética pela posse dos equipamentos, o assunto telas quase não surgia, e quando surgia, não se estendia. Depois de um tempo, eu, já angustiada, tentei algumas perguntas do tipo “Qual seu desenho favorito?” e

“Onde você assiste ele?”. As respostas eram sempre diretas e brevemente o assunto ia para outra direção. Ainda que tentasse fugir da comparação, foi impossível não lembrar, que ali, naquela mesma sala, cinco anos antes, as crianças só queriam falar sobre as mídias e seus produtos. Na minha primeira experiência na escola, não era nem preciso puxar o assunto, ele surgia naturalmente e não acabava mais. De uma selfie com a câmera digital íamos para o personagem que seria a festa do próximo aniversário, e chegávamos ao blogueiro favorito que ensinava a fazer *slime* no YouTube. As crianças tinham um interesse grande e muito natural pelo assunto.

Depois de quase 2 horas, encerramos as atividades. Este primeiro dia foi caótico o movimento frenético que já esperávamos com a livre interação das crianças com as câmeras, foi potencializado com brigas, gritos e empurrões. Saímos dali mais atordoadas do que de costume, e eu frustrada pela falta de interesse das crianças naquilo que tanto me interessava saber delas.

Sei que seria ideal que tivesse ido à escola sem expectativas, aberta ao que o campo pudesse produzir, à pesquisa que me propus a seguir. A pesquisa como experiência pressupõe justamente essa abertura ao que vem, sem formatação prévia, sem respostas prontas, sustentando-se mais pelas perguntas que mantêm o pensamento em movimento do que por conclusões antecipadas.

O campo mais efetivo dessas pesquisas, aqui definidas como ‘pesquisas abertas’, ganha seus contornos no jogo compositivo entre as experiências que temos – experiências de pensamentos, experiências com leituras, experiências com escritas, experiências com crianças e professoras. Diante de tudo isso, temos nos arriscado a chamar a própria pesquisa como ‘pesquisa-experiência’. A ideia é a de que as pesquisas se preocupem com as ‘experiências’ e, bem por isso, se distanciem da noção de que as investigações são compostas por ‘experimentos’, coleta de dados e análises. São caminhos a serem trilhados, pistas a percorrer, são imanentes e demarcam estados de presentificação. (LEITE; OLIVEIRA, 2019, p.9, grifo do autor)

No entanto, aos poucos, tornou-se evidente que eu própria chegava ali atravessada por expectativas que não eram neutras. Não se tratava exatamente de “cair em uma armadilha”, como se houvesse a possibilidade de estar fora dela, mas de reconhecer que eu também estava modulada. Minha leitura do presente era atravessada pela pesquisa anterior, pelas imagens, pelos discursos e pelos modos de relação que haviam marcado o trabalho realizado anos antes, os quais eu carregava como modelos do que são crianças com câmeras na escola.

Buscava, ainda que de forma não consciente, aqueles mesmos rostos interessados pelas telas, falantes sobre personagens, youtubers e produtos midiáticos, prontos para transformar a câmera em palco e a si mesmas em produtoras de conteúdo. O estranhamento que me atravessou não veio do que as crianças faziam, mas do que elas já não faziam. Ao contrário do que eu esperava, encontrei crianças que desviavam quando o assunto eram as telas, que mudavam de

tema, que pareciam pouco mobilizadas por aquilo que, em outro momento, ocupava o centro da cena.

Reconhecer-me modulada por minha própria trajetória de pesquisa não enfraquece o percurso mas, ao contrário, torna visível o modo como os processos modulatórios operam de forma difusa e contínua, atravessando não apenas as crianças, mas também a mim enquanto pesquisadora, minhas perguntas, meus olhares e minhas expectativas. É nesse deslocamento entre o que eu esperava encontrar e aquilo que efetivamente se apresentou que a experiência do campo começa a produzir pensamentos outros.

Na semana seguinte, iniciamos em outra sala, dessa vez no período da manhã. Uma turma multisseriada, com um número de crianças um pouco menor, na faixa etária dos quatro aos seis anos. Havíamos conversado com a professora na semana anterior, mas as crianças não sabiam da nossa chegada. Entramos, nos apresentamos, falamos brevemente com elas, e mostramos os equipamentos, que novamente foram recebidos sem muito entusiasmo. Então, também nos pegando de surpresa, a professora propôs uma volta no quarteirão com as câmeras. Seguir adiante implicou, então, sustentar esse estranhamento, sem corrigi-lo, deixando que ele conduzisse os próximos encontros.

Na semana anterior, esses mesmos alunos haviam terminado um projeto que envolvia também uma câmera fotográfica digital de modelo bem antigo, como as nossas. Nesse trabalho, as crianças produziam as imagens, e depois escolhiam as que mais gostavam para uma exposição. Diante disso, elas já sabiam manusear esse tipo de câmera, e nada ali era muito novo para elas. Saímos, e foi um passeio tranquilo, mas novamente o assunto telas quase não surgiu. As crianças fizeram registros no caminho, trocaram os equipamentos com os colegas sem grandes problemas, mas estiveram mais interessadas na toca da coruja no pé do barranco do que nos tablets e nas Cyber-shots.

Alguns dias depois voltamos a nos encontrar com a mesma turma, e minha primeira impressão se manteve, só que ainda mais forte. Levamos os equipamentos novamente, e quando chegamos a turma brincava de massinha. Nos cumprimentaram-nos alegres, mas nem sequer se lembraram dos dispositivos que estavam em nossas mochilas. Entramos na brincadeira com elas, e as filmadoras, máquinas fotográficas e tablets ficaram encostados num canto da sala. Até o final da manhã, quando eles se despediram e seguiram para o almoço, nenhuma criança fez sequer uma menção sobre tirar fotos ou fazer filmes.

Estivemos mais vezes com ambas as turmas, tanto em sala de aula quanto no parque da escola. Para além das impressões que se sedimentaram ao longo dos encontros, a observação

das imagens produzidas pelas crianças revelou outro deslocamento significativo. Não apenas a forma como o assunto das telas aparecia em suas falas havia mudado, mas também o modo como elas olhavam e registravam o mundo por meio das câmeras.

Nas pesquisas realizadas anteriormente pelo Grupo Imago, um dos aspectos mais marcantes das imagens produzidas pelas crianças era o desfoque recorrente, que muitas vezes nos causava vertigem. Fotografias borradas, filmagens trêmulas, corpos entrecortados, pés, mãos e narizes surgiam com frequência enquanto as crianças corriam com a câmera em punho. Eram imagens que pareciam escapar ao controle, produzidas no próprio fluxo do movimento. Pés eram frequentes, nariz, mão, corpos entrecortados.

São imagens que nada dizem ou dizem muito, imagens incômodas, vertiginosas, enjoativas, desfocadas, embaçadas, vazias, escuras, cansativas, trêmulas, paradas, corridas, rápidas, lampejos de imagens, mas que nos convidam a pensar com elas, para além delas. (CHISTÉ, 2015, p. 28)

Muito diferente disso, as imagens de agora se apresentam mais focadas, nítidas, construídas em perspectiva. Há nelas uma intenção visível de enquadramento, uma escolha do que deve aparecer e do que deve ficar de fora. Lembra, por vezes, fotografias conceituais, produzidas de forma proposital e distantes do acaso que marcava os registros anteriores.

Ao observar as fotografias percebi que não apenas a conversa das crianças sobre as telas havia se transformado, mas também seu olhar por trás das câmeras. Um olhar que parece já antecipar a imagem antes mesmo de produzi-la, como se soubesse, de antemão, o que é uma “boa imagem”, o que merece ser registrado, o que faz sentido mostrar. Esse deslocamento não aponta apenas para um maior domínio técnico dos dispositivos, mas sugere uma mudança mais profunda na relação com a imagem. Se antes a câmera parecia operar como extensão do corpo em movimento, agora ela se aproxima de um instrumento de composição, no qual o gesto de fotografar se organiza menos pela experimentação e mais pela intenção. Nesse movimento, o acaso tão presente nas imagens do mestrado parece perder espaço, dando lugar a um olhar já atravessado por referências, expectativas e modos de ver que circulam amplamente no mundo digital.

Pensando sobre essas diferenças, alguns pontos se colocaram diante de mim como possíveis pistas do que tem causado essas mudanças. O primeiro deles é que, se antes as crianças já manuseavam com certa destreza os equipamentos digitais, hoje, cinco anos depois e atravessados por uma pandemia que digitalizou ainda mais o cotidiano, isso ficou ainda mais marcado. Essas crianças que estão hoje na escola, ainda eram bebês quando em 2020 fomos obrigados a passar do real para o virtual literalmente do dia para a noite. Elas não tiveram aula online, por exemplo, mas sabemos que a pandemia marcou ainda mais nossa aproximação com

as telas, e para as crianças isso aconteceu de forma ainda mais forte. Nós, pais e professores de crianças pequenas, que trabalhamos por quase dois anos em casa, sem ajuda, diante de computadores, organizando a rotina doméstica com atividades de escola, ginástica, artesanato e até educação física mediados por uma tela, sabemos muito bem como a partir disso, as tecnologias digitais passaram a fazer ainda mais parte do dia a dia de nossos filhos e alunos.

Assim, esse pensamento nos permite compreender que, para as crianças, as telas fazem parte de forma tão marcada do cotidiano que tê-las disponíveis na escola já não desperta muita empolgação. Além disso, me parece que já se encontram tão moduladas que o próprio tema das telas deixa de provocar interesse.

Nas sociedades industriais desenvolvidas, toda esta organização de faixas etárias parece ter desaparecido: é como se fosse desde a fase *infans* que começasse o processo de iniciação. A iniciação não está mais circunscrita a um período preciso, não mais se efetua segundo um cerimonial particular, por exemplo naquilo que se chama "campos de iniciação". Ela tem um lugar em "tempo integral"; mobiliza todo o meio familiar e os educadores. Trata-se pois de uma iniciação ao sistema de representação e aos valores do capitalismo que não mais põe em jogo somente pessoas, mas que passa cada vez mais pelos meios audiovisuais que modelam as crianças aos códigos perceptivos, aos códigos de linguagem, aos modos de relações interpessoais, à autoridade, a hierarquia, a toda a tecnologia capitalista das relações sociais dominantes. (GUATTARI, p. 51)

Supomos aqui que, a ao terem mais intimidade com as telas já na infância, as crianças estão desde muito cedo sendo moduladas por elas. Porém, moduladas não de forma a serem aprisionadas, como Foucault (1997) descrevia a sociedade disciplinar, mas de forma sutil, como sugere Deleuze (2013) ao falar sobre a sociedade de controle. Esse controle quase imperceptível, leva-nos a crer que somos livres, e que as crianças já não se importam mais com as telas pois têm total domínio das tecnologias digitais e de seus aplicativos. Porém, ao serem colocadas em contato com o mundo digital de forma tão precoce, as crianças desenvolvem sim, de forma rápida, aptidões técnicas para comandar *gadgets* cada vez mais elaborados, mas o que está por trás disso, no entanto, não tem a ver com habilidades cognitivas, mas com a maneira como as crianças são cooptadas pelo capital, sem que a escola ou a família tenham que fazer nada. “(...) Agora, o Capitalismo pretende mobilizar o máximo de pessoas, sejam quais forem as idades e o sexo, e é o mais cedo possível que a criança deve estar apta a decifrar os códigos de poder. (...)” (GUATTARI, 1985, p. 52)

Meu interesse pela relação da infância com as telas iniciou-se em 2015, durante minha pós-graduação em educomunicação. Motivada principalmente pelo desejo da minha filha, na época com três anos, de consumir produtos que tivessem alguma relação com seus desenhos animados favoritos. Naquele início de pesquisa, as crianças verbalizavam muito sobre o desejo de consumo não só de brinquedos, como também de vestuário e de quaisquer peças que

fizessem essa relação com os personagens. Assim, foquei muito minha pesquisa na relação da infância com o desenho animado.

No mestrado, mudando um pouco o foco, pude perceber que as crianças, ainda que falassem muito ainda dos personagens ficcionais, também expressavam uma relação com os youtubers, e com desejos de consumo não muito mais de produtos, mas principalmente de modos de vida. Elas pegavam as câmeras e logo num primeiro movimentam ativavam o modo *selfie* para iniciar um discurso delas com elas mesmas. Imitavam os influencers que eram seus ídolos, e apesar de ainda desejarem a mochila da Minie ou do Homem Aranha, expressavam a vontade de ensinar seus ‘seguidores’ a fazer *slime* assim como viram o Felipe Netto fazendo, eram desejos mais para modos de ser e estar no mundo, do que de produtos em si.

Aqui, retomo esse episódio não para reafirmar a centralidade das mídias na infância, mas porque, no cotidiano atual, ele passa a produzir outro tipo de pergunta. Se naquele momento era necessário falar das telas, agora encontro crianças que pouco falam sobre o assunto, mesmo quando estão diante delas. O que antes surgia como tentativa de entrar na mídia agora aparece como uma forma de olhar já orientada por ela.

Diante dessas mudanças em meu trajeto de pesquisa, não se trata apenas de afirmar que o modo de doutrinação do capitalismo mudou, mas de perceber que mudou a forma como ele se torna perceptível. Se antes a relação com a mídia surgia de maneira explícita com o consumo de personagens ou na tentativa de se tornar um youtuber, por exemplo, agora ela parece operar de modo menos escancarado, incorporada ao próprio gesto de olhar e registrar.

É um capitalismo de sobreprodução. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda o para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa. (DELEUZE, 1992, p. 227-228)

Os meios de modulação e construção de um sujeito que atenda aos interesses do sistema estão longe de acontecer apenas na idade adulta. Muito ao contrário disso, as crianças também fazem parte dessa modulação, e ao entrarem em contato com as telas cada vez mais cedo, também são enredadas pelo sistema e quanto mais naturalizadas elas se tornam, menos precisam ser tematizadas. A ausência de euforia não indica distanciamento, mas integração. As tecnologias mediadas por telas já não aparecem como novidade, mas como corriqueiras, e, silenciosas e a justamente por isso, são mais difíceis de se perceber.

Dessa forma, não pretendo negar os processos de modulação que atravessam as crianças, sobretudo aqueles intensificados pelo uso das telas e das mídias digitais desde muito cedo.

Ainda assim, a experiência vivida no campo nesta pesquisa me leva a questionar se o aparente desinteresse das crianças pelas telas se coloca menos como um posicionamento consciente e mais como um movimento que escapa às lógicas da representação.

Esse movimento não deve ser compreendido como um afastamento espontâneo idealizado, nem como uma forma de resistência deliberada por parte das crianças. Os deslocamentos observados não se organizam como discurso, não anunciam uma crítica, tampouco se constituem como linguagem estabilizada. Ao contrário, parecem habitar um campo onde o desvio acontece antes mesmo de poder ser nomeado como escape. Trata-se de um movimento que não pretende significar algo, mas que simplesmente acontece, deslocando o foco, interrompendo expectativas e abrindo outros caminhos possíveis.

É justamente por não se apresentarem como representação que esses gestos se mostram potentes. Ao se afastarem das telas e de seus temas e se dirigirem a outros interesses — à toca da coruja, à massinha, à brincadeira compartilhada — as crianças estão criando outras formas de estar, ainda que breves e não intencionais. Esses movimentos se dão antes da linguagem, antes da reflexão consciente, e exatamente por isso podem ser muitas coisas ao mesmo tempo, sem se fixarem em um único sentido.

Nesse campo no qual a experiência ainda não se organizou como discurso, os desvios aparecem como pequenas interrupções no fluxo contínuo da modulação. Eles não se colocam como uma saída do sistema, mas produzem aberturas em seu interior, criando espaços nos quais outras formas de relação com o mundo e com as tecnologias digitais podem, ainda que por instantes, emergir.

Ao mesmo tempo, há em meu próprio pensamento um lado mais pessimista que insiste em se fazer presente. A partir dele, esses deslocamentos podem ser lidos não como desvios, mas como indícios de que há uma modulação tão profundamente incorporada ao cotidiano infantil que já não se apresenta como novidade, nem como objeto de interesse explícito. Nesse caso, o aparente desinteresse das crianças pelas telas não apontaria para um afastamento, mas para uma familiaridade tão intensa que as tecnologias digitais deixam de se destacar, tornando-se parte indiferenciada do ambiente.

Esse pensamento sugere que a ausência de entusiasmo não se configura como recusa ou fuga, mas como naturalização. As telas já não precisam ser nomeadas, desejadas ou tematizadas, justamente porque operam de forma contínua e silenciosa, atravessando o cotidiano sem produzir estranhamento. A modulação, nesse sentido, não se impõe apenas pelo

excesso e pela sedução, mas também pela incorporação plena, quando aquilo que modula deixa de ser percebido como tal.

Assim, o afastamento das telas não precisa ser lido nem como resistência, nem como submissão plena, mas como efeito ambíguo de uma experiência já profundamente atravessada pelo digital. Trata-se de uma experiência na qual a infância, ao mesmo tempo em que produz deslocamentos e outros modos de estar, encontra-se imersa em um conjunto de práticas que vão, pouco a pouco, antecipando gestos, organizando olhares e orientando formas de relação de maneira quase imperceptível.

É nesse movimento, entre abertura e captura, que a experiência na escola vai se compondo. Não como algo que oferece uma interpretação única ou fechada, mas como um espaço que nos convida a permanecer pensando, sem a intenção de encontrar respostas. Permanecer nesse intervalo talvez implique mudar a direção e olhar menos para o que as crianças fazem com as tecnologias e mais para aquilo que já vai se organizando na experiência antes mesmo de aparecer. Nesse ponto, a observação deixa de buscar explicações sobre o uso das telas e passa a produzir outras inquietações, que atravessam as maneiras pelas quais hoje se aprende a olhar, a desejar e a se relacionar, não apenas diante das tecnologias, mas principalmente a partir delas.

Quinto Ensaio:

Um café da manhã entre telas: a ambivalência da tecnologia que conecta e desconecta no cotidiano

“Eu ando pelo mundo
E os automóveis correm
Para quê?
As crianças correm
Para onde?
Transito entre dois lados
De um lado
Eu gosto de opostos
Exponho o meu modo
Me mostro
Eu canto para quem?”



5.1 Presença e mediação: transformações da experiência no cotidiano digital

Dia desses saí com meu marido para tomar café da manhã. Era um domingo frio e ensolarado de junho, e fomos a uma padaria que fica em um lugar muito agradável da nossa cidade. As mesas, que ficam em uma calçada larga e arborizada em frente a um calçadão onde as pessoas costumam se exercitar correndo, caminhando e pedalando, estavam quase todas ocupadas. Eram amigos colocando o assunto em dia, casais e famílias com seus filhos e cachorros, conversas animadas para todos os lados.

A mesa da nossa frente logo foi desocupada, e no lugar do casal de namorados chegou um pai com seu filho que deveria ter por volta de 5 anos. O rapaz sentou-se de frente para mim, e o garoto de costas, mas eu conseguia ver que em sua mão ele tinha um celular onde jogava. Na tela, um boneco também estava de costas para ele, e se movimentava rapidamente em um ambiente cheio de obstáculos.

O pai se levantou, fez o pedido no balcão, voltou, e o menino seguia hipnotizado. Durante os 10 minutos que esperaram o pedido, o rapaz falava com o filho, e chegou até a advertir que quando a comida chegasse teria que deixar o celular de lado, mas ele não respondia nem verbalizava nada, apenas movimentava a cabeça em sinal positivo vez ou outra.

Quando a atendente chegou com a bandeja, o pai ajudou a organizar os pratos na mesa, e colocou um croissant que depois vi que era de chocolate, na frente do filho. Ele seguiu sem tirar o olhos da tela. O pai, deixando de lado a ordem dele soltar o gadget, cortou um pedaço do salgado e colocou na boca do menino. Em seguida tomou um gole do seu café, e começou a comer o seu sanduíche.

De tempos em tempos, ele falava alguma coisa com o garoto, que novamente apenas acenava com a cabeça, então o pai colocava outro pedaço do croissant na boca do filho, que seguia sem tirar os dedos e os olhos da tela, comandando seu boneco virtual. Fiquei tão parada observando aquilo que meu marido percebeu e me perguntou o que estava acontecendo. Essa não é uma cena incomum, muito pelo contrário, é algo tão corriqueiro que não deveria ter chamado muito minha atenção, mas, naquele momento, chamou.

Observando pai e filho naquele café da manhã, meu primeiro impulso foi tentar explicar aquela cena a partir de um julgamento apressado. Imaginei um pai separado, que talvez visse o filho apenas aos finais de semana, quem sabe a cada quinze dias, e que, naquela manhã de domingo, se esforçava para criar algum tipo de proximidade. O pai falava, tentava contato,

insistia em pequenos gestos, enquanto o menino permanecia imerso na tela, respondendo apenas com movimentos breves da cabeça, mais atento ao jogo do que à presença diante dele.

Mas, quase ao mesmo tempo, outras possibilidades começaram a se impor. Talvez aquele fosse um pai solo, exausto de uma semana inteira cuidando sozinho do filho, buscando ali alguns minutos de descanso. Ou ainda um pai que convivia intensamente com o menino e com a mãe, talvez com um recém-nascido em casa, e para quem aquele momento compartilhado, ainda que silencioso e mediado pela tela, fosse suficiente.

Nenhuma dessas hipóteses podia ser confirmada. O que se mantinha visível, no entanto, era o esforço do pai em estabelecer algum contato, o menino de olhos fixos na pequena tela, mastigando mecanicamente o lanche, e uma conversa que parecia acontecer em mão única.

A cena me atravessou porque parecia falar de algo que se repete com frequência no cotidiano. Nossas relações hoje são intensamente mediadas pelas telas e, se por um lado isso pode aproximar, encurtando distâncias físicas e conectando pessoas que antes estariam separadas — como aconteceu quando passamos quase dois anos entre telas e janelas, confinados dentro de nossas casas durante a pandemia — por outro, essas mesmas telas parecem, muitas vezes, instaurar barreiras nas interações mais ordinárias.

Os dispositivos digitais nos salvaram do isolamento absoluto naquele período, permitindo encontros, conversas, trabalho, escola e afeto mediados por uma superfície luminosa. No entanto, fora daquele contexto de emergência, a mediação constante das telas parece, em certas situações, esvaziar a possibilidade de presença compartilhada. Não se trata de demonizar a tecnologia, mas de perceber como, em cenas aparentemente banais, como um café da manhã de domingo, a tela pode se interpor entre corpos que estão próximos, produzindo uma convivência simultânea e, ainda assim, desconstruída.

Em meados dos anos 2000 fui almoçar fora com um grupo de amigos e, ao chegarmos ao restaurante, na mesa ao lado, uma garotinha que devia ter por volta de três anos estava sentada em um cadeirão, segurando nas mãos um reproduutor de DVD portátil, daqueles pequenos, assistindo a um desenho animado. Uma de minhas colegas chamou a atenção da nossa mesa para a cena e comentou, meio em tom de brincadeira, que só teria um filho no dia em que tivesse dinheiro para comprar um aparelho daqueles. Pois assim, dizia ela, poderia sair para jantar com tranquilidade.

Nenhum de nós, naquela mesa, poderia imaginar que, poucos anos depois, as crianças sequer saberiam o que era um DVD. Em 2010, a Apple lançou o primeiro iPad e, a partir dali

ver crianças pequenas manipulando telas luminosas para se entreter deixou de causar estranhamento, tornando-se parte do cotidiano.

Naquela manhã de domingo, sentada na padaria, observando o pai e o filho à mesa da frente, essa cena dos anos 2000 me voltou à memória. O reprodutor de DVD portátil, que naquela época nos pareceu quase um luxo, surgia agora como um marco distante de um percurso que naturalizou, aos poucos, a presença constante das telas na vida das crianças.

Aquele microcosmo familiar à mesa da padaria se colocava, então, como um reflexo da realidade contemporânea, na qual a presença física nem sempre se compõe com conexões emocionais. Eram visíveis as tentativas do pai de interação com o filho, sem sucesso. Diferentemente dele, que fazia um esforço constante para disputar a atenção do filho com a tela, quando minha filha era pequena eu muitas vezes me sentia aliviada ao vê-la vidrada na televisão. Era nesses momentos que conseguia dar conta das demandas de trabalho, da casa e da vida cotidiana, como se a tela operasse ali como uma espécie *Robbie*, a babá robô do conto de Asimov (2014).

A interação homem e máquina, especialmente as telas, é algo que me inquieta. Quando morei em Londres, entre os anos de 2006 e 2007, as pessoas andavam todas de metrô, em pé ou sentadas, com a cabeça baixa enquanto liam, mas liam livros físicos, ou jornais. Naquela época, os celulares tinham telas pequenas, sem imagens e só enviavam mensagens simples de texto.

Hoje, a situação é outra. Se ficamos parados por alguns minutos em qualquer espera do cotidiano, a ausência do celular logo se faz sentir como incômodo. O contraste entre essas duas cenas, separadas por cerca de vinte anos, revela uma mudança que não diz respeito apenas à forma como consumimos informação, mas também à maneira como nos conectamos com o mundo e com os outros ao nosso redor.

Minha comunicação com quem estava no Brasil já era, naquele período, mediada pelas telas. Conversava muito mais com meus pais pelo então MSN¹³ do que pelo telefone. O custo de conectar o computador e teclar com eles era praticamente nulo, se comparado ao valor de uma ligação telefônica internacional. As chamadas de vídeo já existiam, e minha conexão em Londres permitia que elas acontecessem, embora a deles, no Brasil, ainda fosse precária, o que

¹³ MSN ou Messenger: programa de mensagens instantâneas popular nos anos 2000, que permitia conversas em tempo real pela internet, ainda restritas ao uso do computador e a momentos específicos de conexão.

dificultava esse tipo de contato. Ainda assim, tínhamos a possibilidade de passar longos períodos trocando mensagens ao longo do dia.

Apesar dessa facilidade, a conexão não era contínua. Era preciso abrir o notebook, conectá-lo à internet, sentar-me diante da tela e, de algum modo, interromper o que estava fazendo para estar disponível. A comunicação exigia um gesto, uma decisão, um tempo separado para acontecer. Muito diferente do que vivenciamos hoje com os smartphones, que nos acompanham o tempo todo, sempre à mão, no bolso, sobre a mesa, ao lado da cama. A conectividade deixou de ser um momento específico do dia para se tornar um estado permanente, quase automático, dissolvendo as fronteiras entre estar online e estar fora.

Essa mudança não diz respeito apenas ao modo como nos comunicamos, mas ao modo como passamos a habitar o tempo. A facilidade de acesso, a portabilidade e a presença constante do celular, que está sempre à mão, sempre disponível, transformaram a conectividade em um estado contínuo. Já não é preciso escolher um momento para se conectar: estamos conectados o tempo todo.

As pausas, os intervalos, as esperas e até os momentos de silêncio passaram a ser rapidamente preenchidos por notificações, mensagens, imagens e conteúdos que solicitam nossa atenção. Com isso, não apenas o uso do tempo se altera, mas também a forma como o percebemos e o sentimos. O tempo deixa de ser vivido como duração, espera ou intervalo e passa a ser fragmentado em pequenas unidades de estímulo, respostas e atualizações constantes.

É nesse contexto que, ao olhar para os efeitos das tecnologias digitais de comunicação sobre a experiência do tempo, não podemos mais tomá-las apenas como ferramentas que o otimizam, mas como dispositivos que o reorganizam e, muitas vezes, o capturam.

5.2 Entre otimização e captura: a experiência do tempo nas telas

A partir da década de 1950, não só o tamanho, como o preço dos computadores também começou a diminuir. Foi um importante passo para que essa tecnologia, que antes era restrita a grandes conglomerados industriais e empresariais, passasse a habitar residências no mundo todo. Depois de algumas investidas da Apple, que em 1976 lançou o Apple I – primeiro computador pessoal, em 1981 a IBM apresentou ao mercado o PC, abreviação de *personal computer*, que na época foi o mais popular microcomputador para se ter em casa.

Na década seguinte, em meados dos anos 1990, meu pai trouxe para casa nosso primeiro 486, um computador que tinha tela em forma de cubo grande, com fundo preto, letras laranjas e bem quadradas. Ele rodava com o sistema operacional MS-DOS¹⁴, e para operá-lo era preciso que digitássemos diversos códigos que costumeiramente ficavam anotados em uma caderneta ao lado do teclado, para que pudéssemos nos lembrar, afinal, eram impossíveis de serem todos decorados. A dinâmica era a seguinte: um técnico vinha, instalava tudo o que fosse necessário e nos dava um minicurso. Nele, passava todos os códigos que precisávamos digitar na tela para que pudéssemos acessar um jogo ou algum outro programa. Não me lembro ao certo o que costumávamos fazer diante daquela tela pré-histórica, mas sei que não era muita coisa.

Bem diferente das telas de hoje, naquelas primeiras as distrações eram poucas. O computador operava de forma lenta, e logo perdíamos a vontade de ficar ali na frente daqueles códigos em fontes quadradas porque brincar na rua era muito mais dinâmico e interessante. Ainda que tivesse um Atari, um dos primeiros e certamente entre os mais populares consoles de videogame já produzidos até hoje, que funcionava a partir da televisão, e que gostasse de passar algum tempo entretida nos arcaicos jogos exageradamente pixelados, o tempo em frente às telas era escasso, e se usado em algum excesso, era para assistir a desenhos animados, que também tinham uma oferta limitada a alguns horários na TV aberta.

Pouco tempo depois os computadores pessoais passaram pela primeira grande evolução, e além de serem processadores de dados, começaram a ter multifunções como fax, modem, secretária eletrônica, scanner, impressora e compartimento para disquete e CD-ROM. O que antes não tinha muito o que ofertar, se tratando de entretenimento e funcionalidades domésticas, passou a ser mais atrativo.

Lembro então do nosso primeiro computador de tela colorida, um Pentium que tinha o sistema operacional Windows e que, apesar de ainda muito diferente do que conhecemos hoje, já trazia ícones com interação via um clique do mouse, e atividades mais interessantes e convidativas. Ainda assim, foi mesmo só em 1998, quando tive acesso pela primeira vez à Internet, que comecei a passar mais tempo em frente a uma tela que não fosse da televisão. Mesmo que a Internet fosse discada e por isso tivesse um custo de uso alto, ou seja, dependia não só de um provedor de acesso como também de uma linha telefônica para se conectar, as horas que antes eram passadas ao telefone com uma amiga depois que saía da escola, passaram para horas e horas (e mais horas) na frente do computador, no programa de bate papo mIRC,

¹⁴ DOS é a sigla para Disk Operating System, que significa sistema operacional em disco. O DOS foi um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft que dominou o mercado de microcomputadores compatíveis com IBM PC entre 1981 e 1995.

onde podíamos digitar privativamente com alguém, ou em uma sala com muitas outras pessoas interagindo ao mesmo tempo.

Com a chegada dos computadores pessoais e, posteriormente, da internet nas residências, o tempo de exposição às telas aumentou de forma significativa. Ainda assim, esse acesso era marcado por limites claros, já que os computadores não eram portáteis e a conexão não se estendia de maneira contínua ao longo do dia.

Mesmo quando a internet já fazia parte do cotidiano e o acesso à banda larga se tornara mais comum, a conexão acontecia em momentos limitados. O computador precisava ser aberto, ligado, conectado. Estar online exigia uma interrupção do fluxo do dia e a criação de um tempo específico para isso.

Havia, portanto, intervalos preservados. Tempos de espera, tempos em que nada acontecia. A rua, o metrô, as conversas presenciais, o deslocamento pela cidade ainda não eram atravessados por notificações, mensagens ou demandas imediatas de resposta. O tempo não era continuamente capturado. A diferença em relação ao presente não está apenas na tecnologia disponível, mas na experiência temporal que ela produz. Com os smartphones, a conexão deixa de exigir um gesto e passa a se impor como condição permanente. O tempo fragmenta-se em estímulos sucessivos, e a espera, que antes fazia parte da experiência, tende a desaparecer.

Fotografar, pedir uma comida por delivery, comprar uma roupa nova, pesquisar o assunto em questão numa roda de conversa, acessar o cardápio no restaurante, assistir a um filme, enviar fotos aos amigos, se localizar em uma cidade desconhecida, jogar, ouvir música, acessar a conta do banco, pagar o jantar, fazer anotações na agenda, estacionar o carro no centro da cidade, reservar o hotel, baixar arquivos da nuvem, acessar as redes sociais. A lista de utilidades de um celular hoje é imensa, e tudo isso com um *gadget* tão portátil a ponto de caber no bolso de nossa calça, o que fez com que o tempo que estamos expostos às telas tenha aumentado exponencialmente desde sua chegada.

Se, por um lado temos um mundo cada vez mais conectado, onde os smartphones estão na lista dos objetos de consumo mais desejados, e que, dependendo da marca que carregam compõe um status social, me parece que temos uma corrente inversa, que vai na contramão dessa exposição à tecnologia e que busca um distanciamento, uma desconexão. Desmurget (2024) traz diversos exemplos dessas iniciativas, entre elas, muitas aos pais taiwaneses que deixem seus filhos de menos de 2 anos expostos a qualquer dispositivo digital.

Essa tensão constante entre estar conectado e se afastar das redes não se limita ao campo normativo ou teórico, mas atravessa de forma concreta o cotidiano. Me lembro de um dos

primeiros episódios do Podcast Café da Manhã, do grupo Folha, onde o repórter se propunha a passar um dia na cidade de São Paulo sem celular. Entre dificuldades para solicitar um táxi e a impossibilidade de acessar o cardápio em um restaurante, o relato evidencia que abrir mão dessas pequenas telas falantes já não é tarefa simples.

Voltando à dualidade do bem e do mal desses gadgets, é indiscutível que muitas das funções são utilitárias e colaboram muito com nosso dia a dia, e que hoje já incorporamos de tal forma tantas facilidades, que teríamos muita dificuldade de tirá-las de nossa vida. Mas o que podemos pensar sobre as funções recreativas, como aplicativos de jogos e de redes de relacionamento? De que forma o uso indiscriminado dessas funções altera nosso dia a dia?

No início de 2004 conhecemos uma das primeiras redes sociais digitais a ficar popular, o Orkut. Fundada pelo engenheiro turco Orkut Büyükkökten, era uma plataforma que, através de uma rede de conexões, nos colocava em contato com amigos virtuais que normalmente tinham presença física em nosso cotidiano. Era muito interessante encontrar ali pessoas que já haviam feito parte de nossa vida, e que não víamos há bastante tempo. Descobrir que a amiga do jardim de infância tinha 3 filhos, ou que o colega do 3º ano era baterista de uma banda de rock na Irlanda era envolvente e nos fazia querer estar cada vez mais em rede. Do Orkut e suas limitações, passamos para o Facebook. A ideia de conectar pessoas era a mesma, mas tínhamos algumas melhorias que nos envolviam e nos faziam passar ainda mais tempo na plataforma. Enquanto no Orkut podíamos publicar apenas 12 fotos e dizer do que gostávamos em comunidades específicas para cada assunto, no Facebook as fotos eram irrestritas, as postagens de vídeos se tornaram possíveis e tínhamos um mural onde podíamos dizer a todo momento o que estávamos pensando e sentindo.

Depois do salto que foi sair do Orkut para o Facebook, chegamos ao Instagram, e, ainda que pouco evoluídos, já tínhamos os smartphones. De algumas horas em frente ao computador no Orkut, passamos a estar o tempo todo conectados, postando imagens instantâneas na mais nova rede social. No início, o aplicativo, que foi criado pelo norte-americano Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger, era de uso exclusivo por celulares com sistema operacional iOS, da Apple, e só permitia a publicação de fotos recentes. Era uma proposta de ser um aplicativo que acontecia em tempo real, e as imagens nele publicadas eram organizadas em fluxo contínuo e cronológico. Com o passar dos anos, foi adquirido pelo Facebook e hoje está entre os mais populares aplicativos de rede social no mundo, compartilhando não apenas fotos como também vídeos, e seu feed não tem mais nada de cronológico. Povoado por modernos algoritmos que leem os interesses de cada usuário e os direcionam dentro de uma bolha, em nada lembra o

feed retilíneo de quando surgiu, e está muito mais para um rizoma de imagens, vídeos e informações.

De todas as possibilidades que temos de acesso hoje em um dispositivo portátil, como celulares e tablets, junto com os aplicativos de troca de mensagens instantâneas e compras, os de redes sociais são os mais consumidos. Segundo uma pesquisa ¹⁵da Mobile Time, uma plataforma que produz conteúdos sobre tecnologias digitais móveis, os três aplicativos mais baixados em 2024 foram de redes sociais, seguidos em 4º lugar pelo aplicativo de Mensagens Instantâneas WhatsApp. A ordem é a seguinte: o TikTok com 876 milhões de downloads, Instagram com 859 milhões, Facebook com 629 milhões e o WhatsApp com 601 milhões. Como seres humanos sociais, o que buscamos é estar em contato com o outro, e o slogan básico desses aplicativos é que são capazes de conectar pessoas. Se há alguns anos esses processos de troca de mensagens, imagens, piadas e correntes aconteciam via e-mail, e na falta dos gadgets portáteis eram acessados apenas pelo computador, hoje estão em nossos bolsos durante todo o dia, tornando seu uso muito mais fácil e frequente.

Além disso, há uma evolução das tecnologias mediadas pelas telas que nos colocam diante de gadgets menores, mais atrativos, mais rápidos e conectados, o que facilita e atrai muito seu uso. As crianças têm acesso a esses equipamentos cada vez mais cedo, e vistos como nativos digitais, muitas vezes têm aval da família e da escola para estarem conectadas de forma irrestrita. No contexto desse debate, habitamos um mundo completamente diferente do que existia antes da massificação da internet, há menos de 30 anos, quando o mais tecnológico que mediava nossa interação com nossos pares eram os telefones discados e com fio.

Dentre tantas opções de aplicativos disponíveis nessas telas, as redes sociais, muito além de fazerem jus ao slogan de “unir pessoas”, passam a operar como ambientes culturais próprios, capazes de produzir mundos outros e de fomentar desejos por modos específicos de ser e estar na sociedade, frequentemente alinhados a interesses econômicos e políticos mais amplos.

É nesse sentido que Manuel Castells, em *A Sociedade em Rede*, aponta que o desenvolvimento dos sistemas de comunicação em rede transforma radicalmente o próprio sistema comunicacional e, por consequência, a cultura que nele se produz.

(...) A integração potencial de texto, imagens e sons no mesmo sistema – interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível – muda de forma fundamental o caráter da comunicação. E a comunicação decididamente, molda a cultura (...) (CASTELLS, 2025, p. 414)

¹⁵ Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/noticias/10/01/2025/apps-mais-baixados-no-mundo/> último acesso em 18 de março de 2025.

Se, como afirma Castells, a comunicação molda a cultura, torna-se necessário observar de que maneira essa cultura da conectividade permanente incide sobre dimensões sensíveis da vida cotidiana, como a atenção, o foco, a relação com o tempo e, sobretudo, as formas de vínculo interpessoal e de construção de si. A tecnologia, embora conecte de maneiras inéditas, pode também instaurar novas mediações e barreiras nas relações humanas, reconfigurando a forma como nos percebemos em relação aos outros.

Quando consideramos essa dualidade, de que maneira podemos pensar em abordagens que nos ajudem a cultivar uma relação mais equilibrada com a tecnologia, promovendo momentos de conexão genuína e a construção de relacionamentos reais? De que maneira podemos encontrar um meio-termo que permita o uso da tecnologia de maneira que complemente, em vez de substituir, as interações humanas significativas?

Há um argumento recorrente nos debates sobre a vida conectada que diz respeito à ideia de que se perde o tempo vivido no mundo “real” ao se habitar excessivamente o virtual. Em outras palavras, deixaríamos de estar presentes na vida que acontece para nos mantermos ligados a uma vida mediada pelas telas. A cena do menino sentado à mesa do café da manhã de domingo, pouco interagindo com o pai, ilustra essa preocupação, mas ela também se atualiza em situações corriqueiras do cotidiano adulto: mesas de bar, por exemplo, em que, mesmo rodeados de amigos, dividimos a atenção entre a interação presencial e as notificações que vibram nas telas em nossas mãos.

Essa experiência de atenção fragmentada e de coexistência constante entre presença física e presença digital pode ser compreendida à luz das reflexões de Paula Sibilia (2008), ao analisar como, nas sociedades contemporâneas, a vida cotidiana passa a se organizar sob a lógica da visibilidade, da exposição e da performance de si, em que a experiência tende a ser vivida e narrada como cena. Nesse contexto, estar com o outro não implica necessariamente exclusividade de atenção, mas a convivência simultânea entre diferentes planos de presença.

Podemos, então, pensar esse fenômeno não apenas como um problema ou uma perda, mas como uma reconfiguração das formas de estar e existir no mundo. Ao falar em reconfiguração, não se trata de afirmar o desaparecimento da presença ou da interação face a face, mas de indicar uma mudança na maneira como elas se organizam: o encontro presencial passa a ser atravessado por mediações digitais que fragmentam a atenção, redistribuem o tempo e fazem coexistir múltiplos planos de interação. Há quem argumente que, ao substituir o “olho no olho” pelas notificações, os laços humanos se enfraquecem; no entanto, essa transformação não precisa ser compreendida apenas em termos de empobrecimento da experiência. A conexão

digital pode, por vezes, esvaziar momentos presenciais, mas também pode ampliá-los, estendê-los e ressignificá-los, ao prolongar vínculos, intensificar trocas e criar continuidades que extrapolam o espaço e o tempo do encontro físico.

Em *A Sociedade em Rede*, Castells analisa como a mídia se faz presente na vida cotidiana não apenas nos momentos em que nos sentamos intencionalmente para consumi-la, mas também como uma presença contínua que acompanha outras atividades do dia a dia, como as tarefas domésticas, as refeições e as interações sociais. Segundo o autor:

(...) ser espectador/ouvinte da mídia absolutamente não se constitui uma atividade exclusiva. Em geral é combinada com o desempenho de tarefas domésticas, refeições familiares e interações sociais. É a presença de fundo quase constante, o tecido de nossas vidas. Vivemos com a mídia e pela mídia. (CASTELLS, 2025, p. 418).

Essa ideia de mídia como “presença de fundo” ajuda a compreender cenas corriqueiras do cotidiano. Lembro-me de quando Helena tinha por volta de cinco anos e nunca assistia à televisão durante as refeições. Como sempre se alimentou bem, os momentos do almoço e do jantar eram tranquilos e marcados pela conversa à mesa. Em aniversários infantis, inclusive, ela era uma das poucas crianças que interrompia a brincadeira para comer, o que fez com que, em casa, o momento da refeição se consolidasse como um espaço de troca e atenção compartilhada.

Naquela época, por volta de 2011, o smartphone ainda não ocupava o lugar central que hoje assume no cotidiano familiar. As estratégias de distração das crianças durante as refeições se davam, sobretudo, pela televisão ou pelo próprio deslocamento pela casa, enquanto adultos ofereciam a comida quase de forma automática enquanto as crianças se distraíam com brinquedos e outros subterfúgios. A cena, no entanto, permanece reconhecível: o que se altera é o meio que sai da televisão e chega ao smartphone, mas a lógica da mediação da atenção durante o convívio cotidiano se mantém.

O que está em jogo, portanto, não é a presença ou a ausência em si, mas a qualidade das interações que se estabelecem. Estar com alguém no mesmo espaço físico não garante, por si só, uma conexão profunda, assim como uma conversa mediada por aplicativos de mensagens pode ser significativa (ou não). Desse modo, em vez de reduzir o debate a uma oposição entre o “real” e o “virtual”, trata-se de ampliar a compreensão sobre como escolhemos habitar e transitar entre esses diferentes planos de experiência, buscando formas de equilibrar tempos, presenças e afetos na vida cotidiana.

Se pensarmos que foi no século XX que as tecnologias de informação começaram a se desenvolver para chegarmos aonde estamos hoje, podemos afirmar que o mundo virtual é ainda muito novo, e que o que é novo gera estranheza. Temos então uma crença de que a vida real está enraizada no aqui e no agora, e que para que seja válida, precisa estar ancorada na presença,

no físico, no concreto. Diante disso, os avanços das tecnologias de comunicação têm nos mostrado que nossas relações pessoais também podem ser construídas e sustentadas a distância, mediadas pelas telas, através de outras linguagens, outras temporalidades, fazendo-nos experimentar outras formas de estarmos juntos.

Há excessos, e não se trata de ignorá-los. Vivemos a realidade da hiperconexão, do uso compulsivo das telas e da expectativa constante por notificações, que muitas vezes produzem ansiedade e a sensação de que é preciso estar sempre online. Ainda assim, atribuir exclusivamente às tecnologias digitais a responsabilidade por esses efeitos é reduzir uma questão complexa a uma explicação simplista. As redes não são vilãs em si mesmas, mas são dispositivos ambíguos, capazes de aproximar ou afastar, fortalecer ou fragilizar vínculos.

Para além dessa ambivalência, acredito que seja possível pensar em modos lúcidos e afirmativos de uso das tecnologias digitais, que reconheçam seus efeitos moduladores e, mesmo assim, explorem suas potências. Trata-se de admitir os riscos envolvidos, sem perder de vista que as redes também podem ser espaços de criação, de encontro e de produção de sentido. Nesse uso, estar conectado não significa estar disperso ao contrário, as tecnologias podem funcionar como instrumentos de construção de pontes, de circulação de afetos e de fortalecimento de redes de apoio, operando como rizomas que expandem as possibilidades de relação, em vez de fragmentá-las.

Estar presente é estar atento ao outro, ao caminho, a si mesmo, e essa atenção pode acontecer com ou sem telas nas mãos. Além disso, para muitos sujeitos, o ambiente virtual constitui um espaço de refúgio, expressão e pertencimento. Comunidades inteiras se organizam exclusivamente no online, constroem vínculos, articulam lutas políticas e compartilham afetos. Para essas pessoas, o chamado “virtual” não é uma negação do real, mas uma de suas formas possíveis.

Talvez o desafio não esteja em escolher entre dois polos, mas em aprender a transitar entre eles, reconhecendo que, na vida contemporânea, essas dimensões frequentemente se interpenetram. A experiência cotidiana já não se organiza a partir de fronteiras rígidas entre presença física e mediação digital, mas a partir de formas híbridas de estar no mundo, nas quais diferentes camadas de atenção, tempo e interação coexistem. Viver nesse entremeio é, sem dúvida, um desafio, mas também pode se constituir como uma oportunidade de reinventar a presença em suas múltiplas formas.

Estar desconectado, por si só, não garante atenção ou presença plena, assim como o uso de tecnologias digitais não implica necessariamente ausência. Nesse sentido, as telas não podem

ser compreendidas apenas como vilãs, mas como um dos meios, através dos quais a dispersão e a ausência se produzem. O mundo contemporâneo nos convoca a uma lógica de multifuncionalidade constante, marcada pela aceleração do tempo, pela exigência de desempenho contínuo e pela necessidade de fazer mais, melhor e em menos tempo. As tecnologias digitais não criam sozinhas esse regime de vida, mas o intensificam, tornando mais visíveis e mais agudos os efeitos dessa aceleração sobre nossas formas de atenção e de presença.

Eu mesma me percebo, muitas vezes, ausente das conversas mesmo quando estou desconectada das telas. Há situações em que minha filha fala comigo e, embora eu esteja fisicamente presente, minha atenção está dispersa entre tarefas, compromissos e exigências do dia que ainda precisam ser cumpridas. Só retorno à cena quando ela, ao final da fala, chama minha atenção e evidencia que eu não estava ali de fato. Essa experiência cotidiana ajuda a tensionar o argumento recorrente de que a presença digital, por si só, comprometeria as relações humanas, produzindo mais ausência do que presença.

Tal crítica costuma se apoiar em uma concepção dualista que opõe real e virtual, como se a atenção, a presença e o vínculo estivessem automaticamente garantidos fora das telas. No entanto, essa oposição já não se sustenta diante das práticas sociais contemporâneas, especialmente quando observamos a infância, cada vez mais atravessada por dispositivos digitais desde os primeiros anos de vida.

Ao discutir a cultura da virtualidade real, Manuel Castells (2003) demonstra que a experiência social contemporânea se estrutura em redes digitais que não anulam o espaço físico, mas o reorganizam. Na sociedade em rede, não há uma separação rígida entre o real e o virtual a convergência das mídias e a digitalização da comunicação criam um ambiente no qual imagens, sons e textos circulam integrados, constituindo um sistema multimodal. Nesse contexto, a experiência mediada pelas telas não se apresenta como uma dimensão paralela da vida, mas como um de seus prolongamentos, sobrepondo-se ao mundo material e influenciando a forma como sujeitos e, de modo particular, as crianças, vivenciam o tempo, o espaço e as relações.

Essa interpenetração entre o real e o virtual transforma a própria construção da identidade. No contexto da virtualidade real, significados, imagens e narrativas são continuamente produzidos, reproduzidos e reinterpretados, fazendo com que a identidade deixe de se apresentar como algo estável e passe a se constituir como um processo em fluxo permanente. O espaço digital torna-se, assim, um campo central de negociação de pertencimento, reconhecimento e autoimagem, funcionando como uma extensão, e não uma

substituição, das interações presenciais. Para Castells (2003), essa configuração é resultado de um processo histórico e tecnológico que remodela a experiência humana, de modo que as dimensões online e offline não se organizam como esferas paralelas, mas como partes indissociáveis de uma mesma realidade social.

A crítica recorrente à ideia de que sujeitos estariam fisicamente juntos, mas emocionalmente ausentes em função dos dispositivos digitais revela, em si, uma permanência de dualidades simplificadoras entre corpo e mediação tecnológica. Ao discutir a cultura da virtualidade real, Castells afirma que “(...) o virtual não se opõe ao real, mas integra a experiência cotidiana, mediando as relações sociais e os processos de construção da identidade” (CASTELLS, 2003, p. 254). As crianças já nascem inseridas nesse cenário de redes, plataformas e telas, o que impõe à escola, à família e à sociedade como um todo não um julgamento moral da tecnologia, mas a necessidade de compreender criticamente as formas de estar no mundo que ela engendra.

Nesse sentido, Castells aponta que o elemento central de nossa era, marcada pela revolução tecnológica nos sistemas de informação e comunicação, é a lógica da rede, distinta da organização hierárquica típica das sociedades industriais. As redes caracterizam-se pela flexibilidade, adaptabilidade, alcance global e alta conectividade. Essa lógica pode ser colocada em diálogo com a noção de organização rizomática pensada por Deleuze e Guattari (1980), na medida em que ambas descrevem estruturas baseadas na multiplicidade, na conexão e na ausência de centros fixos.

Contudo, é fundamental evitar uma leitura idealizada dessas formas de organização, pois, no contexto das plataformas digitais contemporâneas, tais redes são atravessadas por interesses econômicos, algoritmos e relações de poder que modulam fluxos, visibilidades e afetos, operando simultaneamente como espaços de potência e de captura. Trata-se, portanto, menos de uma celebração da conectividade e mais de uma análise das condições históricas e materiais que tornam essas formas de organização possíveis.

Essas características se manifestam de maneira sensível no modo como as crianças se relacionam com o mundo e com os outros. Cada vez mais expostas à lógica da conexão permanente e do consumo imediato, suas experiências tendem a ser atravessadas por respostas rápidas, estímulos contínuos e soluções prontas, o que contribui para a modulação precoce da subjetividade. Reconhecer que as novas gerações já nascem em um mundo profundamente tecnologizado não pode implicar uma postura passiva diante desses processos. A facilidade com que desejos são atendidos e frustrações são rapidamente contornadas pode reduzir o espaço da

espera, do esforço e da elaboração, favorecendo formas de imediatismo e de frustração recorrente.

Essa lógica não se restringe ao universo das telas, mas atravessa outras práticas educativas e sociais. Em contextos distintos, observa-se uma diminuição da tolerância ao desafio e ao erro, com a substituição constante daquilo que exige esforço por alternativas mais fáceis e imediatas. A dificuldade deixa de ser enfrentada e passa a ser evitada, reforçando uma relação instrumental com a experiência, na qual o desconforto é rapidamente eliminado em vez de elaborado.

Nesse contexto, Paula Sibilia (2008) oferece uma contribuição fundamental ao analisar como a cultura da exposição afeta os modos de constituição do sujeito. Em *O show do eu* (2008), argumenta que a construção da subjetividade passa a ocorrer publicamente, em constante performance, principalmente nos ambientes digitais. A infância, antes entendida como fase de desenvolvimento, é agora antecipada e capturada por dinâmicas de visibilidade, autocontrole e autopromoção. A criança torna-se, desde muito cedo, um “eu” que se constrói em função de sua imagem e de sua capacidade de se tornar reconhecível no espetáculo das redes sociais. Segundo Sibilia: “(...) vivemos uma época em que o eu é um show permanente, uma performance contínua que se constrói no olhar do outro e na sua validação.” (SIBILIA, 2008, p. 28).

A exposição da intimidade nas redes sociais não é, portanto, uma consequência aleatória da tecnologia, mas uma marca de um novo regime de subjetivação. Ser visto, ser reconhecido, tornar-se alguém por meio da imagem são valores centrais em um tempo em que as fronteiras entre o público e o privado se diluem. A criança, nesse contexto, já nasce imersa em dispositivos que a capturam e a convertem em conteúdo.

Não se trata apenas da inserção precoce das crianças no mercado de consumo, mas da captura de sua atenção, afetividade e desejo por dispositivos que operam como tecnologias de subjetivação. Como aponta Deleuze (1992), vivemos em sociedades de controle, em que os dispositivos não apenas reprimem, mas modulam os corpos e os desejos. A infância, nesse cenário, é modulada para responder a fluxos informacionais e a lógicas do capital, ajustando-se às demandas de um mundo hiperconectado e performativo.

Zygmunt Bauman (2004), ao discutir a liquidez dos vínculos humanos, chama atenção para a fragilidade das relações na modernidade marcada pela velocidade, pela descartabilidade e pela dificuldade de sustentar compromissos duradouros. Para o autor, “(...) na modernidade

líquida, os vínculos humanos se tornam frágeis, efêmeros e marcados pela incerteza, refletindo a volatilidade das relações contemporâneas” (BAUMAN, 2004, p. 15).

Essa condição de liquidez não é produzida pelas tecnologias digitais, mas é por elas intensificada, na medida em que as plataformas ampliam a lógica da rapidez, da substituição e da conexão imediata. No caso da infância, as relações passam a ser cada vez mais atravessadas por dispositivos que privilegiam a instantaneidade e a resposta rápida, o que tende a fragilizar a sustentação do encontro, do conflito e da permanência, sem que isso signifique, necessariamente, a sua completa substituição.

Nesse sentido, a relação entre tecnologia, presença e vínculos humanos não pode ser reduzida a uma oposição entre real e virtual, tampouco a explicações moralizantes sobre o uso das telas. Trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por transformações estruturais da vida contemporânea, que incidem de modo particular sobre a infância. Nesse cenário, a presença já não se organiza apenas em termos de proximidade física ou mediação tecnológica, mas também nos ritmos, nas pausas e nas acelerações que atravessam a vida cotidiana, modulando silenciosamente a forma como o tempo é vivido.



Sexto Ensaio:

Labirintite: a vida vivida no 2,0 x

“Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma
Até quando o corpo pede um pouco mais de alma
A vida não para
Enquanto o tempo acelera e pede pressa
Eu me recuso, faço hora, vou na valsa
A vida é tão rara (...)’

— **Lenine, Paciência, 1999**



6.1 A vida acelera e exige mais; o corpo colapsa e pede pausa

Há pouco mais de 10 anos acordei em um domingo, depois de uma noite com alguns abusos gastronômicos, sem conseguir sentir o chão debaixo dos meus pés. Era uma sensação nova e muito ruim. Passei o dia nauseada e tonta, sem rumo. “Labirintite - diagnosticou minha mãe – “Alguma coisa atacou seu fígado”. Passei o dia quietinha, e na segunda-feira já estava nova em folha. Tinha acabado de completar 30 anos, e os males súbitos vinham raramente, e quando vinham, iam embora rapidamente. Demorei alguns anos para sentir aquilo novamente, mas com o tempo, apesar das crises serem revertidas sem medicação, elas foram ficando mais frequentes.

Em janeiro de 2023, depois de uma semana viajando por diversas cidades históricas mineiras com meu marido, cheguei em Rio Claro sem conseguir ficar em pé. Nunca havia tido uma crise tão forte. Alguns dias mal me fizeram procurar minha otorrinolaringologista e tive o mesmo diagnóstico dado por minha mãe alguns anos antes. Fui medicada, e apesar de passar uns 20 dias com muita vertigem quando me virava, deitava ou levantava da cama, sobrevivi. Mas depois dessa, as crises passaram a chegar com maior frequência.

Era agosto de 2024 quando tudo voltou a girar com mais força. “Como está seu ritmo de vida? Anda estressada com alguma coisa?” me perguntou a médica depois que estive em seu consultório tentando tratar mais uma crise que não passava. Eu lembro que sorri de leve, e baixei a cabeça. “Precisa diminuir” - sentenciou – “Se não, o tratamento não será efetivo”. Naquele momento a pergunta soou simples demais para a vida que eu levava. Diminuir estava mais para uma impossibilidade concreta do que para uma escolha possível, mas, depois de inúmeros exames ficou claro que a vertigem não dizia apenas a respeito de mim, mas de um modo de vida no qual já não se aprende a pausar. As crises se acalmaram, e eu segui.

Cerca de três meses antes disso, a hípica do meu marido, que na época era meu noivo, tinha acabado de sofrer um golpe bem duro do antigo gerente. Além do desfalque financeiro, absolutamente tudo o que poderia estar bagunçado na parte administrativa, estava. Meu marido não sabia fazer nada que não fosse dar aulas e montar cavalos, nós não tínhamos dinheiro para contratar alguém para cuidar daquela bagunça, e estávamos muito abalados pela traição. Diante do cenário caótico, eu, que nunca havia trabalhado com planilhas ou qualquer coisa do tipo, me prontifiquei a assumir toda a parte financeira e administrativa da empresa, além de fazer um levantamento minucioso de tudo o que havia sido gasto indevidamente em cinco contas bancárias ao longo dos últimos três anos, para que pudéssemos, por meios judiciais, tentar

reaver uma parte do dinheiro. Além disso, precisava dar conta do meu doutorado, das aulas com as crianças na equitação lúdica, da minha casa, da minha filha, dos meus gatos, dos meus treinos e, no meio de tudo isso, ainda tínhamos um casamento marcado para dali menos de trinta dias — o nosso.

Diminuir, como diminuir? Entendo que a saúde é sempre mais importante, mas, naquele momento, eu só consegui escutar a voz da Dory, personagem da aclamada animação Procurando Nemo, ecoando em minha cabeça: “Continue a nadar, continue a nadar”. Não parecia que havia saída para aquele embrolho em que estávamos, mas nós precisávamos continuar trabalhando e seguindo. Não se tratava apenas de excesso de tarefas, mas de uma lógica em que interromper parecia produzir mais risco do que continuar. Parar deixava de ser descanso e passava a soar como falha. Para mim, diminuir era tudo o que não eu poderia fazer naquele momento.

Os últimos meses de 2024 foram caóticos, e a labirintite me acompanhou fielmente. Já mais perto das festas de final de ano as coisas foram se encaixando eu estava mais acostumada com o ritmo de vida e de trabalho, e sonhava com as férias. Lembro-me de que na minha última conversa com o professor César, num almoço espremido entre os compromissos de uma semana quente de dezembro, disse a ele que ia para a praia na semana seguinte e que não levaria meu celular. Ele riu. O celular viajou junto, e não consegui deixar o WhatsApp de lado, já que por mais que estivéssemos de férias, os cavalos tinham que comer, nossos funcionários tinham que receber e os fornecedores precisavam continuar seu trabalho, mas ainda assim, desinstalei todos os meus aplicativos de redes sociais e trabalhava em momentos pré-determinados e o mínimo possível enquanto estive com os pés na areia. Depois do Ano novo, viajamos de carro para o Sul, sem rumo, e foi um período muito bom de descanso mental. Comecei 2025 com gás, me preparando para minha qualificação do doutorado, mais acostumada com o trabalho na hípica e com vontade. Aquele conhecido ar de ano novo, que sempre é capaz de renovar nossa energia.

Porém, mal chegamos em fevereiro, e eu já me sentia esgotada novamente. Abril estava ali e eu não conseguia me concentrar no meu texto, os dias corriam, a qualificação se aproximava e, quando conseguia me sentar em frente ao computador, acabava divagando por muitos lugares, mas sempre longe da minha tese. Aquela situação me agoniava, mas eu sobrevivi, e minha qualificação saiu. Depois do meu encontro com a banca, consegui respirar aliviada por uns três dias e logo fui engolida pela rotina novamente. Da qualificação até setembro, que é quando escrevo esse texto, eu pisquei e o tempo passou. Com grande esforço li e produzi algumas coisas, mas a sensação que tenho é a de que estou o tempo todo me

afogando, de que não vai dar pé, de que não vou conseguir, que estou atrasada, que estou enuviada, atordoada.

Nos últimos 45 dias tive dois episódios mais fortes do que os de costume de tontura. Em um deles eu estava dirigindo na estrada e não consegui nem estacionar o carro no acostamento e meu marido que estava ao lado teve que pegar o volante e fazer isso por mim. No outro, estava montada em meu cavalo, caminhando depois de treinar, e sozinha. De alguma forma consegui fazer com que ele encostasse na cerca, desci e desmoronei quando não consegui novamente sentir o chão. Os episódios se modificaram, e a intensidade dos sintomas também. Me assustei e enquanto escrevo esse texto, agora, vejo em cima da mesa a caixa do remédio que o Google me receitou, já que minha médica está de férias e só consegui consulta para o final do mês. Enquanto espero, minha vontade é deitar na cama e fechar calmamente os olhos para ver se no silêncio do quarto escuro a náusea e a vertigem me dão uma trégua. Há 15 dias trabalho sem final de semana, e tem cinco dias que me sinto constantemente atordoada, com uma pressão entre os olhos e sem conseguir fazer nada com muita firmeza, é a típica sensação de *barata tonta*, mas a vida segue, em 2x, quando eu só gostaria de apertar o pause.

(...) na "Modernidade Tardia", a lógica da roda de hamster tomou tão intensamente tantas pessoas sob suas garras que estas já não se deixam parar nem mesmo pelos seus corpos (a gripe, a perna quebrada, a hérnia de disco não nos param: além disso, fazemos mais e planejamos o nascimento com a cesariana e o funeral com a cremação, de modo que estes se encerrem a tempo e se adequem ao planejamento temporal) - até que somos tomados pela experiência da paralisia temporal, rígida e desesperançada do burnout. (ROSA, 2019, p. 26)

Percebo então que a tontura não surge apenas quando o mundo gira rápido demais, mas quando já não há diferença entre movimento e repouso. O corpo para, mas o tempo da mente não. Quando vou para cama à noite, ainda que obrigue o corpo a parar, a mente segue em ritmo frenético, pensando em tudo o que tem que ser feito.

Esse ritmo incessante tem me feito lamuriar pelos cantos sobre como a vida está corrida, como não tenho tempo de sentar no sofá, de ler e fazer outras coisas que aprecio tanto, e o que percebo nas conversas que tenho sobre isso é que não é só comigo. Ou temos uma epidemia de reclamação de falta de tempo – especialmente das mulheres – ou de fato estamos sobrecarregados. Precisando e querendo tentar compreender mais isso para que de alguma forma possa lidar melhor com as questões de esgotamento e falta de tempo, decidi que escrever um ensaio sobre a vida extremamente corrida que assola nossa sociedade me ajudaria a pensar mais. Assim, escolho iniciar esses pensamentos com uma pergunta que a muito me acompanha: *o passar do tempo tem de fato se acelerado com os anos, ou isso é apenas um sentimento da vida contemporânea?*

Sentimos hoje um tempo que corre. Existe uma ilustração que diversas vezes aparece para mim nas redes sociais que mostra uma bailarina circense equilibrando muitos pratos, e a frase embaixo diz algo como: alguns pratinhos sempre vão cair. Ela representa bem a questão do tempo, das tarefas na vida moderna, de como constantemente estamos tentando dar conta de tudo e de como, na maioria das vezes, falhamos.

Proponho aqui a hipótese de que a sensação de que estamos sempre atrasados, de que as tarefas estão se acumulando de que nunca há tempo suficiente para realizar todas elas acontece não só porque de fato as tarefas se multiplicaram, mas também porque a experiência de duração do tempo tem se modificado. Há uma aceleração no ritmo da produção e da comunicação desencadeado principalmente pela evolução das tecnologias.

Com a promessa de economizar tempo e fazer por nós as tarefas mais pesadas, os avanços tecnológicos da era moderna ganham cada vez mais espaço e adeptos. De fato, não podemos negar que eletrodomésticos como máquina de lavar, fogões que são acesos num clique e os aplicativos de bancos que nos libertam de filas intermináveis são funcionalidades das quais não queremos abrir mão. No entanto, se por um lado essas novas tecnologias nos fazem ganhar tempo, facilitando diversas tarefas, por outro, nos enredam em suas infinitas distrações, tomando horas e horas do nosso dia.

Diante disso, assumiremos aqui que as tecnologias carregam em si uma ambiguidade em relação ao tempo. Paradoxalmente, enquanto ganhamos tempo, o tempo se perde. Assim como afirma Byung-Chul Han (2015), o fluxo contínuo de acontecimentos, potencializado pelas tecnologias digitais de comunicação, não se organiza mais em narrativas, mas em fragmentos desconexos. Mesmo os feeds das redes sociais, que quando surgiram eram atualizados de acordo com a cronologia temporal em que eram alimentados pelos usuários, hoje não seguem mais essa lógica. O tempo deixa de ser espaço de experiência e torna-se uma sucessão de tarefas, uma coleção de instantes variados assuntos dispostos de acordo com o que o algoritmo julga ser mais interessante para cada usuário.

Me recordo de minha avó Cida, que no auge de seus 90 anos adorava fazer reflexões a respeito da vida, e uma delas tinha relação com esse tema. “Veja bem:” - dizia ela – “No meu tempo de criança nós não tínhamos máquina de lavar tínhamos que ir ao riacho da fazenda com a roupa no braço. O ferro de passar não era elétrico, mas sim aquecido com carvão. Fogão era só a lenha acender era demorado, e para fazer um almoço tínhamos que antes matar e limpar o porco ou o frango. Mesmo assim, sempre íamos visitar os parentes e depois do jantar, diariamente, tinha uma roda de conversa. E hoje? Vocês não têm tempo de mais nada”.

O que me chama atenção nessa lembrança não é a quantidade de trabalho envolvida naquele cotidiano, mas o modo como as atividades pareciam compartilhar um mesmo ritmo. O tempo não surgia dividido entre aquilo que precisava ser feito e aquilo que se queria viver. Hoje, mesmo com tarefas facilitadas, cada ação parece competir com outra, e a sensação não é de falta de horas, mas de impossibilidade de permanecer em uma coisa por vez, sem que estejamos sempre pensando no que está por fazer, e ainda que a indagação da minha avó carregasse também um pedido de mais atenção por parte dos filhos e netos que, perdidos no embrolho de coisas a fazer, nem sempre conseguiam estar com ela como ela gostaria, Dona Cida acabava apontando para um paradoxo do presente: quanto mais a vida se facilita, menos tempo parece haver para vivê-la.

6.2 Entre khrónos e kairós: existem outras formas de viver o tempo?

O modo de sentir e experimentar o tempo varia conforme a cultura. Para explorar essas diferentes dimensões, a filosofia grega distingue khrónos e kairós, duas percepções distintas sob o mesmo vocábulo

Khrónos é o tempo que se mede, do relógio, das agendas e dos prazos, que organiza a vida em horas, dias e anos, que segue um ciclo que se repete sempre de forma previsível. Na sua representação mitológica, khrónos devora os próprios filhos para que não perdesse a superioridade. É, então a representação do tempo cronológico que dita ritmo, que impõe prazos e metas, que de forma figurada – mas nem tanto – nos devora. É como se ainda vivêssemos sob o governo de khrónos, e isso nos faz ter essa sensação de que sempre há coisas por fazer, que o tempo passa, mas não permanece.

Khrónos significa o tempo enquanto número do movimento segundo o antes e o depois. O que é khrónos, o que é o tempo segundo khrónos? Têm muitos tempos, esse é um tempo. A natureza está em movimento, o mundo está em movimento. Nós acordamos e vemos movimento, o sol se mexe, a luz anda. Esse movimento, os gregos inventaram uma maneira de organizá-lo, colocaram número a esse movimento e dividiram o tempo entre o movimento que já passou e o movimento que ainda não passou. O que já passou é o passado, o porvir é o futuro, a soma de todos os movimentos é tempo, é khrónos. Movimentos que passaram e movimentos que ainda virão. (KOHAN, 2018, p. 300)

Ainda na mitologia grega, encontramos outra definição de tempo: Kairós, o deus da oportunidade. Diferente de khrónos, ele não se mede e nem se prevê, ele acontece. Kairós é representado como um jovem com asas nos pés e um único cacho de cabelo na testa, onde está

a única oportunidade de agarrá-lo, se não o fizermos no momento certo, ele escapa. Assim, esse representa o tempo do acontecimento, um tempo que se abre como um escape oportuno do cotidiano. É o tempo da presença, da experiência, da conversa boa que nos faz esquecer as horas, do momento eterno do sorriso banguelo da filha bebê, de parar no meio do trânsito só para observar o pôr do sol, do sorriso longo quando chego em casa e meus gatos chegam correndo para me encontrar. O tempo Kairós parece suspender o fluxo de khrónos, ele não se conta, se vive, se sente. Enquanto khrónos passa rápido e se vai, kairós é o tempo que fica. Enquanto khrónos organiza a vida, kairós nos permite viver. É possível vencer o rei khrónos vivenciando mais kairós?

Kairós é uma primeira qualificação em khrónos, ou seja, kairós se traduz como oportunidade. Porque khrónos, ele é todo, digamos, do ponto de vista da qualidade, ele é indiferenciado, ou seja, todo movimento de tempo cronológico é igual a outro movimento. Todo segundo é igual a outro segundo. Todo mês, embora nós dividimos, alguns têm 30 dias e outros têm 31 dias, enquanto khrónos são todos iguais. Os anos são iguais, as décadas, os séculos. Khrónos é indiferenciado. Qualitativamente, todo minuto tem sessenta segundos, toda hora tem sessenta minutos e todo dia tem 24 horas, e assim por diante. Kairós se traduz por oportunidade. Kairós introduz uma qualidade em khrónos. Têm coisas que só podem ser feitas em determinados momentos e há momentos oportunos para fazê-las, e que se não as fizermos nesse momento, não dá certo. Podemos ter a melhor ideia, o melhor projeto, mas se ele não encontra a oportunidade precisa, ele não vai funcionar. Às vezes um projeto que não é interessante encontra um momento mais propício, mais adequado. A hora de pegar um trem, um ônibus, se não estivermos na hora perderemos o trem. Então, um minuto não é sempre igual a outro minuto. Às vezes encontramos uma pessoa que passa pela nossa vida sem deixar rastros, porque não era o momento de encontrá-la, e em outro momento essa pessoa faz uma explosão em nossa vida. (KOHAN, 2018, p. 301)

O tempo de minha avó Cida, por exemplo, era um tempo de experiência, em que o trabalho e o convívio se misturavam no mesmo ritmo. Ela vivia khrónos, mas talvez se deixasse levar muito mais por kairós do que nós. Hoje, o nosso tempo parece ser o tempo da expectativa, voltado sempre para aquilo que ainda falta fazer. O que me parece é que o tempo deixou de ser vivido como continuidade entre o que já experimentamos e o que esperamos viver. O que antes se encadeava em um fluxo agora se fragmenta. O presente se tornou apenas uma ponte entre tarefas, um intervalo estreito entre o que acabou de acontecer e o que ainda precisa ser feito, e por isso não há mais a possibilidade de calma e contemplação do agora.

Ainda que eu receba visitas do meu neto depois do jantar para calmamente colocarmos o papo em dia, eu não estarei verdadeiramente ali em pensamento como minha avó fazia quando ainda era jovem, ao contrário, eu certamente estarei me levantando para atender os múltiplos apitos dos eletrodomésticos, ou prestando atenção nos lembretes contínuos que Alexa me dá. Os prazos e as notificações terão muito mais minha atenção do que as pessoas reais à minha

volta. O valor do tempo, assim, já não está na experiência que ele contém, mas naquilo que pode ser transformado em produtividade e desempenho.

Desde o século XVIII, com o pensamento iluminista, a modernidade chega com a ideia de libertar o indivíduo tanto da autoridade de instituições como a monarquia e a igreja, quanto das imposições naturais. Havia uma promessa de que a modernidade traria autonomia ao indivíduo para que ele tivesse espaço para escolher seus caminhos de forma livre.

Enquanto projeto normativo e político, a Modernidade se dispõe a libertar-se de diretrizes autoritárias e tradicionais, por um lado, e da escassez e limitações naturais, por outro, de modo a realizar uma condução autodeterminada da vida: nem Igreja nem rei, mas também as condições dadas pela natureza não devem nos "prescrever" como viver (decidimos, independentemente da natureza, se o quarto está quente ou frio, claro ou escuro, ou quando comemos morangos ou esquiados, e, talvez, até mesmo se queremos ser homem ou mulher). (ROSA, 2019, p. 24)

Há então uma crença, segundo Rosa (2019), de que o progresso científico, econômico e tecnológico era o meio para alcançarmos essa liberdade, ou seja, quanto mais crescemos e dominamos o mundo, mais livre seremos para que façamos nossas próprias escolhas. O progresso, então, se confundiu com a própria ideia de liberdade. Quanto mais ampliávamos nosso alcance sobre o mundo, mais acreditávamos estar próximos da realização de uma vida autêntica, fiel a nós mesmos.

Essa crença no progresso como caminho para a liberdade sustentou o projeto moderno por séculos. Contudo, nesse ponto, a grande promessa de autonomia da modernidade é quebrada. Não mais buscamos viver com liberdade, mas somos impelidos a manter a máquina da produtividade em movimento constante. O tempo, antes imaginado como espaço de ação e criação, converteu-se em corrida. O sujeito moderno, cansado, mas competitivo, já não domina o ritmo que criou, mas não desiste de tentar acompanhá-lo. A promessa de tempo livre se transforma então em uma forma de controle mais sutil: quanto mais o tempo parece disponível, mais ele se ocupa, e a autonomia que deveria garantir liberdade tornou-se mais uma engrenagem do mesmo sistema que aprisiona.

(...) o projeto de vida serve ao objetivo de acompanhar o jogo de aumento, de permanecer ou tornar-se competitivo. Individual e coletivamente, fantasias de dar forma à vida, e as energias nelas investidas, se direcionam, cada vez com mais intensidade, à manutenção da capacidade de aumento. A promessa fundante da Modernidade é quebrada com isso. Pela imposição da lógica de aumento exaure-se a margem de ação da autonomia, individual e política. (ROSA, 2019, p. 25)

É inegável que avanços tecnológicos modernos facilitam a vida cotidiana e nos ajudam a ganhar tempo, mas a realidade oposta faz, no meu entender, ainda mais sentido. Segundo Rosa (2019), o tempo, que aparentemente ganhamos deixando que dispositivos digitais executem tarefas em nosso lugar, é, na verdade, pensado para que seja preenchido não com

ociosidade ou descanso, mas realizando outras tantas demandas. A máquina está lavando minha roupa enquanto o aspirador robô passa pano no chão e a fritadeira elétrica prepara meu almoço, mas, ao invés de sentar no sofá para ler um livro, assistir um filme ou simplesmente observar a vista, costumo ficar em pé, apoiada no balcão da cozinha, fazendo pagamentos via Pix, resolvendo pendências no WhatsApp, respondendo e-mails, escutando um podcast que fala sobre o assunto que gostaria de trabalhar com as crianças na aula de mais tarde, enquanto Alexa me lembra que tenho que ir ao mercado ainda hoje. O corpo está parado, mas a mente está em estado frenético, tentando organizar e realizar tantas atividades em um só momento.

Podemos afirmar, ainda de acordo com Rosa (2019), que existe uma intencionalidade estrutural que atende a uma lógica econômica, tecnológica e cultural que nos faz pensar que o acesso às tecnologias nos permite ganhar tempo, enquanto, na prática, nos tornamos cada vez mais disponíveis para produzir e responder às demandas do sistema. Nesse sentido, a aceleração não ocorre apenas em um domínio isolado da vida social, mas resulta da interação entre diferentes dimensões da aceleração — técnica, social e do ritmo da vida — que se reforçam mutuamente.

A tese que quero fundamentar aqui é a de que a aceleração social na Modernidade se tornou um processo autopropulsor, que dispõe as três áreas da aceleração numa interação circular, na qual se relacionam no sentido do aumento. A aceleração dentro desse círculo gera, assim, sempre e inevitavelmente, mais aceleração, torna-se um ‘sistema de feedback’ que se fortalece a si mesmo. (ROSA, 2019, p. 302)

Essa dinâmica ajuda a compreender por que, apesar das tecnologias prometerem economizar tempo, a experiência cotidiana é frequentemente marcada pela sensação de escassez temporal. A aceleração técnica, que deveria liberar tempo ao encurtar processos, acaba intensificando o ritmo da vida social, pois os atores passam a preencher o tempo economizado com novas atividades e demandas. Desse modo, a aceleração social torna-se um processo autopropulsor, no qual o aumento do ritmo da vida gera maior demanda por inovação técnica, reforçando novamente o movimento aceleratório (ROSA, 2019).

É nesse contexto que Rosa denomina de estabilização dinâmica a lógica própria das sociedades modernas: sistemas sociais precisam crescer, inovar e acelerar continuamente para manter sua estabilidade. Assim, a aceleração não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais, mas como uma condição estrutural de funcionamento da modernidade.

A função social e o efeito imediato da aceleração técnica consistem em economizar tempo, ou seja, reduzir a demanda temporal de um processo, criando, com isso, recursos temporais livres. Essa é a função social, por exemplo, da aceleração dos transportes, da comunicação ou da produção: seus respectivos processos são encurtados, gerando mais tempo disponível para outros. (...) (ROSA, 2019, p. 302–303).

Se, na modernidade industrial, essa dinâmica de aceleração já organizava as instituições e os modos de vida, na contemporaneidade ela parece encontrar nas tecnologias digitais um terreno ainda mais fértil para se intensificar. A promessa de economia de tempo, que antes se vinculava sobretudo aos avanços nos transportes, na produção e na comunicação, passa agora a atravessar os gestos mais banais da vida cotidiana. As tecnologias digitais não apenas ampliam a capacidade técnica de realizar tarefas mais rapidamente, mas reorganizam a própria experiência subjetiva do tempo, introduzindo novas formas de disponibilidade, de expectativa e de resposta imediata. É nesse cenário que a aceleração deixa de ser apenas um fenômeno social amplo e passa a se manifestar de maneira quase imperceptível nos pequenos ritmos da vida diária.

A cultura digital nos seduz com a ilusão de que, com a automação, tudo pode ser feito em menos tempo. Pedir comida pelo iFood, pagar uma conta pelos aplicativos online, marcar um exame pelo WhatsApp, fazer uma compra no Mercado Livre. Há nisso tudo uma sensação de controle, como se a vida coubesse na palma da mão e que através de alguns cliques pudéssemos resolver qualquer demanda. Mas, na prática, o tempo que parece sobrar logo é preenchido por novas tarefas, na maioria das vezes também digitais. Cada minuto economizado se converte em mais uma pendência resolvida, mais uma aba aberta, mais um compromisso encaixado, mais um feed que nos distraiu. A tecnologia nos faz acreditar que estamos ganhando tempo, quando na verdade estamos apenas multiplicando as formas de usá-lo e, conseqüentemente, de perdê-lo.

Se pensarmos aqui não apenas nas tecnologias de automação, mas nas de comunicação e colocarmos nosso foco nas redes sociais, nos deparamos com um excesso de informação que nos coloca em um fluxo infinito de postagens e de notícias em feeds que se apresentam em um looping de fotos, vídeos e textos sem fim. Diante desses aplicativos e em telas cada vez mais portáteis, o que percebemos é que khrónos vai embora sem ao menos nos darmos conta, e kairós é cada vez menos vivenciado.

Com os dispositivos portáteis, estamos o tempo todo conectados, como se houvesse uma corrente invisível que nos arrasta de link em link, de postagem em postagem. Quando nos damos conta, já gastamos muito tempo rolando um feed sem procurar nada de específico. O gesto de deslizar o dedo nas telas já é quase um reflexo corporal da maioria de nós. Somos capturados por informações compartimentadas, que nos mantêm num ciclo quase infinito dentro das redes sociais. Jonathan Crary (2014) afirma que o capitalismo contemporâneo opera em modo 24 por 7, abolindo as fronteiras entre dia e noite, trabalho e descanso, tarefa e

entretenimento, vigília e sonho. Tudo acontece ao mesmo tempo, e em todos os lugares. E nós, mesmo cansados, seguimos acordados, atentos, disponíveis.

Se khrónos é o comandante da vida, na contemporaneidade parece que esse comando tem tomado outras formas. Os ponteiros do relógio não estão mais só nos pulsos, mas também, e arriscaria dizer que principalmente, na palma das mãos. São notificações silenciosas, os feeds que rolam sem pausa e as atualizações constantes das redes sociais que hoje usam Cronos para governar o indivíduo social. Uma pesquisa¹⁶ recente do Instituto Cactus, em parceria com a AtlasIntel, revelou que os brasileiros que passam mais de três horas por dia nas redes sociais são justamente os que apresentam maiores índices de ansiedade. Entre esses, 43,5% declararam já ter sido diagnosticados com o transtorno, enquanto entre aqueles que usam as redes por menos de uma hora, o índice cai para 20,9%.

Os dados parecem alarmantes, mas não são uma surpresa. Viver no digital traz uma nova dimensão para o tempo, é que como Cronos agora fosse também fragmentado, e estivesse ainda mais difícil de ser contido. Vivemos entre atualizações, curtidas e mensagens que se sucedem sem pausa, moldando nossa atenção e nossos afetos. Khrónos se digitalizou, e agora se utiliza das telas para nos devorar. O tempo do *scroll* infinito é o tempo da repetição, da produtividade emocional, onde até o descanso precisa ser performado. O avanço de khrónos, também através das telas, nos tira ainda mais de kairós. O desenvolvimento e a aceleração tecnológica nos fizeram confundir conexão com encontro, velocidade com sentido, quantidade com experiência. Se antes o tempo era medido pelo relógio, agora ele é mediado pelo algoritmo, e é ele quem decide o que vemos, o que sentimos, e quanto tempo ficamos.

Mas olhar para isso me fez questionar: de fato, fazemos muita coisa, ou as distrações pioram o cenário? Estar conectado o tempo todo acelera a vida de que forma? Além dos áudios de WhatsApp, que confesso que eu só escuto na velocidade dobrada, agora é possível assistir aos vídeos do Instagram e do TikTok também na velocidade 2x.

Esses dias, levava minha filha e duas amigas comigo no carro, e todas estavam assistindo a vídeos diversos, no TikTok, na velocidade rápida. A mistura de falas, no ritmo acelerado, começou a me dar uma sensação ruim no peito e comecei a me sentir angustiada. Eu nunca tive, pelo menos não que eu tenha identificado, crise de pânico, mas algo me diz que ela começa com essa sensação. Pedi educadamente que elas abajassem o som ou parassem os vídeos, porque eu estava ficando incomodada. Uma delas, que não estava com o celular, disse que ela

¹⁶ Disponível em: <https://panoramasaudemental.org/> - último acesso em 30 de Outubro de 2025

também se sentia assim. Minha filha e Stella interromperam o vídeo, me trazendo alívio, e aproveitei para perguntar por que elas ouviam no rápido, e a resposta foi a mesma: “Para o vídeo passar mais rápido”.

Mas por que queremos que os vídeos passem mais rápido? Para que busquemos tanto tempo? Para consumir ou para produzir mais? Queremos a aceleração do vídeo não para conquistar momentos de ócio, mas para viabilizar novas demandas, como pontua Rosa (2019). Entretanto, somos afetados pela aceleração da sociedade moderna para além do âmbito produtivo ou tecnológico; ela molda a maneira como percebemos o mundo, como criamos e como nos relacionamos. Eu, por exemplo, não consigo mais escutar áudios de WhatsApp na velocidade normal, e minha filha e suas amigas só consomem conteúdos no YouTube e no TikTok em velocidade acelerada. Há, portanto, um movimento social amplo de fragmentação e pressa.

Rosa (2019) explica que o ideal de progresso da sociedade moderna, em vez de estimular a evolução e o aperfeiçoamento do indivíduo — sua proposta inicial —, tornou-se uma aceleração suicida. A promessa de liberdade para escolher os próprios caminhos converteu-se em desespero, pois o ritmo da vida e da produção excede nossa capacidade de vivenciar experiências significativas. Ainda segundo o autor, a lógica da aceleração transforma não apenas a esfera produtiva, mas também a cultura e a própria capacidade humana de sentir. Até nas artes e na música observa-se o aumento das velocidades de execução, revelando como a aceleração técnica e cultural passou a ditar o ritmo do nosso sentir, do nosso criar e do nosso existir.

Assim, parece plausível a suposição de que os novos estilos de música pop apresentam a tendência de se tornar cada vez mais rápidos até que um ponto crítico (de possibilidade de execução ou de recepção) seja atingido - em seguida, é preciso encontrar novas formas de expressão, caso contrário há o risco da perda de popularidade. (ROSA, 2019, p. 77)

Essa aceleração que, no início do século XX, se manifestava nas transformações de ritmos das linguagens artísticas e na sensibilidade moderna, encontra, a partir da segunda metade do século, seu ponto de inflexão na tecnologia. O ritmo da modernidade industrial, antes restrito à fábrica e à cidade, passa a penetrar nas casas por meio das primeiras telas. A televisão, o computador, o videogame e, mais tarde, o smartphone não apenas transformam e reorganizam nossas práticas, mas reconfiguram a experiência do tempo. A aceleração deixa de ser um fenômeno coletivo e externo e passa a ser pessoal, portátil, contínua, nos acompanhando o tempo todo e em todos os lugares, atravessando de forma completa a vida cotidiana.

Talvez por isso, durante as crises de labirintite, reconheço no corpo algo que não é apenas físico. A sensação de perda de equilíbrio se aproxima da vertigem causada pelo modo como o tempo me atravessa. Em certos dias, tenho exatamente duas horas para preparar o almoço, servir minha filha, me arrumar e sair para o trabalho. Entre uma panela e outra, retiro roupas da secadora, dobro, coloco mais para lavar, trato dos peixes e dos gatos, atendo a Alexa, respondo e-mails e mensagens do WhatsApp. As duas horas se desdobram em vinte, e, ao mesmo tempo, duram segundos. Falta ar, o entorno se embaralha, e o corpo, mesmo parado, não encontra centro. É uma tontura que não vem do movimento externo, mas de dentro, como se o próprio tempo estivesse girando dentro de mim, e eu me sinto exausta sempre.

Dia desses, comentei com meu marido que, se trabalhasse em uma empresa, oito horas por dia, sentada no mesmo lugar, talvez me sentisse menos cansada do que me sinto hoje. Apesar de as aulas de equitação lúdica terem horários definidos, o restante do meu trabalho é bastante flexível. Faço parte de uma geração que, ao ingressar no mercado de trabalho, desejava romper com o modelo dos pais. Batalhamos para poder trocar o emprego fixo pela promessa da liberdade de poder trabalhar de onde e quando quisermos. À primeira vista, essa liberdade parecia um privilégio e foi comemorada. Hoje, porém, me parece que não é algo tão bom assim.

Exceto nos horários das aulas que ministro de equitação lúdica, posso trabalhar da mesa do meu escritório, de um café bonito no centro da cidade ou até da areia de uma praia, durante a semana, ou quando bem entender. Na teoria, isso soa como liberdade, mas, na prática, é quase como um regime de escravidão, onde meu carrasco sou eu mesma. Tenho trabalhado todos os dias da semana, o tempo todo em que estou acordada — em média, dezessete horas por dia. Trabalho enquanto tomo café da manhã em pé na frente da pia da cozinha, no trânsito, no banheiro, enquanto tento assistir a um filme no fim de semana ou quando já estou deitada para dormir. Há, então, uma impossibilidade de interromper esse fluxo.

Não há alguém exigindo diretamente que eu produza e, ainda assim, a exigência permanece. Ela se instala como expectativa interior, como cálculo silencioso do tempo que não pode ser desperdiçado. Há uma micropolítica onde o controle já não precisa vir de fora ele opera na forma de vigilância íntima, quase imperceptível, que transforma qualquer pausa em dívida. Assim, a liberdade de escolher onde trabalhar convive com a impossibilidade de não trabalhar, não por coerção visível, mas porque o próprio sujeito passa a funcionar como gestor permanente de si.

Esse ritmo, frenético e nunca interrompido, cria em mim uma espécie de vertigem. O tempo não parece passar, mas ele se escoia sem que eu perceba. E então me pergunto se o

cansaço constante que carrego hoje é tão diferente daquele que minha mãe sentia quando chegava em casa perto das onze da noite, depois de um dia inteiro na escola onde trabalhava.

Ainda que eu dar aulas de equitação lúdica para crianças de três anos me faça passar boa parte da semana correndo na areia quente, puxando o cavalo com uma mão enquanto apoio as costinhas das crianças com a outra, e que isso gere esse cansaço físico real, sinto como se não fosse o que de fato exaurisse minhas energias. Há dias em que trabalho apenas em casa, sentada no meu escritório, com o ar-condicionado ligado, e esses são os dias em que me sinto mais esgotada. É como se o simples ato de ser multitarefa, mesmo imóvel, drenasse a mente muito mais do que o esforço físico faz. Vejo que, nos meus dias, a fronteira entre o trabalho e a vida tem se dissolvido cada vez mais.

Parece, então, que a promessa de liberdade que minha geração tanto celebrou acabou produzindo o efeito oposto. Lembro-me de uma noite em que, exausta depois de um dia de trabalho, preparava o jantar enquanto ouvia um vídeo no YouTube pelo celular apoiado ao lado do fogão. A booktuber¹⁷ que eu acompanhava falava sobre *A Sociedade do Cansaço* (2017), do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Mesmo sem saber exatamente do que se tratava, pedi à Alexa que procurasse o livro na Amazon — e, poucos dias depois, o exemplar estava em casa.

No ensaio, Byung-Chul Han (2017) reflete sobre como o sujeito contemporâneo se tornou refém de si mesmo. Publicado originalmente em 2010, o texto propõe que vivemos uma transição quando passamos de uma sociedade disciplinar, onde a ordem e a proibição vinham de fora, para uma sociedade de desempenho, em que a liberdade é conduzida pela exigência de produtividade. Se antes o poder, representado pelo Estado e pelas instituições, dizia ‘*você deve*’, agora ele sussurra ‘*você pode*’. Essa aparente liberdade, movida pelo ideal de autonomia e autoaperfeiçoamento, acaba se convertendo em uma forma mais sutil e muito mais eficaz de dominação.

Byung-Chul Han (2017) usa o termo negatividade para descrever uma forma de relação com o mundo baseada na diferença, no confronto e na limitação. No que ele intitula de sociedade imunológica, a vida era organizada em torno do não havia sempre algo externo que ameaçava o outro, o estrangeiro, o vírus, o diferente, representavam o negativo e criavam fronteiras entre o interno e o externo.

Já na sociedade moderna, definida por ele como sociedade da positividade, esse negativo desaparece. Tudo deve ser possível, permitido, comunicável, produtivo. O fluxo é

¹⁷ Um booktuber é um criador de conteúdo digital que se dedica a produzir vídeos sobre livros e literatura em plataformas como o YouTube.

liberado e permitido, criando estímulos e oportunidades. O mundo deixa de ser vivido com limites impostos e passa a ser um campo aberto de estímulos e oportunidades.

Assim como o sistema imunológico reage ao que é estranho ao corpo, as formações sociais marcadas pela negatividade também erguiam barreiras diante do que representava ameaça: o estrangeiro, o inimigo, o diferente, o desviante. Tratava-se de uma lógica baseada na negação e na exclusão, onde o poder se exercia por meio de uma estrutura de proibição. Com o avanço do capitalismo e das tecnologias, consolida-se um modelo oposto, que o autor denomina sociedade da positividade. Nesse arranjo, aquela que antes se protegia de ameaças externas dá lugar a uma configuração onde o perigo está dentro. A negatividade é substituída pela positividade, e agora você pode, você consegue, você é livre e pode se autorrealizar. O controle não se impõe mais pela repressão, mas pela promessa de liberdade e de sucesso.

A reflexão de Byung-Chul Han pode ser compreendida como uma continuidade das análises de poder desenvolvidas por Foucault e Deleuze. Foucault (1997) descreve as sociedades disciplinares como aquelas em que o poder atua sobre os corpos por meio de instituições que normatizam, vigiam e corrigem comportamentos. Ele fala desse poder como uma força disciplinar que organiza os corpos e os comportamentos por meio da vigilância, da norma e da coerção. As instituições modernas, como a escola, a fábrica e a prisão, são dispositivos que moldam sujeitos para que sejam obedientes, úteis e dóceis.

Deleuze (2013), ao observar as transformações do capitalismo e das tecnologias de controle, mostra que o poder disciplinar foi substituído por formas mais sutis e difusas de modulação contínua, nas quais a vigilância não se exerce mais sobre espaços fechados, mas sobre fluxos abertos e dinâmicos. Byung-Chul Han retoma essa genealogia e a desloca para o campo da subjetividade, revelando que o controle já não necessita de coerção externa ele opera de dentro, por meio da autoexploração voluntária. O sujeito não é mais forçado a obedecer, mas seduzido a performar, acreditando exercer sua liberdade enquanto, na verdade, reproduz o imperativo de produtividade e eficiência que o exaure. Deleuze coloca que esse modelo de poder foi substituído por outro mais difuso e contínuo, a sociedade de controle, em que não há mais muros nem fronteiras. O controle se exerce por modulações, por fluxos que atravessam todos os espaços e tempos da vida, operando sobre os indivíduos de modo imperceptível, através da circulação de informações, dados e afetos. O sujeito não é mais vigiado de fora, mas se encontra integrado à rede que o modula e o conduz.

Ainda segundo Byung-Chul Han (2017), há inclusive uma mudança no padrão de doenças que afeta a sociedade. Se antes a lógica imunológica impunha uma luta contra o que vinha de fora, hoje temos que lutar com o que temos e criamos dentro:

A violência viral, que continua seguindo o esquema imunológico de interior e exterior ou de próprio e outro, e pressupõe uma singularidade ou alteridade hostil ao sistema, não está mais em condições de descrever enfermidades neuronais como depressão, TDAH ou SB. A violência neuronal não parte mais de uma negatividade estranha ao sistema. É antes uma violência sistêmica, isto é, uma violência imanente ao sistema. Tanto a depressão quanto o TDAH ou a SB apontam para um excesso de positividade. A SB é uma queima do eu por superaquecimento, devido a um excesso de igual. O hiper da hiperatividade não é uma categoria imunológica. Representa apenas uma massificação do positivo. (CHUL HAN, 2017, p. 20-21)

Assim, para o indivíduo moderno, o inimigo não é mais o outro, mas o próprio eu. O perigo, que antes era uma ameaça externa, está dentro de cada um de nós à medida que o excesso de estímulos nos coloca no limite de uma exigência extrema de desempenho. O que antes era uma agressão vinda de fora, hoje se manifesta como uma autoagressão silenciosa, resultado do que é intitulado de excesso de positividade, que se traduz como um excesso de tarefas, possibilidades e cobranças. (CHUL HAN, 2017)

Ainda que tenha sido criado há quase três décadas, o slogan “Just Do It!”, da marca esportiva Nike, permanece mundialmente conhecido. Lançado em 1988 por Dan Wieden, da agência americana Wieden + Kennedy, a campanha foi inspirada na frase “Let’s do it”, dita no dia de sua execução por Gary Gilmore, um condenado à morte que insistiu que sua sentença fosse cumprida. O objetivo inicial da campanha era reposicionar a marca em um cenário de forte concorrência, e assim, aproximar a Nike emocionalmente do público. Segundo Wieden, a ideia era motivar qualquer pessoa a agir, independentemente de idade, condição física ou contexto, promovendo uma mensagem de superação pessoal e eliminação de desculpas. No entanto, sob o prisma do capitalismo contemporâneo, o slogan, ainda que de forma sutil, coloca um imperativo de ação contínua, um chamado simples e autoritário à produtividade e ao desempenho extremo. Assim, a Nike construiu uma imagem associada à força, autonomia e disciplina individual, reforçando a ideia de que quem quer, faz, e quem não faz, é porque não quis ou não se esforçou o suficiente.

Retomando o pensamento de Chul Han (2017), é possível compreender a famosa frase da Nike não como um convite a desafiar limites e realizar conquistas, mas como um mecanismo que sutilmente transforma o indivíduo em seu próprio carrasco. Viver na era do excesso de positividade significa não ser mais coagido por ordens externas, mas sim por uma autoexploração constante. O imperativo de fazer, que sustenta a lógica do consumo e do

desempenho, expressa esse novo modo de dominação em que já não existe mais uma proibição clara, mas uma exigência contínua de ação que muitas vezes vem disfarçada de motivação.

O sujeito acredita ser livre, quando, na verdade, está aprisionado à própria vontade de poder e superação. Nesse sentido, o “Just Do It!” traduz o espírito de uma sociedade que se esgota dizendo sempre sim, em que o cansaço, a ansiedade e o esgotamento se tornaram os sintomas de uma liberdade convertida em obrigação. O sujeito contemporâneo não é mais o submisso, é o autônomo, e é justamente nessa aparente liberdade que reside a nova forma de dominação. Ele não se sente explorado, sente-se insuficiente.

O cansaço, portanto, não é mais apenas físico. É um cansaço da mente, do excesso de estímulo, da impossibilidade de parar. Um cansaço que se confunde com culpa, pois, se há tempo livre, ele precisa ser preenchido se há pausa, ela parece desperdício. Eu mesma sinto uma culpa tremenda de sentar para ver um filme, quando tenho mil pendências na agenda. Han (2017) chama isso de violência neuronal, um esgotamento que não vem de fora, mas de dentro, de uma mente em permanente estado de alerta. É esse o sentimento de exaustão e vertigem mental que sinto mesmo quando passo o dia em frente ao computador, sem nenhum esforço físico. A mente, que não se permite descansar, arrasta o corpo consigo. O trabalho se infiltrou no cotidiano, e o tempo de descanso foi colonizado por tarefas invisíveis, como responder mensagens, atualizar projetos, pensar o próximo passo. A fronteira entre o que é vida e o que é produção se dissolveu, já não existe mais, e o chefe que cobrava, está dentro de nossas próprias mentes.



Sétimo Ensaio

*Quem fala enquanto eu escrevo?
Autoria, experiência e inteligência artificial
na era da reprodutibilidade digital*

“O texto é um tecido de citações
provenientes dos mil focos da cultura.”

— Roland Barthes, *A morte do autor*, 1967



7.1 Entre a repetição e a aura: meu encontro com a Mona Lisa

Ainda que meu interesse por história e, conseqüentemente museus seja muito maior hoje, quando morei em Londres eu já me sentia atraída por esse tipo de passeio. Pouco tempo antes, havia lido *O Código Da Vinci*, (2003) de Dan Brown, um thriller que mistura arte, religião, simbologia e história com ritmo cinematográfico e que se tornou um fenômeno editorial mundial. A forma como Brown transforma obras de arte em pistas, e museus em labirintos narrativos despertou no público uma espécie de obsessão literária na época.

Assim, quando planejei minha viagem a Paris, meu desejo de conhecer o Museu do Louvre não vinha apenas de um interesse cultural, mas de uma vontade de ver ao vivo os lugares que tão bem haviam sido descritos no suspense de Brown. O frisson causado pelo livro era tamanho que, no saguão do museu, além dos guias habituais, havia a possibilidade de pagar por uma visita guiada do livro, que conduzia os visitantes pelos caminhos percorridos por Robert Langdon, protagonista da trama, e tinha na Mona Lisa, famosa obra de Leonardo da Vinci e peça-chave na trama, o ponto alto da visita ao museu.

Até hoje me lembro da expectativa quando segui por um largo corredor sabendo que, ao final dele, estava a sala com a tão esperada obra. Ainda que tenha me assustado com a quantidade de pessoas que se aglomeravam em frente à pequena tela fixada em uma enorme parede no fundo da sala, conforme fui me aproximando e conseguindo driblar os corpos que tentavam, como eu, enxergar melhor aquele rosto enigmático, senti algo que até hoje não sei descrever. Uma energia inesperada, quase silenciosa, que suspendia o barulho dos sussurros ao redor. Naquele momento eu ainda não pensava essa experiência dessa maneira, mas, apesar de ter visto aquela imagem em inúmeras reproduções, era como se eu estivesse vendo a Mona Lisa pela primeira vez. A imagem, já tão conhecida por mim, tinha ali uma presença.

A reflexão sobre essa experiência me levou, anos depois, ao encontro de um texto que se tornaria central para pensar a relação entre arte, imagem e reprodução no mundo moderno. Em *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), Walter Benjamin inicia sua análise lembrando que a obra de arte nunca foi completamente imune à reprodução. Desde muito cedo, aquilo que um artista produzia podia ser imitado, copiado ou reinterpretado por outros. Aprendizes reproduziam obras de mestres, artistas retomavam estilos e formas já existentes e imagens circulavam por meio de diferentes tipos de réplica.

A obra de arte foi em princípio sempre reproduzível. Sempre foi possível a pessoas imitar aquilo feito por pessoas. Tal procedimento de copiar foi também realizado por estudantes como treino na arte, por mestres para a disseminação de suas obras e finalmente por terceiros cobiçosos. Em contrapartida, a reprodução técnica da obra de arte é algo novo, que se realiza na história de modo intermitente, em impulsos largamente espaçados, mas com intensidade crescente. (BENJAMIN, 2024, p. 54)

No entanto, Benjamin (2024) argumenta que a modernidade introduz uma mudança decisiva nesse processo. Segundo o autor, a partir do desenvolvimento das técnicas de reprodução, especialmente por volta de 1900, essas tecnologias atingem um grau de aperfeiçoamento capaz de transformar profundamente o campo artístico. A reprodução deixa de ser apenas um meio de cópia e passa a interferir diretamente na própria experiência da arte, alterando seus efeitos e inaugurando novos procedimentos estéticos. Entre esses, Benjamin destaca especialmente o cinema, cujo surgimento deixa claro como as tecnologias de reprodução não apenas ampliam a circulação das obras, mas também reorganizam as formas de percepção e de relação com a arte.

É nesse contexto que Benjamin inicia um de seus conceitos mais conhecidos: a noção de aura. Para o autor, a obra de arte carrega uma dimensão única e irrepetível, uma espécie de presença que nasce da singularidade do tempo, do espaço e do olhar que se estabelece diante dela. A aura corresponde, assim, ao “aqui e agora” da obra, à sua existência irrepetível no mundo. Nesse sentido, cada processo de reprodução, seja pela fotografia, pela cópia ou pela circulação técnica da imagem, tende a enfraquecer essa experiência singular, deslocando a obra do encontro direto com o espectador, e aproximando-a de uma lógica de consumo.

Mesmo na reprodução mais perfeita uma coisa se perde: o aqui e agora da obra de arte – sua existência única no local em que se encontra. No entanto, é nessa existência única, e somente nela, que está realizada a história à qual a obra de arte esteve submetida no decorrer de sua duração. Aí incluem-se tanto as modificações que ela sofreu em sua estrutura física no decorrer do tempo como também as relações de posse cambiantes nas quais pode ter entrado. Os traços da primeira só podem ser extraídos por meio de análises químicas ou físicas, que não se deixam realizar na reprodução; os da segunda são objeto de uma tradição cuja reconstituição tem de partir da localização do original. (BENJAMIN, 2024, p. 56)

Essa dimensão histórica do objeto, destacada por Benjamin, é algo que sempre me atravessou. Tenho uma relação muito forte com lugares antigos. Ao caminhar por ruas medievais na Europa, percorrer os becos de Ouro Preto, cidade histórica de Minas Gerais, visitar senzalas preservadas em minha cidade, ou mesmo atravessar salas de museus históricos, frequentemente me pego imaginando quem já passou por ali. Quem pisou naquele chão, quem tocou aquelas paredes, como viviam, o que pensavam, o que sentiam?

Há nesses espaços uma sensação de continuidade entre tempos distintos, como se o presente tocasse brevemente os vestígios de vidas que já se foram. Diante de uma obra de arte original, essa percepção retorna de maneira semelhante.

Saber que aquele artista tocou aquela tela, pensar o que estava sentindo enquanto a produzia e que aquele objeto atravessou séculos até chegar diante de mim, produz uma espécie de aproximação com a história que dificilmente pode ser inteiramente capturada por suas reproduções.

Esse tipo de percepção, no entanto, não se limita a um sentimento individual diante de objetos históricos. Diversos autores que se dedicaram a pensar a experiência estética apontam que o encontro com certos artefatos do passado mobiliza dimensões que ultrapassam a materialidade do objeto em si. A obra passa a ser percebida não apenas como forma ou imagem, mas como algo atravessado por temporalidades, gestos e presenças que parecem persistir no tempo.

Talvez seja justamente esse tipo de experiência que Benjamin procura nomear com o conceito de aura, algo que não reside apenas no objeto artístico, mas na relação que se estabelece entre a obra e aquele que a observa. Trata-se de uma experiência que depende de certa distância, de silêncio e, sobretudo, de expectativa. Foi essa expectativa que marcou meu encontro com a Mona Lisa e, ao mesmo tempo em que ela se realizou naquele instante, também foi parcialmente frustrada. Pelas inúmeras reproduções que eu já havia visto ao longo da vida, imaginava encontrar uma pintura mais vibrante, mais colorida e, principalmente, maior. Ainda assim, toda a expectativa que construí, intensificada pela leitura de *O Código Da Vinci*, fez com que meu corpo reagisse ao estar diante daquela pequena tela, em uma sala extremamente cheia e, ao mesmo tempo, incrivelmente silenciosa.

Nesse sentido, Benjamin (2024) sugere que a aura exige algo que se torna cada vez mais raro na vida contemporânea: o tempo. É preciso haver espera para que o encontro se produza. Quando finalmente estive em Paris, percebi que minha ansiedade para ver a Mona Lisa era ainda maior do que para conhecer a própria Torre Eiffel, um dos monumentos mais emblemáticos da cidade. A diferença, no entanto, talvez estivesse na mediação que antecedeu esse encontro. Durante muito tempo, enquanto lia *O Código Da Vinci*, de Dan Brown, a pintura já havia sido incorporada a uma trama de mistério, símbolos e pistas que eu acompanhava com curiosidade. Antes mesmo de vê-la ao vivo, a Mona Lisa já ocupava

um lugar ativo em minha imaginação. A Torre Eiffel, embora igualmente única e dotada de sua própria aura, não havia sido atravessada por essa experiência narrativa.

É justamente nesse ponto que Benjamin afirma que a reprodução técnica modifica profundamente nossa forma de perceber a arte. Quando a imagem está sempre disponível, ampliada, recortada, editada e acessível, ela se torna excessivamente familiar e perde parte de sua capacidade de surpreender. Assim: “Pode-se reunir essas características no conceito de aura e dizer: aquilo que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é a sua aura.” (BENJAMIN, 2024, p. 57).

A noção de aura em Benjamin não se reduz apenas ao objeto artístico em si, mas também ao modo como se produz o encontro entre a obra e aquele que a observa. Trata-se de uma experiência atravessada por expectativas, histórias e imaginários que antecedem o próprio contato com a obra. Assim, embora eu conhecesse Leonardo da Vinci e a importância histórica da Mona Lisa, é possível que aquele encontro tivesse produzido em mim outro impacto se minha imaginação não tivesse sido previamente mobilizada pela narrativa de Dan Brown. De certo modo, o desejo de ver a pintura já havia sido construído muito antes da viagem. A obra existiu primeiro no campo do imaginário, alimentada por imagens, relatos e narrativas culturais, para só depois se apresentar diante de mim em sua materialidade.

Passado o impacto inicial, eu caminhei por entre as muitas pessoas que ali estavam e vi que em ambas as paredes ao lado da obra, estavam fixados avisos de proibido fotografar. Além disso, em cada um dos lados da sala havia mulheres vestidas com um terno preto e camisa branca, que claramente fiscalizavam o cumprimento das regras. Assim como a maioria das pessoas que ali estavam, eu saquei disfarçadamente minha câmera da bolsa e, sem flash, disparei na direção da Mona Lisa. Assim que fiz o movimento, uma das mulheres veio em minha direção e disse algo que meu francês não pôde compreender, mas sua expressão corporal deixou claro que, na próxima tentativa, eu estaria fora. Guardei a câmera e permaneci ali mais algum tempo.

Em 2006, as redes sociais que eu usava eram o extinto Fotolog, onde se podia postar apenas uma foto por dia, e o Orkut, que na época permitia cerca de doze fotos no álbum inteiro. Com esses espaços digitais mínimos, disputados e quase preciosos, certamente a Mona Lisa não seria escolhida para ocupar um desses lugares limitados, mas, ainda assim, senti frustração por não conseguir registrá-la como gostaria. Era como se o momento

corresse o risco de desaparecer, ou como se eu precisasse da prova, da imagem capturada, para lembrar que ele realmente aconteceu.

Em termos benjaminianos, eu buscava cristalizar a experiência por meio da reprodução, talvez por medo de que a memória não bastasse. Hoje, quase vinte anos depois, o que permaneceu não foi a imagem, mas o arrepio que senti ao me deparar com o quadro. Nunca mais abri meu drive para rever a fotografia registrada naquele dia, mas a sensação do encontro continua viva. Como se a aura da obra tivesse ocupado justamente o lugar que a câmera não conseguiu alcançar. Ainda assim, minha tentativa de registrar aquela pintura me faz pensar sobre nossa relação com as imagens. Eu não apenas estive ali, em frente à obra, e senti a experiência, mas tive a necessidade de capturar aquilo através de outras imagens para levar comigo de alguma forma que não só na memória. É como se o encontro só pudesse ser plenamente garantido quando transformado em registro.

Ainda que a reflexão de Benjamin sobre a reprodução técnica ajude a atravessar essa experiência, e se a multiplicação das imagens altera profundamente nossa relação com a arte, deslocando a obra de seu encontro singular para uma circulação ampla e constante, o que vivi diante da Mona Lisa me faz pensar em um contraponto. Embora eu já tivesse visto a pintura inúmeras vezes em livros, filmes e outras imagens ao longo da vida, estar diante dela não foi menos impactante. A imagem era familiar, quase íntima, mas ainda assim havia ali algo que escapava à repetição. De certo modo, as inúmeras reproduções que conheci antes da viagem não diminuíram o encontro com a obra original, ao contrário, talvez tenham contribuído para intensificar o desejo de vê-la de perto.

O que temos aqui é que talvez seja justamente nesse intervalo entre familiaridade e presença que se revele a tensão entre original e cópia no mundo contemporâneo. Se, por um lado, a reprodução técnica amplia o acesso às obras e democratiza a circulação das imagens, por outro, ela embaralha as fronteiras entre aquilo que é único e aquilo que pode ser infinitamente replicado. Em um mundo saturado de imagens, talvez o problema já não seja apenas a perda da aura, mas também a dificuldade de distinguir entre aquilo que constitui uma experiência e aquilo que se apresenta apenas como repetição.

Essa mesma tensão entre original e cópia aparece em diferentes produções culturais contemporâneas. Um exemplo que sempre me vem à memória é o filme *Cópia Fiel* (2010), dirigido por Abbas Kiarostami. Na narrativa, acompanhamos o encontro entre uma gallerista francesa e um escritor britânico que acaba de lançar um livro defendendo uma ideia provocadora: no campo da arte, a cópia pode ter o mesmo valor que o original.

Logo no início do filme, o personagem James Miller apresenta um argumento que desloca a discussão tradicional sobre autenticidade. Para ele, aquilo que chamamos de original muitas vezes depende mais de uma construção simbólica do que de uma essência da obra. A experiência que tive diante da Mona Lisa no Louvre parece dialogar com essa provocação. Embora a pintura original me tenha parecido menor e menos vibrante do que as inúmeras reproduções que eu já havia visto ao longo da vida, o encontro com ela ainda assim provocou algo no corpo, algo que escapava à simples comparação entre original e cópia. No entanto, no argumento apresentado no filme de Kiarostami, uma cópia pode produzir a mesma emoção, o mesmo impacto, e até mesmo uma experiência estética comparável à do objeto original.

A afirmação parece ecoar de forma provocativa as inquietações que Benjamin levantava décadas antes. Se a reprodução técnica transforma a maneira como percebemos as obras de arte, talvez também transforme aquilo que reconhecemos como experiência legítima. A cópia, nesse sentido, deixa de ser apenas um clone inferior e passa a ocupar um espaço ambíguo, no qual o valor da obra não depende exclusivamente de sua origem, mas do encontro que ela é capaz de produzir.

Ao longo do filme, a discussão se desloca gradualmente para o plano das relações humanas. Em determinado momento da narrativa, os dois personagens passam a ser confundidos por estranhos como se fossem um casal que está junto há anos. Curiosamente, em vez de corrigirem o engano, passam a assumir esses papéis. A partir desse instante, a história oscila entre duas possibilidades: ou eles são de fato um casal em crise que revive a própria relação, ou estão apenas representando uma ficção improvisada.

Sempre que assisto ao filme, esse ponto da trama me provoca uma sensação de desorientação. Como espectadora, deixo de saber se acompanho uma relação “real” ou uma encenação que se sustenta apenas porque ambos passam a agir como se ela fosse verdadeira. Essa falta de certeza produz um leve deslocamento na percepção, uma espécie de suspensão da evidência entre o que é vivido e o que é representado.

Assim como na discussão sobre a arte, o filme embaralha as fronteiras entre original e cópia. Não sabemos se estamos diante de um relacionamento real ou de uma encenação. O próprio filme deixa em aberto essa possibilidade: talvez sejam um casal que está junto há quinze anos e atravessa uma crise conjugal — hipótese sugerida quando a dona de um café parece reconhecê-los — ou talvez tenham se conhecido naquele mesmo dia e o equívoco da mulher tenha apenas disparado uma espécie de encenação improvisada entre

os dois. Mas, pouco a pouco, essa distinção parece perder importância. O que passa a importar não é se aquela relação é verdadeira ou representada, mas os afetos que ela mobiliza naquele encontro.

Nesse sentido, *Cópia Fiel* radicaliza uma pergunta que já estava implícita na reflexão de Benjamin: se a experiência é aquilo que se produz no encontro entre sujeito e objeto, até que ponto ela depende da autenticidade do que está diante de nós? Talvez o desconforto que o filme provoca no espectador esteja justamente aí na possibilidade de que a força de um encontro não dependa necessariamente da existência de um original, mas do modo como ele é vivido.

Assim como a Mona Lisa no Louvre carregava para mim uma expectativa construída por reproduções anteriores, a relação encenada no filme também se sustenta em narrativas e gestos que já conhecemos. Ainda assim, isso não impede que algo aconteça entre os personagens. A cópia, nesse caso, não aparece simplesmente como uma falsificação, mas como outra forma de experiência. Talvez seja por isso que o filme provoque no espectador aquela sensação particular que relatei. Em vez de resolver o problema entre original e cópia, ele o desloca para um terreno mais instável, que é o da experiência vivida. Assim como diante da pintura de Leonardo da Vinci, aquilo que realmente importa não está apenas no objeto, mas na relação que se constrói diante dele. Se eu tivesse chegado ao Museu do Louvre sem nenhuma história prévia sobre a obra, talvez a experiência fosse outra. No meu caso, porém, o encontro com a Mona Lisa já vinha atravessado por imagens, narrativas e expectativas construídas muito antes, inclusive pelas leituras que eu havia feito.

7.2 Da reprodução da obra à circulação das imagens nas redes sociais

Talvez essa mesma ambiguidade entre experiência e reprodução atravessasse também nossas práticas de captura de imagens. Ao lembrar daquele dia no Louvre, percebo que, em minha tentativa de fotografar a Mona Lisa, eu buscava transformar o encontro em imagem, como se a reprodução pudesse garantir a permanência da experiência. No entanto, vinte anos depois, o que permanece não é a fotografia armazenada em algum arquivo digital que nunca mais abri, mas a memória daquele instante.

Pensada a partir do presente, essa discussão se torna ainda mais provocadora. Se Benjamin escrevia em um momento em que a reprodução técnica se expandia sobretudo por meio da fotografia e do cinema, hoje vivemos em um contexto em que a circulação de imagens parece praticamente infinita e se tornou parte corriqueira da vida cotidiana. Nunca registramos e compartilhamos tantas imagens quanto agora.

Com as redes sociais, a imagem deixou de ser apenas registro de um acontecimento e passou a funcionar como forma de construção da própria experiência. Fotografamos viagens, refeições, paisagens e encontros não apenas para lembrar, mas também para, de certa maneira, confirmar que estivemos ali. A fotografia deixa de ser apenas memória e passa a ser também um gesto de pertencimento que altera a relação entre experiência e imagem. Em muitos casos, o registro antecede o próprio acontecimento.

Observamos o mundo já com a câmera do celular preparada, antecipando o momento em que ele poderá ser transformado em postagem montamos cenas, esperamos o cachorro fazer a pose ideal, pedimos para as crianças simularem comportamentos. A experiência passa a ser vivida, desde o início, como algo potencialmente compartilhável e, muitas vezes, não representa a realidade daquele momento. Quem nunca postou uma foto linda com os filhos brincando em volta, demonstrando paz e tranquilidade, quando a realidade era o verdadeiro caos?

Aqui, as redes sociais também passam a participar da produção de modos de vida. Ao circular imagens de viagens, rotinas, corpos, casa, e objetos, elas ajudam a difundir estilos de vida que passam a funcionar como referências de pertencimento e desejo. Não se trata apenas de mostrar o que se vive, mas também de apresentar modos de viver que podem ser observados, admirados e, muitas vezes, imitados, e que, na maioria das vezes, não correspondem à realidade por trás das câmeras.

O consumo entra nesse circuito de maneira quase imperceptível, e, ao desejar participar desses universos visíveis, desejam-se também os objetos, experiências e práticas que parecem compor aquela vida. Como observa Paula Sibilia, nas culturas digitais contemporâneas, a vida cotidiana tende a se converter em espetáculo, e a visibilidade passa a funcionar como um valor central. Não se trata apenas de registrar acontecimentos, mas de organizar a própria vivência de modo que ela possa ser vista, compartilhada e reconhecida por outros. Essa lógica de exposição permanente também implica uma transformação na forma como a intimidade é construída.

Agora não se trata apenas de cultivar com capricho extremo aquelas zonas da própria vida que se desenvolvem nos espaços outrora considerados privados, mas também é

preciso mostrar tudo isso com habilidade narrativa e perícia estética, lançando mão da "competência midiática" que cada um soube acumular e capitalizar. Por isso, outros despotismos vêm a exercer uma nova torção sobre aqueles mais antigos. Emerge assim, aqui e agora, algo que poderíamos denominar as "tirantias da visibilidade." (SIBILIA, 2016, p. 126-127)

Nesse contexto, a diferença entre o original e a cópia torna-se ainda mais difusa. A imagem publicada em uma rede social não é apenas uma reprodução de um acontecimento vivido, mas muitas vezes a forma através da qual esse acontecimento ganha existência social. Aquilo que foi vivido se converte rapidamente em imagem, legenda, comentário, curtida e circulação. Ocorre então um deslocamento importante, a imagem já não aparece apenas como registro posterior da experiência, mas passa a orientar o próprio modo como os acontecimentos são vividos. Em muitos casos, idealizamos uma imagem e, a partir disso, organizamos o cotidiano para que ela se realize. Assim, certas experiências parecem existir já orientadas para o momento em que poderão ser registradas e compartilhadas. Em certa medida, é como se, para existir socialmente, fosse necessário ser postado.

De certa maneira, a lógica da reprodução técnica descrita por Benjamin parece se radicalizar no contexto contemporâneo. Se, em seu tempo, a fotografia e o cinema já permitiam que as imagens circulassem para além do encontro direto com a obra, hoje vivemos em um ambiente no qual essa disseminação se tornou praticamente incessante. A obra de arte já não ocupa necessariamente o centro da experiência visual. Em seu lugar, encontramos um fluxo contínuo de imagens que disputam atenção e visibilidade em telas que carregamos conosco ao longo de todo o dia. Cada fotografia publicada entra imediatamente em uma cadeia de reproduções, recortes, compartilhamentos e reinterpretações que ampliam sua circulação e multiplicam seus sentidos. Nesse movimento, a imagem deixa de ser apenas o registro de algo que aconteceu e passa a integrar um circuito permanente de exposição.

Se, diante da Mona Lisa, eu senti a necessidade de capturar a imagem para garantir a permanência daquele encontro, nas redes sociais parece ocorrer algo diferente, a própria experiência já nasce orientada para sua reprodução e também para seu quase que imediato desaparecimento.

Essa lógica também atravessa um fenômeno ainda mais recente, que é a produção de imagens pelas inteligências artificiais. Diferente da fotografia, que ao menos parte de um objeto ou acontecimento prévio, as imagens geradas por IA não possuem necessariamente um referente no mundo. Elas são produzidas a partir de bancos imensos de dados, compostos por milhões de imagens já existentes. Nesse processo, a própria ideia

de autoria passa a se tornar mais difusa. Quem é o autor de uma imagem gerada por um sistema que foi treinado a partir de milhares de obras produzidas por outros artistas? Quem hoje consegue assistir a um vídeo ou ver uma fotografia nas redes sociais sem se perguntar se aquilo é real ou não? Mais do que copiar imagens existentes, esses sistemas produzem continuamente novas combinações visuais, mundos possíveis e modulados por dados e algoritmos.

Assim como no filme de Kiarostami, a pergunta talvez já não possa mais ser respondida de forma simples. A relação entre original e cópia deixa de aparecer como uma oposição clara e passa a operar em um terreno mais instável, no qual criação, repetição e recombinação se entrelaçam. Se Benjamin via na reprodução técnica uma mudança profunda da experiência estética, as tecnologias contemporâneas parecem levar essa transformação ainda mais longe. A cópia deixa de ser apenas uma duplicação de algo que já existe e passa a funcionar também como processo de criação.

Isso se torna ainda mais evidente no caso das imagens produzidas por inteligências artificiais. Diferente da fotografia, que parte de um acontecimento ou objeto presente no mundo, essas imagens são geradas a partir da recombinação de bancos de dados compostos por milhões de outras imagens. Elas não reproduzem diretamente um referente específico, mas tampouco surgem de um gesto criativo isolado. Nesse contexto, a própria distinção entre original e cópia torna-se mais difícil de sustentar. Se uma imagem é criada pela primeira vez por uma inteligência artificial, ela não é exatamente uma cópia, mas também é difícil dizer que se trata de um original no sentido tradicional do termo.

Nesse cenário, o encontro com a Mona Lisa se torna ainda mais significativo para mim hoje. Em um mundo saturado por imagens, no qual cada acontecimento pode ser imediatamente registrado, editado e compartilhado, aquele instante silencioso diante da pintura parece pertencer a outra temporalidade. Não porque estivesse livre das mediações técnicas — afinal, eu também tentei fotografá-la —, mas porque, por alguns segundos, a experiência escapou da lógica da reprodução. O que permaneceu não foi a imagem armazenada em algum arquivo digital, mas a memória de um encontro que não precisou ser compartilhado para existir.

Algo semelhante aparece nas experiências que acompanho com as crianças na escola. Quando produzem as imagens em nossas pesquisas, não estão pensando em registrar algo para publicar ou compartilhar, mas, a partir da tela dos tablets e das câmeras, experienciam formas de ver e imaginar o mundo. As imagens surgem ali menos como

registro de um acontecimento e mais como parte do próprio processo de experiência. Talvez seja justamente nesse espaço, entre o acontecimento, a imagem e a imaginação, que a experiência ainda encontre possibilidades de se produzir.

Nota sobre o uso de inteligência artificial na escrita deste ensaio

Os parágrafos apresentados em itálico ao longo deste ensaio foram produzidos com o auxílio de um sistema de inteligência artificial generativa. Optei por mantê-los no texto sem qualquer indicação prévia justamente porque eles tensionam uma das questões que atravessam esta reflexão: em um contexto no qual textos e imagens podem ser produzidos a partir da recombinação de milhões de produções anteriores, ainda podemos falar de originalidade e autoria nos termos tradicionais?

O uso da inteligência artificial, neste caso, não teve como objetivo delegar a escrita do ensaio ao sistema, mas explorar suas possibilidades como parte da própria reflexão proposta. Os trechos gerados foram posteriormente selecionados, revisados e incorporados ao argumento desenvolvido ao longo do texto. Desde o início, este ensaio foi pensado também como um pequeno experimento de escrita, no qual a presença de passagens produzidas por uma inteligência artificial pudesse provocar o leitor a respeito das questões discutidas ao longo das páginas.

Após apresentar ao sistema um trecho do que já havia sido escrito, utilizei o seguinte comando:

"Escreva um parágrafo reflexivo, em linguagem acadêmica, sobre a relação entre original e cópia na produção de imagens nas redes sociais e nas inteligências artificiais, dialogando com as ideias de Walter Benjamin sobre reprodução técnica e que se encaixe entre estes dois parágrafos que enviei."



Oitavo Ensaio:

*Entre o ontem e o agora: Uma escola que
acontece nas bordas*

(...) Por detrás da relação pedagógica estabelecida entre a ignorância e a ciência, seria preciso reconhecer a relação filosófica, muito mais fundamental, entre o embrutecimento e a emancipação. Havia, assim, não dois, mas quatro termos em jogo. O ato de aprender podia ser reproduzido segundo quatro determinações diversamente combinadas: por um mestre emancipador ou por um mestre embrutecedor; por um mestre sábio ou por um mestre ignorante.

— Jacques Rancière, *O mestre Ignorante*, 2020 , p. 32-33.



8.1 – Um descompasso: a mesma escola para outras infâncias

Fui uma criança leitora, gosto que permanece em mim até hoje e que, curiosamente, não pode ser atribuído a um projeto familiar. Meus pais eram professores, mas não cultivavam a leitura em casa, nem a incentivavam diretamente. Ainda assim, na terceira série do primário — hoje segundo ano do ensino fundamental — eu aguardava com expectativa o dia de ir à biblioteca para que Dona Magali tomasse a leitura realizada na semana anterior. O que para muitos colegas aparecia como tarefa avaliativa ou castigo, para mim era uma experiência prazerosa. Foi nesse período que descobri a Coleção Vagalume e tenho alguns desses exemplares até hoje. Nos anos seguintes, li *O Menino no Espelho*, de Fernando Sabino, um livro que atravessou minha infância e que fez parte das minhas leituras também na vida adulta.

Assim, como boa mãe-leitora, sonhei que minha filha também teria prazer em estar diante dos livros. Se eu, que não tive incentivo, descobri o prazer de viajar por entre linhas de história, minha filha, que desde a vida intrauterina dividia minha atenção com calhamaços, estaria certamente no mesmo caminho. Eu só me esqueci de que quase 30 anos e muitas telas separavam minha infância da dela. Passei meu puerpério equilibrando uma recém-nascida que mamava 16 horas por dia com um livro de mais de 500 páginas, e foi nesse momento que percebi que segurar um Kindle em uma das mãos, sem precisar virar páginas físicas, facilitaria muito a tarefa de dar colo à uma bebê de mais de 5 quilos.

Helena teve livros desde muito cedo. Li para ela ainda bebê, deixei que manipulasse livros próprios para sua idade, também os meus, e chegamos a ter até exemplares à prova d'água, que iam conosco para o banho. Durante toda a primeira infância, acreditei que meu projeto silencioso de formar uma leitora havia dado certo. Dividia a casa com uma menina que adormecia todas as noites ao som das histórias que líamos juntas, que no shopping preferia a livraria e que comemorava cada novo volume em sua pequena e colorida biblioteca.

Com a alfabetização, passou a ler sozinha, mas eu seguia por perto, ouvindo suas narrações ainda cheias de tropeços. Aos poucos, a leitura ganhou autonomia: eu me deitava ao lado dela e cada uma de nós permanecia em silêncio com suas próprias histórias. Lembro da última coleção que leu inteira por vontade própria: *Diários da Pilar*, histórias de uma menina que percorre o mundo registrando costumes e culturas em países diferentes.

Quando criança, eu também assistia à televisão, especialmente desenhos animados, mas ela ocupava um lugar delimitado em meu cotidiano e não organizava minhas outras experiências. Com Helena, algo era diferente. Antes mesmo de aprender a ler, as telas — agora portáteis — já participavam de suas rotinas ao lado dos livros. Naquele momento, ainda sem

redes sociais, usava um iPad para vídeos e jogos eventuais, enquanto a televisão permanecia presente. Não substituíam a leitura, mas também não vinham depois dela mas cresciam junto.

Em meados de 2019, então com 8 anos, ela passou a ficar sozinha em casa para que eu pudesse dar pequenas saídas. Pelas câmeras internas do meu apartamento, eu podia observá-la de longe e como não tínhamos telefone fixo, eu ativei um celular antigo para que ela pudesse usar o WhatsApp. Era uma comodidade principalmente para mim, que mesmo do meio de uma reunião, podia digitar mensagens e saber se estava tudo bem. Alguns meses depois, o mundo seria isolado por um vírus, e nós duas ficamos por meses dentro de nossas casas. Tirando o pai e os avós, todas as suas outras relações passaram a ser mediadas por telas.

A escola diária acontecia do quarto, enquanto eu dava aula no escritório, a educação física semanal era na TV da sala, às sextas-feiras, bem no horário da minha faxina. A ginástica rítmica também era na sala, enquanto eu fazia o jantar. Sem falar nas aulas de inglês, piano e artesanato, que aconteciam em frente ao computador do escritório. No final de quase 2 anos, o celular antigo que minha filha usava estava com os dias contados. A Apple anunciou que, em poucos meses, o WhatsApp, a principal utilidade do celular para Helena, não estaria mais disponível naquele modelo antigo.

O mundo estava voltando a ser real, ela já estava de volta à escola, eu às minhas reuniões e aulas presenciais, e um novo celular foi seu presente de Natal em 2021. Eu ainda segurei as redes sociais por algum tempo, mas, quando completou 12 anos, permiti que criasse uma conta no TikTok e, um ano mais tarde, no Instagram. Hoje, 2 anos depois, ela tem cerca de 4 contas em cada um dos aplicativos, uma para a família, uma para os amigos, outras para amigos próximos e assim por diante.

Aos poucos, os livros foram ficando de lado, eram iniciados e nunca terminados. Até os filmes e seriados foram trocados pela tela do celular. Quando percebi esse desinteresse, tentei apelar para os livros que me encantavam quando tinha a mesma idade dela. Voltei a ler com ela e iniciamos pelo *O Jogo do Camaleão*, o meu favorito da Coleção Vagalume. Usamos o exemplar amarelado que guardo até hoje, mas infelizmente, já de cara, não funcionou. Depois disso, levei-a até a biblioteca municipal e ficamos sócias, assim como eu fui um dia. No começo, parecia que Helena estava encantada. Escolheu alguma obra de Monteiro Lobato e mais outros dois que não me recordo, mas chegou o dia da devolução e eles mal foram abertos.

(...) Ainda que hoje se publiquem mais livros que nunca e, periodicamente, vendam-se milhões de exemplares de certos fenômenos editoriais bem determinados, tanto em sua versão impressa como nos formatos digitais mais inovadores, a sociedade contemporânea está fascinada pelos sedutores feitiços das imagens (...) (SIBILIA, 2012, p.63)

Não sei como aconteceu de fato, mas o assunto leitura em casa passou de prazer a tortura. Comprei inúmeros livros, ela escolheu outros tantos que nunca foram lidos até o final. Ameacei, tirei o celular, deixei de castigo e a leitura passava cada vez mais longe daquela criança que um dia esperava ansiosa pelo horário da leitura. Hoje Helena não gosta de ler, não tem paciência, não se concentra, não consegue ficar focada. Aquela garotinha que, aos 3 anos, passava horas montando quebra-cabeças e viajando nas histórias que eu contava, hoje não dá conta de passar 30 minutos com os olhos correndo nas linhas de um livro ou escrever um único parágrafo, diz que não consegue se concentrar.

Na beira do ensino médio e com o fantasma do vestibular já nos assombrando, isso tem sido um assunto muito debatido – e, de certa forma, imposto – por aqui, mas de nada tem adiantado. Tem épocas em que sou mais incisiva, depois me canso e deixo para lá. O celular segue com o tempo de uso restrito, e, nos dias de semana, o tempo que é permitido que ela passe nas redes é pequeno, mas, ainda assim, as telas, especialmente as do celular, sempre me vencem.

A era contemporânea estimula modos performáticos de ser e estar no mundo mais aptos a agir ante o olhar do outro, ou mesmo diante da lente de uma câmera (o reluzente universo da imagem), do que a se retraírem na própria interioridade (o mais antiquado império da palavra). Assim, costuma ser mais fácil e eficaz pôr o corpo em cena para falar ou atuar, inclusive numa tela, ao passo que ler e escrever são tarefas tão solitárias quanto silenciosas. Longe da linhagem das “artes performáticas”, ler e escrever são atividades aparentadas com o artesanal, como esculpir ou trabalhar o barro, como costurar ou tecer. Para realizá-las, é preciso exercer certa pressão contra os ritmos da atualidade. Nessa divergência aloja-se também o problema da timidez como uma “falha” cada vez mais intolerável, que chegou a ser catalogada como uma patologia passível de tratamento neuroquímico. (SIBILIA, 2012, 72-73)

Neste cenário, tanto a leitura como outras atividades que demandam mais foco, atenção e que, de certa forma, são mais lentas, perdem espaço e são deixadas de lado. É como se o gesto de folhear um livro tivesse se tornado anacrônico diante da velocidade do toque nas telas. As histórias que antes pediam paciência e imaginação agora competem com a sucessão infinita de imagens e sons. O que antes acontecia do nosso lado de dentro, como experiência solitária internalizada, agora se projeta para fora, mediada pelo olhar dos outros, pelas curtidas, pelos fluxos de visibilidade que produzem uma falsa sensação de pertencimento.

Percebo, então, que não é apenas minha filha que se dispersa: somos nós, eu, você que está me lendo, os adultos de modo geral, que também temos perdido parte dessa capacidade de demorar, de permanecer, de sustentar o silêncio necessário para o pensamento. Talvez ser leitor hoje seja parte de uma espécie de resistência, um gesto que vai contra a corrente, quase político, contra o ritmo das telas que moldam o tempo e o desejo.

Deixar os livros de lado enquanto as telas estão cada vez mais acesas é uma realidade que acontece não só na minha casa. Os números mais recentes sobre o hábito de leitura em

nosso país revelam um cenário preocupante. Em apenas quatro anos, o Brasil perdeu quase 7 milhões de leitores, segundo a 6ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*¹⁸. Pela primeira vez, a maioria da população se declara não leitora — 53% dos brasileiros afirmaram não ter lido, nem mesmo parcialmente, um único livro, impresso ou digital, nos três meses anteriores à pesquisa.

Entre as crianças mais novas, o cenário ainda me parece positivo. A pesquisa mostra que 38% das crianças de 5 a 10 anos afirmam ler por prazer, e a grande maioria — mais de 80% — diz gostar de ler livros. São dados que revelam uma relação ainda viva, marcada pela curiosidade e pela imaginação próprias da infância. No entanto, à medida que crescem, essas crianças parecem se afastar rapidamente dos livros, como se a leitura fosse sendo substituída por outras formas de distração mediadas pelas telas. O gosto pela leitura resiste, mas é constantemente desafiado pela lógica acelerada e fragmentada da cultura digital, que molda desde cedo o modo como percebem o mundo, o tempo e a si mesmas.

Já entre os adolescentes, a pesquisa mostra que, na faixa etária de 14 a 17 anos, apenas 62% ainda afirmam ler livros, e o dado é ainda mais triste quando se observa o enfraquecimento do papel da escola: somente 19% dos entrevistados disseram ler livros nesse ambiente. É como se, silenciosamente, as histórias estivessem sendo trocadas por telas, os personagens substituídos por perfis e o tempo da leitura, que exige pausa, presença e silêncio, fosse engolido pelo fluxo veloz de notificações.

Talvez o que esteja em jogo não seja apenas a falta de interesse da infância e da adolescência pela desconexão, mas algo que nos atravessa como tempo histórico. Há uma mudança silenciosa — e ao mesmo tempo ruidosa — nas formas de viver, de se concentrar e de se relacionar com o conhecimento. As telas, sempre acesas, alteraram o ritmo da nossa atenção, o modo como ocupamos o tempo e o espaço do pensamento. Ao mesmo tempo que oferecem múltiplas possibilidades de presença, também nos afastam e dispersam. Se antes tínhamos uma infância marcada por pausas, pela espera e pelo tédio, que muitas vezes era criativo, hoje temos crianças capturadas por um fluxo incessante de estímulos. Nesse cenário, a relação não só mas também com os livros se transforma, pois vivemos imersos em uma nova lógica de comunicação e de experiência, na qual o virtual se torna uma dimensão essencial da realidade contemporânea.

¹⁸ Fonte: Instituto Pró-Livro. 6ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, publicada em 19 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.shtml>

Essas são inquietações que me acompanham há anos, atravessam minhas experiências como mãe, professora e pesquisadora e me ajudam a pensar sobre o tempo, sobre os ciclos, sobre o quanto a infância se transforma e sobre o quanto nós, adultos, tentamos entender e controlar essas transformações.

Dia desses, me deparei com a seguinte postagem rolando o feed do meu Instagram. Era uma imagem com crianças em frente à TV com baldes de pipoca, e a seguinte legenda: “*A geração Netflix jamais conhecerá a adrenalina de ir ao banheiro no intervalo da Sessão da Tarde e ouvir o irmão gritando da sala: vai começar*”. Ao ler, senti uma nostalgia absurda. Não tive irmãos, infelizmente, mas dividi minha infância com primos e amigos e, de forma saudosa, pensei em tudo o que a infância tem perdido para as telas e de como eu mesma sentia falta de não estar o tempo todo enredada pelos feeds digitais.

Nesse contraste entre o passado e o presente, percebo o quanto as experiências coletivas de antes — ver um filme junto, esperar o horário do programa de TV começar, dividir o suspense do intervalo — davam forma a um tempo compartilhado. Hoje, as telas individualizam o olhar e fragmentam o tempo, dissolvendo aquela espera comum que marcava o ritmo das pequenas vivências cotidianas. A infância, que antes se desenrolava nos encontros, pausas e repetições, passou a existir em fluxo contínuo, sob o comando de algoritmos que ditam o ritmo e determinam o que, como e quando ver. Essa mudança não é apenas de hábito, mas de estrutura cultural e de modo de ser e estar no mundo. Uma alteração de mundo que parte da transformação da própria televisão e dos meios de comunicação na era da internet.

(...) o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação, já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz de conta vai se tornando realidade. (CASTELLS, 2025, p. 458)

A transformação é evidente, mas ainda assim tento resistir ao saudosismo de dizer que minha infância foi melhor do que a infância de hoje. Ainda que demande um esforço, quero olhar para a realidade contemporânea não como uma perda, mas como outro modo de ser criança. Tive uma infância feita de menos telas e mais intervalos, de mais espera e menos velocidade, assim como a vida adulta de meus pais foi muito mais lenta do que a minha tem sido. A diferença, talvez, esteja no ritmo. No tempo que se alongava entre uma coisa e outra,

no silêncio que cabia entre um acontecimento e o próximo e que hoje parece ter se perdido no fluxo contínuo e insano das telas.

Essa mudança me parece não ser tão somente uma questão tecnológica, mas do tempo como um todo. Na minha infância havia espaço para o tédio, para olhares mais demorados, para brincadeiras inventadas, sem que fôssemos o tempo todo acelerados. Hoje, até as pausas parecem cronometradas. As crianças, como nós adultos, são convocadas o tempo todo a produzir, a responder, a performar. O tempo rarefeito da infância vai sendo substituído por um tempo acelerado, contínuo, que não deixa respiro.

Meu saudosismo ao ler a frase do Instagram sobre comerciais de TV não vem de um passado idealizado, mas de uma maneira mais pausada de habitar o tempo. Talvez, por isso, meu sentimento de que minha filha tem uma infância pior do que a minha talvez esteja menos ligado a uma perda real e mais à mudança no modo como habitamos o tempo. Essa aceleração não altera apenas a rotina das crianças, mas o próprio modo como entendemos o que é ser criança. O que antes se vivia em ritmo mais lento, entre o silêncio, o corpo e o brincar livre, hoje se dá em meio a estímulos incessantes, mediado por telas e por uma lógica de produtividade que alcança até a infância. É justamente nesse ponto que gostaria de pensar a ideia de infância como algo mutável, que acompanha as transformações sociais de tempo e espaço.

Assim, o que entendemos hoje por infância é, antes de tudo, uma invenção que reflete os valores, os ritmos e as expectativas de cada época. E talvez seja justamente por isso que, ao observar minha filha e suas experiências diante das telas, eu não veja apenas uma diferença geracional, mas o retrato de uma outra infância que nasce e se constitui em sintonia com o tempo em que vivemos, sem dever afirmar que essa ou aquela infância é melhor, mas apenas diferente, marcada por modos outros de viver, aprender e socializar.

Ainda de acordo com Ariès (1981), durante a Idade Média, a desvalorização social das mulheres e das crianças era amplamente difundida. Nesse contexto, o período da infância era consideravelmente mais curto do que vemos atualmente. Assim que as crianças deixavam de depender integralmente dos cuidados maternos, passavam a ser percebidas como capazes de compreender e desempenhar atividades semelhantes às dos adultos. Não existia uma separação claramente definida entre o universo infantil e o adulto, seja na vida familiar, social ou no trabalho. Por essa razão, o historiador argumenta que ainda não estava consolidada a ideia de organizar a vida humana em etapas relacionadas ao desenvolvimento físico, mental e intelectual, como ocorre nas sociedades contemporâneas. Segundo Ariès (1981), foi apenas a

partir do século XVII que começou a emergir um primeiro modelo que reconhecia a infância como uma fase específica da vida.

Essa perspectiva nos convida a olhar para a infância contemporânea sem idealizações, reconhecendo que, assim como em outros tempos, ela reflete as condições culturais e tecnológicas do presente. A criança conectada, cercada por telas e interações digitais, não é menos criança do que aquela que habitou um mundo pré-digital ela encontra-se apenas em outra configuração de infância e cultura, mediada por linguagens, temporalidades e experiências próprias de seu tempo histórico.

Isso não significa reduzir a infância a uma etapa fixa nem a um modelo único. Mais do que uma fase que passa, a infância pode ser entendida como um modo de relação com o mundo, marcado pela curiosidade, pela abertura e pela experiência. Nesse sentido, estar diante das telas não torna alguém mais ou menos infante ela, sim, altera as formas dessa experiência, mas não a sua possibilidade.

Ainda assim, essa transformação produz efeitos concretos sobre o modo de existir da infância hoje. Parte das experiências que antes se davam no silêncio da imaginação e no tempo mais lento, como o da leitura ou da brincadeira, passam a acontecer sob a lógica da exposição e da circulação contínua nas telas. Imersas nas tecnologias digitais, as crianças se constituem em um ambiente marcado pela aceleração e pela visibilidade permanente.

A infância, nesse contexto, é atravessada por novas lógicas de subjetivação, nas quais a performance e a conexão tendem a substituir experiências tradicionalmente associadas ao silêncio, ao recolhimento e à interioridade. As telas tornam-se extensões da atenção e do próprio corpo, reorganizando modos de perceber, sentir e existir no mundo. Não se trata apenas da presença de dispositivos tecnológicos no cotidiano infantil, mas de uma transformação mais ampla nas formas de produzir experiência e construir identidades.

Há, como afirma Sibilia (2008), uma mudança cultural que desloca o eixo da subjetividade do “interior” para o “exterior”, isto é, do espaço íntimo do pensamento para o espaço público e performático das redes digitais. Nesse cenário, a constituição do sujeito passa a ocorrer cada vez mais na visibilidade, na partilha constante de experiências e na gestão pública de si, em um ambiente marcado pela circulação de imagens, pela interação contínua e pela expectativa permanente de exposição.

Por todos esses motivos, parece se tratar de um grande movimento de mutação subjetiva, que empurra paulatinamente os eixos do *eu* em direção a outras zonas: do interior para um exterior que não se tematiza como tal, mas como tudo aquilo que os outros podem enxergar a respeito de si mesmo. Um deslocamento daquele psiquismo interiorizado para a pele e para os atos visíveis, do quarto próprio para

as telas de vidro, da intimidade protegida pelas duras paredes do lar para uma extimidade bem editada. (...) (SIBILIA, 2008, p. 127)

Uma infância que vive em um mundo diverso. A partir dessa perspectiva, assumo aqui que a infância não deve ser comparada em termos de melhor ou pior, mas compreendida em suas diferentes configurações históricas. Cada época produz suas linguagens, seus modos de aprender e de se relacionar; afirmar que o vivido por uma geração foi superior ao de outra seria negar essa mutabilidade. A infância, portanto, não é uma essência nem uma categoria universal, mas um modo de existir historicamente produzido, atravessado por transformações culturais, afetivas e tecnológicas.

Se a infância se transforma e a escola é uma das instituições que mais se articulam a ela, torna-se inevitável pensar também em sua própria transformação. Enquanto a vida social das crianças se reorganiza em ritmo acelerado, marcada por novas formas de comunicação e convivência, a instituição escolar parece conservar, em grande medida, a estrutura que a constituiu. A escola que conhecemos ainda carrega marcas de um projeto disciplinar forjado no Brasil Colonial, sustentado na rigidez dos horários, na homogeneidade das turmas, na centralidade do professor e, sobretudo, na maneira como pretende (de) formar a criança, enquadrando a infância em moldes pré-determinados.

8.2 Era uma vez uma escola

Sou filha de professores e, especialmente meu pai, tinha paixão pela docência. Como docente do Ensino Fundamental e Médio, perdi as contas de quantas vezes, durante as conversas com minha mãe, que à época também lecionava, escutei ele, com indignação, dizendo que a escola no Brasil era a mesma desde que Dom Pedro I estava no Brasil. Na época, ainda criança, não conseguia compreender bem o que aquele desabafo, recheado de ironia e descontentamento, bem peculiar de meu pai, queria dizer. Mas hoje, também professora, concordo que nossa estrutura escolar, mesmo em um mundo que é atravessado por constantes transformações, se mantém em modelos arcaicos de formação e ensino. Talvez isso se dê, pois, ao contrário do que prega, a escola, tal como a conhecemos, não nasceu para acolher as infâncias, mas para moldá-las.

Desde suas origens, a pedagogia moderna esteve a serviço de um projeto de formação do sujeito racional, obediente, produtivo. Ela recebe a criança para transformá-la em um adulto ideal ao modelo social hegemônico. Para Kohan (2007), a infância foi historicamente pensada

como um *devir controlável*, um tempo de preparação para a vida adulta. Quando a criança passa a existir de forma outra, como representado na obra de Ariès (1981), é preciso que seja conduzida até a maturidade e, então nasce a instituição escolar para ajudar a conter a criança na infância e conduzi-la para a vida adulta.

(...) O Estado mostra um interesse cada vez maior em formar o caráter das crianças. Surgem assim uma série de instituições com o objetivo de separar e isolar a criança do mundo do adulto, entre elas a escola. A criança adquire um novo espaço dentro e fora da instituição escolar. (KOHAN, 2007, p. 66)

Temos, nesse ponto, então, o surgimento da Pedagogia, que chega como uma forma de governar as crianças, de normalizar e disciplinar a infância. Junto de hospitais, fábricas e prisões, Foucault (1975) coloca a escola entre as instituições modernas que são criadas na mesma lógica, para ordenar corpos e controlar tempos e espaços. Educar, nesse sentido, significava domesticar a infância, conduzi-la para o modelo do sujeito desejado pela sociedade.

Esse modelo de escola no Brasil se consolidou como instituição central já na era colonial. Desde então, a educação foi pensada como instrumento de formação e controle. Primeiro pelos jesuítas, que viam na instrução religiosa a forma de dominar e *civilizar* indígenas, depois pelos impérios e repúblicas que sucederam a colonização, mantendo a escola como espaço de formação de corpos dóceis e cidadãos úteis a um sistema hegemônico. A escola brasileira nasceu, assim, sob a sombra de uma pedagogia moralizadora, excludente e eurocentrada, voltada a manter a ordem e reproduzir hierarquias.

Sibilia (2012) lembra que a escola é uma tecnologia de época, um dispositivo inventado para atender às demandas de um tempo e de um tipo específico de sociedade. O problema é que, ao tentar se manter fiel à sua forma original, ela se torna cada vez mais inadequada ao presente. As paredes que antes serviam para conter corpos e silêncios, agora tentam conter fluxos de informação, de desejo e de atenção.

Hoje, mesmo diante de um mundo profundamente alterado pelas tecnologias digitais, onde a infância está quase completamente conectada e onde já os bebês estão em frente às telas, a escola ainda carrega, em grande parte, o mesmo molde de quando surgiu. Mesmo com toda a tecnologia e as possibilidades às quais elas permitem, insistimos em educar as crianças entre paredes, exigindo silêncio e disciplina. A escola, que um dia foi criada para domesticar corpos, tenta agora conter fluxos de informação, de desejo, de atenção. Mudou o tempo, mudaram as infâncias, mas a forma escolar parece ter permanecido intacta.

Essa rigidez da instituição escola, incapaz de ainda hoje acompanhar as mudanças contemporâneas, se traduz na Lei nº 15.100¹⁹ de 2025, que proíbe o uso de celulares e qualquer outro dispositivo eletrônico portátil durante as aulas, recreios e intervalos, em escolas públicas e privadas da educação básica, a não ser quando para fins pedagógicos ou em situações de acessibilidade, saúde ou emergência. A medida, que pretende conter a dispersão e restaurar a atenção dos alunos, mostra outra tentativa de, com a mesma lógica disciplinar que deu origem à escola moderna, conter a todo custo um movimento inevitável, ao invés de educar/orientar. Não se trata apenas de uma norma administrativa, mas de um gesto simbólico que traduz que, diante de uma infância imersa nas telas, o Estado reafirma a crença de que educar é controlar.

Logo no prefácio do livro *Redes ou Paredes*, Sibilía (2012) traz a questão: será que a escola se tornou obsoleta? Ao ainda acreditar e defender a educação, não posso desprezar a importância da escola, uma ferramenta tão importante na formação humana. Ainda assim, é urgente que pensemos em um novo modelo de escola, muito diferente do que temos hoje, um modelo que ainda replica, em grande parte, a estrutura disciplinar herdada de séculos anteriores e que já não se adequa ao mundo conectado da contemporaneidade.

(...) essa instituição ganha os contornos de uma *tecnologia*: podemos pensá-la como um dispositivo, uma ferramenta ou um intrincado artefato destinado a produzir algo. E não é muito difícil verificar que, aos poucos, essa aparelhagem vai se tornando *incompatível* com os corpos e as subjetividades das crianças hoje. A escola seria, então, uma máquina antiquada. Tanto seus componentes quanto seus modos de funcionamento já não entram facilmente em sintonia com os jovens do século XXI. (SIBILIA, 2012, p. 13)

Porém, enquanto encaramos o discurso recorrente de que a escola é ultrapassada e obsoleta, e que precisa ser reinventada, talvez fosse possível torcer a própria questão. Será que termos uma instituição que ainda se mantém nos moldes de seu nascimento, não faz parte da maneira como o sistema usa a escola para (de)formar as crianças conforme seus próprios interesses? Assim, a permanência de suas formas não indicaria necessariamente um atraso ou incapacidade de adaptação, mas pode revelar outra função.

Nessa elocubração, manter um modelo arcaico de instituição facilitaria a criação de sujeitos que sirvam aos poderes vigentes, transformando a escola em uma *máquina* de produção de subjetividades. Nesse ponto de vista, o atraso não seria uma falha, mas uma estratégia para governar corpos e mentes.

¹⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15100-13-janeiro-2025-796892-publicacaooriginal-174094-pl.html> - acessado em 17 de outubro de 2025.

Segundo Deleuze (1992), a escola moderna, como dispositivo disciplinar, foi sucedida por sociedades de controle, mais difusas e digitais. Porém, isso não significa que as instituições disciplinares perderam valor, ao contrário, muitas delas foram mantidas justamente porque ainda servem ao projeto de modulação e docilização dos corpos. A escola ultrapassada não seria então um resquício do passado, mas um tipo de *erro* controlado que mantém o sujeito dentro de uma forma previsível e obediente, enquanto o mundo fora da escola se torna cada vez mais fluido e descentrado. Nesse sentido, a permanência de uma estrutura escolar arcaica não indicaria apenas atraso, mas a atuação de um dispositivo que regula ritmos, organiza comportamentos e produz subjetividades compatíveis com as exigências sociais vigentes.

Mesmo que ainda cumpra essa função de moldar sujeitos, a escola deixa de ocupar o lugar quase exclusivo de formação diante das novas tecnologias de comunicação e informação, que passaram também a capturar com eficiência o tempo, a atenção e o desejo das crianças e dos jovens. Enquanto a instituição escolar organiza corpos e mentes por meio da disciplina e da repetição, as telas seguem por caminhos mais leves e operam de forma contínua, conectando e modulando comportamentos em fluxo. Se por um lado a escola ainda compartimenta e exclui, as telas conectam e integram, mantendo nossa atenção em um fluxo constante. O papel de ensinar, socializar e produzir subjetividades, antes concentrado sobretudo na escola, passa a acontecer também hoje, de forma quase imperceptível, mas muito mais envolvente, pelas telas. Assim, essa máquina que se mantém arcaica, talvez por conveniência do próprio sistema, se vê agora em descompasso com as novas formas de modulação da subjetividade, mais velozes, sutis e onipresentes.

Para tentar lidar com essa nova condição, a escola buscou inserir as novas tecnologias digitais no seu cotidiano, mas o fez de maneira superficial e mecânica, sem compreender as lógicas que as sustentam. O esforço foi em vão e evidenciou um despreparo por parte das instituições escolares para compreender de que forma essas tecnologias poderiam somar. Ao perceber que não conseguiria competir, nem tampouco estabelecer um diálogo real com esses novos dispositivos, passou a encará-los como inimigos, optando por bani-los de dentro de suas paredes.

Ao invés de incorporar as novas formas de vida e sociabilidade atravessadas pelas tecnologias digitais e reorganizar suas práticas a partir delas, a instituição reafirma seu princípio fundador de controlar o ambiente para produzir determinado tipo de comportamento e impedir outros tantos. Suspende-se o fluxo externo para restabelecer um tempo único, comum e regulado. O gesto não elimina a cultura digital, já que fora dos muros da escola o controle foge

de suas mãos, mas delimita um território onde outra forma de atenção deve vigorar. Nesse sentido, a proibição não funciona apenas como regra administrativa, mas como atualização de um mecanismo disciplinar clássico. Se, nas sociedades de controle, a modulação ocorre de maneira contínua e distribuída, a escola ainda concentra a tarefa de interromper, conter e estabilizar. A criança hiperconectada não é apenas afastada do aparelho, é também obrigada a habitar um regime específico de presença, onde precisa permanecer sentada, em silêncio, praticamente imóvel, e escutar, esperar, para supostamente aprender.

Eu me lembro de 2022, quando estive por alguns meses à frente de uma classe de educação infantil pela primeira vez. Sentia-me insegura e perdida, e toda ajuda era bem-vinda. A monitora responsável pelo acompanhamento de um dos meus alunos, que já trabalhava naquela escola há mais de 15 anos, tornou-se meu grande porto seguro. Ainda assim, algumas de suas atitudes diante de crianças tão pequenas me incomodavam demais.

Se as crianças sentassem tortas na cadeira, ela gritava de onde estivesse para que se reorganizassem e, caso não o fizessem, saía em disparada até eles e colocava à força seus pequenos corpos eretos. Outra situação que me inquietava era a forma como segurava a mãozinha dos que ainda não tinham firmeza com o lápis. Enquanto eu permitia que fizessem o rabisco que quisessem ao imitar as letras da lousa, ela não admitia erros e exigia cópias perfeitas.

Essa pequena janela que vivi me mostra como a escola não se mostra inadequada por não acompanhar integralmente as transformações do mundo, mas justamente eficaz por manter um espaço onde elas são parcialmente suspensas. Seu “atraso” não é simples anacronismo, é condição de funcionamento. Ao conter a circulação incessante de estímulos, a instituição continua produzindo sujeitos capazes de alternar entre fluxos livres e tempos regulados, competência central para a vida social contemporânea. Enquanto as telas permitem, a escola cerceia.

Ainda que saibamos que as tecnologias digitais também modulam, a escola, em vez de abrir-se para compreender as novas linguagens que atravessam as crianças e os jovens, fez o movimento contrário e fechou-se, tentando proteger uma autoridade que já não tem espaço. Assim, assumimos aqui que o gesto de proibir diz muito mais sobre o medo de perder o controle do que sobre qualquer preocupação pedagógica. Essa proibição mostra um receio de que outras formas de aprender, mais livres e conectadas, que permitam outros modos de ser e estar no mundo, sejam permitidos. Ao barrar as telas, a escola vai se tornando uma instituição que fala sozinha, como se ainda pudesse silenciar um mundo que aprendeu a falar por conta própria.

Reconhecer o poder modulador das tecnologias digitais não significa recusá-las, assim como defender a escola não implica mantê-la intocável. Ambas, quando colocadas em diálogo, podem abrir caminhos potentes para novas formas de aprender e de estar no mundo. Não se trata de substituir o professor pelo algoritmo, nem o caderno pela tela, nem tampouco apenas digitalizar o ensino achando que dessa forma estaremos mais próximos da infância moderna, mas de compreender que há, nesse encontro, uma possibilidade de criação, que podemos criar uma dobra em que o digital pode ampliar o estar na escola. Talvez, se trabalharmos com as tecnologias de modo consciente, elas deixem de operar como distração ou ameaça e passem a tornar-se extensão da curiosidade e da experimentação. Talvez seja entre o humano e o técnico, o analógico e o digital, que a educação possa reinventar-se sem perder o que tem de mais essencial: o encontro.

Diante de tudo o que tenho estudado nos últimos 10 anos e, principalmente, em minhas experiências com as crianças na escola, percebo que há espaço para que esse entre ainda que com esforço, seja desenhado. Mesmo em meio à cultura da aceleração e da dispersão, e em uma escola que cerceia, acredito na infância como experiência de tempo e de pensamento, em uma pausa que interrompe o fluxo incessante das telas. Busco encontrar modos outros de ler, de ensinar, de aprender, com e sem telas, na escola e fora dela. É então nessa busca, nas frestas e nos espaços ainda não habitados, que imagino novas possibilidades de encontro com as infâncias.

Tenho pensado muito em um lugar onde a infância possa expressar-se de forma mais lenta, onde as mãos e os pés possam tocar a terra, onde possamos aprender e ensinar de modo inteiro, com o corpo em movimento. Um espaço em que o digital esteja presente como possibilidade e não como ameaça. Nesses meus pensamentos, tenho o desejo de que haja um (re)encantamento da e com a educação, onde ela traga caminhos outros e não formas prontas.

Talvez esse lugar possa existir nas bordas do que ainda chamamos de escola, um território que valide a curiosidade e o movimento como forma de pensamento. Um espaço onde aprender não seja cumprir tarefas, mas viver experiências, onde o tempo da infância seja abrigo e não obstáculo. Então imagino um cotidiano tecido entre natureza, arte e afeto, em que o aprender se confunda com o brincar, e o ensinar aconteça no gesto, no olhar, nas permissões. Um lugar que aconteça com menos respostas e mais perguntas, menos métodos e mais encontros. Um encontro possível, que devolva à infância sua força de invenção e à educação sua razão de existir.



Nono Ensaio

*CEP Kids: natureza, arte e movimento como
abertura para uma pesquisa que continua*

“Há um menino, há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
ele vem pra me dar a mão
Há um passado no meu presente
O sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
o menino me dá a mão
E me fala de coisas bonitas
Que eu acredito que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito,
caráter, bondade, alegria e amor (...)”



9.1 Experimentações entre crianças e cavalos

Desde minhas primeiras memórias, me recordo de ter algum animal enroscado em minhas pernas. Sempre apoiada pelos meus pais, que também eram amantes dos animais, minha infância foi povoada por muitos deles. Hamsters, gatos, cachorros, calopsitas, cobras e tantos outros que atravessaram a casa e os quintais da minha memória. Cresci entre pelos, penas, miados e latidos. Cresci aprendendo a cuidar, a observar, a esperar o tempo do outro. Muito por esse amor que sempre me acompanhou, passei a infância e a adolescência desejando estudar Medicina Veterinária na graduação.

Perto dos 18 anos, quando iniciei o processo de escolha dos vestibulares que faria, a decisão parecia não exigir reflexão e, em todos eles o curso escolhido era o mesmo. Eu não hesitava, não ponderava, não abria margem para alternativas. A impressão que tinha era a de que não havia outra resposta possível. Desde sempre, eu seria médica veterinária. Era menos uma escolha e mais uma identidade já pronta, um roteiro antecipadamente escrito, sem reflexões, sem questionamentos de minha parte se era isso mesmo com o que me identificava.

Muitos anos depois, ainda que os animais permaneçam profundamente presentes em minha vida pessoal e profissional, reconheço como sábia a decisão de ter trilhado outro caminho que não o da Medicina Veterinária. Não foi abandono, tampouco negação do amor primeiro. Foi um deslocamento. E, olhando hoje, percebo que aquele momento foi uma das primeiras experiências de desidentificação que vivi e hoje compreendo que aquilo que sempre nomeei como destino era, talvez, apenas uma narrativa repetida com convicção suficiente para se tornar verdade.

Esse meu percurso se aproxima muito do que tenho vivido no campo da pesquisa. Desde que iniciei meus estudos, ainda na especialização em Educomunicação, em 2014, também passei a responder com a mesma segurança que estudava “Infância e Telas” quando me perguntavam sobre o que eu pesquisava. A expressão me acompanhou na especialização, atravessou o mestrado e seguiu intacta durante os quatro anos de doutorado, como se nomeasse com precisão o território por onde eu caminhava.

Hoje, em retrospecto, reconheço que muito do meu foco na especialização e no mestrado estava, de fato, nas infâncias, sejam elas as minhas memórias de criança, na infância da minha filha, ou nas crianças com quem convivia na escola. Havia de fato a relação de todas essas infâncias com as telas. Ainda assim, talvez, assim como quando a Medicina Veterinária parecia ser o único destino possível, eu estivesse afirmando com convicção algo que ainda estava em

deslocamento. Nomeava como ponto de chegada aquilo que, na verdade, era apenas uma parte do percurso de um pensamento que ainda se mantinha em fluxo.

Foi nesse sentido que, em minha última conversa com o professor César, quando o texto já estava próximo de sua versão final, começamos a pensar no título. Foi então que ele disse: “Agora quero te falar uma coisa que talvez você não goste de ouvir”. Meu coração disparou e rapidamente me questionei: ele já havia afirmado que o texto estava bom, que a escrita estava consistente. O que, naquele momento, poderia ainda soar como problema?

Então, ele completou o raciocínio: “Faz quatro anos que você afirma que estuda infância e telas, mas, a meu ver, você transita sim por diferentes infâncias ao longo da pesquisa, mas ela não é sobre infância”.

Fiquei em silêncio, mas não um silêncio defensivo, nem um silêncio de discordância. Foi um silêncio de reflexão e, finalmente, de reconhecimento. Quando retomei, sorri. Não era tão ruim quanto eu havia imaginado. Na verdade, ele apenas colocava em palavras algo que eu já vinha intuindo há algum tempo, mas que talvez não tivesse tido coragem de verbalizar com clareza.

Assim como, aos 18 anos, a Medicina Veterinária parecia ser o único destino possível, “Infância e Telas” havia se tornado o único caminho pelo qual minha tese poderia transitar. Durante quatro anos eu li, escrevi, pensei, assisti, ouvi e debati sempre pensando e falando sob esse título, mas o que aconteceu foi que construí uma pesquisa atravessada pelas infâncias: a minha, a da minha filha, as das crianças com quem convivia na escola e as das crianças da hípica. A infância estava presente em muitas páginas, em muitas inquietações, em muitos exemplos. Mas a tese não era sobre infância. E, ainda assim, a infância não desaparecia.

Aos poucos, fui compreendendo que ela permanecia na tese, mas não como uma categoria etária ou como um objeto delimitado. A infância aparecia como a experiência de estar diante de algo pela primeira vez, de não saber, de se colocar frente ao mundo sem garantias. Era uma infância que se aproximava menos de uma fase da vida e mais de um modo de estar, de uma abertura ao desconhecido, de um encontro com aquilo que ainda não estava completamente nomeado ou estabilizado. Nesse sentido, a tese era atravessada por infâncias que diziam respeito a esse estado de primeiras vezes, de estranhamento, de experimentação. Talvez por isso ela também fosse, o tempo todo, uma tentativa de pensar o tempo, não apenas como medida cronológica, mas como experiência, como duração, como aquilo que nos atravessava e nos deslocava. Assim, a infância permanecia na tese como uma forma de relação com o mundo, como um gesto de não saber e de se colocar diante do que ainda estava por vir.

Foi nesse deslocamento que reconheci, então, o que de fato se constituía como o eixo da pesquisa: tratava-se de uma tese que pensava a modulação das tecnologias digitais em nossa vida e o modo como elas atravessavam nossas temporalidades, nossas relações, nossos modos de atenção e nossos afetos. A infância não se configurava como objeto central, mas como uma das experiências mais visíveis em que essa modulação se tornava evidente. Ela compunha o pensamento, provocava tensões, tornava a captura mais nítida, ao mesmo tempo em que a tese também a ultrapassava em diversos momentos.

Reconhecer aquilo que o professor César havia acabado de me dizer não diminuía minha pesquisa. Ao contrário, ampliava, a meu ver, seu horizonte. Ao deslocar o foco, compreendi que o que me movia não era apenas a preocupação com as crianças, mas a inquietação diante de um modo de vida que nos atravessava a todos enquanto sociedade, ainda que de formas distintas. Ao assumir isso, percebi que havia pensado uma tese que passava pelas infâncias e que sobretudo caminhava entre crianças, mas que também pensava alguns outros caminhos não infantis.

Diante desse novo olhar, passei a pensar também nisso e conjecturei que talvez as crianças permanecessem tão no centro do meu olhar porque ele também era um olhar modulado e, portanto, modulador. Um olhar que havia aprendido a supor fragilidades, a antecipar riscos e, com isso, a buscar proteção. Mesmo sem perceber, muitas vezes eu via as crianças como frágeis, como seres que necessitavam de tutela constante, como se coubesse a nós, adultos, conter as forças que as atravessavam. Precisei então assumir que havia, nesse gesto, cuidado, mas também controle. Havia amor e entrega, mas também medo.

Assim, enquanto indivíduo igualmente modulado, carrego comigo um saudosismo insistente de quando minha filha tinha três anos. Foi nesse período que iniciei o percurso da minha pesquisa, movida, em grande medida, pelo receio de sua exposição às telas. Havia ali uma tentativa quase silenciosa de preservar algo que eu intuía estar em risco, uma forma de presença, de atenção e de experiência que me parecia ameaçada pela luminosidade constante dos dispositivos.

Hoje, mais de dez anos depois, Helena cresceu. As telas se tornaram parte de sua rotina, de sua própria construção de mundo. E eu, que não consegui freá-las como imaginei que conseguiria, me sinto um tanto frustrada. Preciso então reconhecer que esse percurso acadêmico também foi atravessado por um sentimento difuso de culpa materna, como se pesquisar e escrever sobre isso, pensando em alguma saída para meus próprios conflitos, fosse uma maneira de compensar aquilo que, na vida cotidiana, eu não consegui controlar. Como se compreender

teoricamente a modulação fosse uma forma de digerir, ainda que simbolicamente, aquilo que me escapava na prática.

Em todo esse trajeto, eu também fui sendo modulada pelas telas, que passaram a ocupar, de forma cada vez mais frequente, o nosso cotidiano. No trabalho, no lazer, no ócio, há sempre uma superfície iluminada mediando relações, organizando tarefas, sugerindo conteúdos, capturando a atenção, vendendo produtos e modos de vida. As funcionalidades que prometiam facilitar a vida, as redes sociais que ampliavam conexões, as inteligências artificiais que otimizavam processos, os aplicativos que organizavam rotinas, todos esses dispositivos, com suas lógicas próprias, também me atravessaram e me enredaram. Fui incorporando ritmos acelerados, fragmentando minha atenção, medindo a produtividade, registrando experiências antes mesmo de vivê-las. A ponto de, em muitos momentos, desejar escapar. Escapar não apenas das telas, mas do modo de vida que elas ajudam a estruturar.

Pontuar que esse processo que culmina nesta tese não é apenas um gesto analítico, mas também um movimento de autopreservação, não só como mãe preocupada, mas como indivíduo igualmente modulado, não enfraquece a pesquisa, mas, ao contrário, a situa. Minha inquietação não nasceu de uma posição externa ou moralizante diante das tecnologias digitais, mas de uma experiência concreta, afetiva, atravessada por dualidades. Entre o desejo de proteger e a constatação de que não há um “fora” simples da modulação, fui percebendo que a questão não se restringia às crianças diante das telas. Ela nos envolve a todos em nossos modos de viver, de trabalhar, de nos relacionar, de consumir e de desejar.

Por outro lado, preciso assumir também que há, em mim, essa tensão constante. Ao mesmo tempo em que carrego o instinto de um indivíduo modulado, que aprendeu a identificar riscos e a ver nas crianças fragilidade e necessidade de tutela, há também um outro movimento que insiste em emergir, onde reconheço a potência das infâncias. Se, por um lado, meu olhar treinado pela lógica da proteção tende a enxergar a infância como um lugar habitado por indivíduos vulneráveis, por outro, a convivência cotidiana com as crianças me mostra nelas uma potência de invenção que possibilita escapes.

Essa dualidade me atravessa o tempo todo. Enquanto quero proteger e isolar, também intuo que talvez haja, na infância, uma potência de criação de brechas, de suspensão de ritmos e de invenção de outros modos de estar no mundo. Não como pureza exterior à modulação, mas como campo possível de experimentação.

Ainda que desde que estive na escola, seja como docente ou como pesquisadora, eu tenha ensaiado pensamentos sobre essa potência, foi nas experiências que vivi com as crianças no mundo hípico que essa tensão começou a ganhar mais força.

Pratico hipismo desde 2007 e, desde 2022, quando reencontrei meu marido, que havia sido meu primeiro professor de hipismo e namorado em 2008, passei a dar aulas de Equitação Lúdica para crianças de 2 a 7 anos no Centro Equestre Primavera, hoje também minha casa. Ali, entre os cavalos, comecei a perceber que talvez o escape não esteja na negação das telas, mas na criação de experiências que reorganizam o tempo, o corpo e as relações.

Esse início coincidiu com minhas primeiras turmas da Educação Infantil na rede municipal de Rio Claro e também com o começo do meu doutorado. Eu transitava diariamente entre a escola e a hípica, entre a pesquisa e a prática, e comecei a perceber que aqueles espaços se complementavam.

Na escola, eu dava meus primeiros passos como professora da Educação Infantil e me sentia insegura. Nunca havia estado em uma sala de aula com crianças pequenas, minha experiência na docência até então era com adultos. Quem me ajudava era uma monitora que estava na rede havia mais de vinte anos. Ela foi generosa comigo, me acolhia, me explicava rotinas, me tranquilizava diante das dúvidas. Sou profundamente grata por isso, mas, por outro lado, sua prática com as crianças era marcada por uma rigidez que me inquietava. Ela não permitia que sentassem como quisessem, corrigia a postura constantemente. Quando não sabiam segurar o lápis, ela posicionava a mão da criança e forçava junto com a dela para que copiassem as letras. Eram crianças de quatro anos. Havia uma insistência na forma correta, no traço adequado, na postura “certa”.

Eu observava aquilo com incômodo e, ainda que parte de mim entendesse esses movimentos como zelo pedagógico, eu também começava a me incomodar com a antecipação de exigências, mas, na hípica, eu começava a perceber que fazia algo muito semelhante.

A proposta inicial das minhas aulas na Equitação Lúdica, seguindo o trabalho da professora que eu substituí, era formar atletas. Havia um percurso claro, quase protocolar. As crianças, mesmo quando chegavam com dois ou três anos, já eram inseridas em uma lógica de progressão. Primeiro aprendiam a guiar o cavalo ao passo, mantendo postura, direção e controle. Em seguida, introduzia-se o trote. Depois, a condução autônoma de virar, parar, contornar cones e saltar pequenos obstáculos. Cada etapa cumprida funcionava como pré-requisito para a próxima. Quando demonstravam domínio técnico mínimo, eram encaminhadas

para a chamada “pista de baixo”, onde passavam a integrar aulas em grupo e iniciavam, de fato, no esporte.

Passei a notar o quanto aquela estrutura era atravessada por uma lógica de desempenho e antecipação, e aquilo passou a me incomodar. Mesmo tão pequenas, as crianças eram conduzidas por um roteiro que já as projetava para um futuro atlético. Havia metas implícitas, uma ideia de evolução contínua, um horizonte de performance. O tempo da infância era organizado a partir de uma expectativa de resultado. Ainda que o nome fosse “Equitação Lúdica”, o lúdico muitas vezes funcionava como estratégia de adesão a um processo que, no fundo, seguia um passo a passo bastante definido.

Esse percurso técnico não era apenas uma sequência de habilidades, era também uma pedagogia do corpo. Exigia-se que crianças de três anos mantivessem o tronco erguido, os ombros alinhados, o olhar projetado para frente. Os pés deveriam permanecer corretamente encaixados no estribo, com o calcanhar voltado para baixo. As mãos segurariam as rédeas sem apoiar-se na sela. Mesmo com um corpo ainda muito imaturo, não deveriam se inclinar demais e nem olhar para o chão. Era preciso “olhar longe”, antecipar o percurso, sustentar postura. Corrigia-se o calcanhar, reposicionava-se a coluna, ajustava-se o queixo.

Tudo isso é absolutamente legítimo dentro do esporte. O hipismo, como qualquer prática esportiva, organiza o corpo segundo princípios de técnica, disciplina e repetição. Ele forma, fortalece, estrutura. Há ganhos evidentes na coordenação, equilíbrio, responsabilidade e foco. Mas comecei a perceber que essa organização pressupunha um domínio corporal e uma maturidade atencional que nem sempre dialogavam com o tempo da infância. A lógica esportiva carrega uma rigidez própria, uma exigência de adequação que, aplicada a corpos tão pequenos, começou a me incomodar.

Havia também uma cobrança constante por resultados. Não apenas interna, mas das famílias. Os pais perguntavam: “Já sabe trotar?”, “Quando vai saltar sozinha?”, “Já está pronta para a pista de baixo?”. Quando, em algumas aulas, eu propunha atividades desmontadas, com momentos no chão, de cuidado com o cavalo, de reconhecimento do espaço e contato com a natureza ao redor, surgia a pergunta implícita: “Mas não é para montar?”. Havia uma expectativa de que a hora contratada fosse uma hora inteira sobre o cavalo, como se a permanência fosse sinônimo de progresso. Ainda que, para nós adultos, manter-se uma hora montado já seja fisicamente cansativo, esperava-se que aqueles corpos pequenos sustentassem esse tempo sem dispersão, sem pausa.

Com o passar dos meses, comecei também a perder alunos. As crianças chegavam muito animadas e os pais matriculavam os filhos três vezes por semana, entusiasmados com a ideia de formação esportiva. Mas, após alguns meses, muitas começavam a enjoar. A aula tradicional de hipismo é, em sua estrutura, repetitiva: trota-se dez minutos para cada lado, galopa-se cinco e salta-se o percurso em um minuto, às vezes menos. Paradoxalmente, o que elas mais gostavam de fazer era justamente saltar. E o salto, que concentrava tanta expectativa, durava pouco e exigia muita preparação.

Os muito pequenos, que ainda não trotavam nem galopavam, permaneciam longos períodos ao passo realizando exercícios de força: levantar e sentar na sela por vinte ou trinta minutos, repetir movimentos para ganhar equilíbrio e resistência. Para corpos de três ou quatro anos, aquilo era exaustivo. Eu via o cansaço se instalar antes do fim da aula e o brilho inicial se transformar em resistência. E, pouco a pouco, via também as matrículas diminuírem. Perguntava-me se fazia sentido exigir que uma criança tão pequena sustentasse uma postura técnica ideal enquanto ainda descobria o próprio corpo. Se aquele tronco que insistia em se curvar não estava apenas buscando equilíbrio. Se o olhar que teimava em descer para o chão não era curiosidade. Se as mãos que escorregavam para a sela não eram necessidade de segurança. Se o cansaço não era simplesmente cansaço.

Foi nesse contexto que comecei a fazer alterações. A primeira delas foi reduzir as aulas da Equitação Lúdica de cinquenta para trinta minutos. Houve muita reclamação. Muitos pais, até hoje, questionam se “compensa” levar a criança até lá para apenas meia hora de aula, se não seria “muito caro” para tão pouco tempo. A lógica do custo-benefício aparecia com força e, para muitas famílias, mais minutos montados significariam mais aprendizado e mais resultado. Ainda assim, mantive a decisão. Com a redução do tempo, consegui que mesmo os muito pequenos permanecessem montados durante toda a aula, o que, paradoxalmente, diminuiu as reclamações sobre as atividades “desmontadas”. Para mim, esses momentos fora da sela ampliavam as experiências das crianças; para muitos pais, porém, o esperado era que, ao estarem matriculadas em uma aula de equitação, ainda que lúdica, elas permanecessem montadas durante todo o tempo.

Passei também a introduzir atividades diversas em pista, que trabalhavam a coordenação motora de maneira mais ampla, com bolas, arcos, jogos de lateralidade e desafios de equilíbrio. Inseria dinâmicas corporais, momentos de cuidado com o animal, pequenas abordagens pedagógicas que dialogavam com o que eu estudava e vivenciava na escola. Algumas crianças apresentavam dificuldades motoras e outras, dificuldades de aprendizagem. Havia aquelas que

se interessavam pelo esporte, mas preferiam o cuidado, outras queriam apenas ficar com os cachorros ou visitar as galinhas depois da aula, mas que de alguma forma permaneciam ali.

Com o passar do tempo, a dinâmica das aulas havia se transformado. Mesmo sem uma preocupação constante em corrigir postura e assento, conceitos que aquelas crianças tão pequenas nem entendiam o significado, os pequenos hipistas iam surgindo quase naturalmente e, quando percebíamos, estavam preparados para seguir para a tão sonhada, especialmente para os pais, pista de baixo. Após mais de dois anos de trabalho, eu ainda buscava caminhos para que as crianças aprendessem o esporte, mas, sobretudo, para que encontrassem ali um espaço de experiências com o corpo, o movimento e a natureza.

Como muitos alunos frequentavam as aulas aos sábados e, mensalmente, estávamos ausentes em competições, tornava-se frequente a necessidade de reposições. Diante do ritmo acelerado da rotina das famílias e da minha própria vida, passei a organizar encontros coletivos bimestrais. No entanto, sabendo que não conseguiria conduzir simultaneamente seis ou sete crianças tão pequenas montadas, estruturava encontros de quatro horas, nos quais realizávamos diversas atividades desmontadas e, ao final, cada criança percorria individualmente um trajeto a cavalo.

Na ocasião, eu também entrava na reta final do doutorado, após a qualificação, e sentia cada vez mais a necessidade de buscar alternativas e respiros frente à centralidade das telas na vida das crianças. Depois de três ou quatro encontros, tornou-se evidente que aqueles momentos produziam experiências extremamente ricas. Embora fossem atravessados pelo esporte e orientados pela presença dos cavalos, constituíam-se, sobretudo, como tempos de movimento, convivência, exploração e experiência corporal no contato com a natureza.

Nesse processo, comecei a olhar para aquelas experiências para além de uma mudança de método das aulas. Não era apenas ensinar equitação que eu me sentia impelida a fazer, mas dar condições para que as crianças pudessem viver experiências que escapassem, ainda que temporariamente, à lógica da aceleração, do estímulo contínuo, da captura da atenção e do consumo que tanto têm marcado a infância contemporânea.

Como aponta Paula Sibilia (2008), a infância atual é atravessada por dispositivos que operam na direção da exposição permanente, da rapidez e da hiperestimulação sensorial, produzindo modos de subjetivação cada vez mais adaptados às dinâmicas das telas. Nesse contexto, o tempo da experiência, entendido não como desempenho ou resultado, mas como vivência corporal e sensível, tende a se reduzir. Na hípica, entretanto, algo diferente dava pistas

de que era possível ser experienciado. O ritmo das crianças entre outras crianças, cavalos e natureza parecia contemplar espera e experimentações.

Aos poucos, passei a perceber que aqueles encontros coletivos possibilitavam uma espécie de desaceleração. As crianças corriam, exploravam o espaço, inventavam brincadeiras, cuidavam dos animais, das plantas e permaneciam longos períodos envolvidas em atividades que não dependiam de estímulos digitais ou recompensas imediatas. Mais do que formar atletas, aquele espaço começava a se constituir como um território de experiências, no qual aprender não se restringia apenas ao entendimento da técnica, mas envolvia afetos, vínculos e descobertas produzidas no encontro entre crianças, animais e natureza. Em certa medida, tratava-se também de tensionar aquilo que Deleuze descreve como sociedades de controle, nas quais os processos educativos tendem a operar por modulação contínua dos comportamentos. Ali, ao contrário, surgiam brechas onde a infância podia experimentar outras formas de estar no mundo.

Algo que eu já havia percebido desde o início do trabalho com as crianças e que, ao longo desse processo, tornou-se ainda mais evidente, foi que nem todos os alunos que chegavam à Equitação Lúdica desejavam, de fato, ir para o esporte. Alguns demonstravam insegurança ou pouco interesse em permanecer montados, e muitas sequer ultrapassavam a aula experimental, intimidadas pelo tamanho de um animal como o cavalo. Ainda assim, poderiam permanecer naquele espaço nesse novo modelo. Ali, o vínculo estabelecia-se por outros caminhos: no cuidado com os animais, na circulação livre pela hípica, nas brincadeiras compartilhadas, na convivência com outras crianças e no contato cotidiano com a natureza. Catar ovos das galinhas, fazer arte com ferraduras de cavalo usadas, pescar minhocas nas poças de lama após a chuva ou ajudar no cuidado da horta tornavam-se atividades tão significativas quanto a própria montaria.

Perceber o quanto as crianças gostavam desse novo modelo proposto me fazia perceber que o valor da experiência não estava exclusivamente na prática esportiva, mas na possibilidade de participação em um ambiente capaz de acolher diferentes modos de presença e envolvimento. Estar ali e observar, cuidar, explorar, brincar ou simplesmente habitar o espaço também constituía uma forma legítima de aprendizagem e de relação com o mundo.

Foi nesse deslocamento que comecei a compreender que desses encontros poderia nascer um projeto que abria espaço para formas outras de experiência. Ainda que o esporte permanecesse como referência, a aula deixava de se organizar exclusivamente pela lógica do desempenho ou da progressão técnica, que normalmente orienta práticas educativas e

esportivas. Naquele contexto, estar, cuidar e brincar também se mostravam formas possíveis e legítimas de aprender e de viver a experiência. De certo modo, aqueles encontros produziam pequenas fissuras em relação aos processos de modulação contínua que atravessam a infância contemporânea, instaurando brechas onde outras temporalidades, outros modos de atenção e outras formas de relação com o corpo, com o espaço e com o outro podiam emergir, ainda que de maneira provisória.

Havia quatro anos que a hípica mantinha o projeto *Do Passo ao Galope*, aprovado pela Prefeitura Municipal de Rio Claro, e que oferece aulas de Equitação Lúdica para crianças de baixa renda. O projeto, até então, contemplava exclusivamente as aulas individuais de montaria e, ainda que também estivessem sendo dadas por mim e já preparadas de forma diferente, ainda eram voltadas exclusivamente ao esporte.

Foi então que, aproveitando a existência e a possibilidade de continuidade do projeto, propus sua ampliação para o edital de 2026. Além das aulas de Equitação Lúdica, passei a incluir um período destinado a atividades coletivas, ampliando o tempo de permanência das crianças na hípica e abrindo espaço para experiências em grupo que extrapolavam o ensino técnico do esporte.

Foi nesse movimento de ampliação, atravessado pelas experiências vividas com as crianças na hípica, na escola e pela própria trajetória da pesquisa de doutorado, que nasceu o CEP Kids. O projeto carrega marcas desses anos de investigação e prática e segue como continuidade de uma alma pesquisadora que deseja permanecer em movimento, buscando brechas nos processos de modulação que atravessam a vida contemporânea. Assim, o CEP Kids nasce como uma tentativa de caminhar com as crianças na construção de possibilidades outras de experiência, relação e presença no mundo.

Esse projeto nasce sem a intenção de representar uma resposta definitiva às questões que atravessaram esta pesquisa, mas como uma tentativa de continuidade e permanência delas no plano da prática cotidiana, onde pensar e fazer deixam de ocupar lugares separados. Ao longo deste percurso, tornou-se cada vez mais evidente para mim que discutir telas e processos de modulação não implica necessariamente negar as tecnologias, mas perguntar que outras experiências ainda podem ser possíveis para nós e, especialmente para as crianças, no tempo presente.

Entre livros, escritos, escolas, maternidade, cavalos, terra, modulações, brincadeiras, esperas, telas, cuidados e encontros, fui compreendendo que criar espaços onde a infância possa experimentar outras temporalidades, outros ritmos e outras formas de relação, talvez seja menos

um projeto concluído e mais um exercício permanente de atenção e invenção. Assim, essa pesquisa não se encerra exatamente aqui. Ela pretende seguir acontecendo nos corpos em movimento, nas experiências compartilhadas e nas brechas que continuam a surgir sempre que uma criança encontra tempo e espaço para simplesmente estar, explorar e viver o mundo para além das lógicas que tentam constantemente organizá-la.



Referências Bibliográficas

AZIMOV, Isaac. **Eu Robô**. São Paulo: Aleph, 2014.

BANDEIRA, Manoel de Barros. **Menino do Mato**. São Paulo: Alfaguara, 2015

BRASIL, A. G. **MODULAÇÃO/MONTAGEM: Ensaio sobre biopolítica e experiência estética**. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=9>. Último acesso em 05 de Agosto de 2024.

BUJES, M. I. E. **Infância e Maquinarias**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1904>>. Último acesso em 25 de outubro de 2024.

Bruns, Axel. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond: from production to produsage*. New York: Peter Lang Publishing, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Ronei Venâncio Majer. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

CHISTÉ, Bianca Santos. **Devir –Criança da Matemática: experiências educativas infantis imagéticas**. Tese de Doutorado –Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2015.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu Editora, 2014.

DELEUZE, G. *Post- Scriptum. Sobre as Sociedades de Controle*, in DELEUZE, G. Conversações. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DESMURGET, Michel. **A Fábrica de Cretinos Digitais. Os perigos das telas para nossas crianças**. Traduzido por Mauro Pinheiro. 1ª Edição. São Paulo: Vestígio, 2019.

DELIGNY, Fernand. **O Aracniano e outros textos**. Tradução de Lara de Malimpensa. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GROS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia**. Traduzido por Célia Euvaldo. 2ª Edição. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

GUATTARRI, Felix. **As creches e a iniciação**, in *Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo*. Tradução de Suely Belinha Rolnik. 3ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HAN, Byung-Chul. **O aroma do tempo**. Um ensaio filosófico sobre a arte da demora. Lisboa: Relógio d'Água, 2009

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOHAN, Walter Omar. **A escola como experiência: entrevista com Walter Omar Kohan**. Entrevista concedida a Ivan Rubens Dário Jr. e Luciana Ferreira da Silva. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 1, p. 298–304, jan./abr. 2018.

LEITE, César Donizetti Pereira; CHISTÉ, Bianca. **Imagens de crianças: travessias do universo infantil**. *Educação* (Porto Alegre), v. 38, n. 2, p. 272-279, maio-ago. 2015. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/17764>. Último acesso em 14 de Fevereiro de 2025.

LEITE, César Donizetti Pereira; LEITE, Adriana Pereira; CHRISTOFOLETTI, Rafael. **Infâncias, Olhares e Montagens:**

experiências e pesquisas com crianças e educação. ETD- Educação Temática Digital. Campinas, v.19, n. 2, p. 338-359, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1342>. Último acesso em 14 de Fevereiro de 2025.

LEITE, César Donizetti Pereira. **Blocos, infância e crianças: entre movimentos e ensaios brincantes**. Revista

Digital do LAV – Santa Maria – vol. 14, n. 2, p. 321 – 336 – mai./ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/65767>>. Último acesso em 12 de março de 2025.

LEITE, César Donizetti Pereira; OLIVEIRA, Luana. Pesquisa-experiência: relatos, corpos e acontecimentos. *Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais ? UFSM/RS*, v. 12, p. 134-152, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/40617>. Último acesso em 12 de março de 2025.

LINN, Susan. **Crianças do Consumo: a infância roubada**. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MACHADO, D. **A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais in A Sociedade de Controle: Manipulação e Modulação nas Redes Sociais**. Org. SOUZA, J. ; AVELINO, R. ; SILVEIRA, S. A. D. p. 47-70. São Paulo: Hedra, 2018.

MASSCHELEIN, J. **E-ducando o Olhar: a necessidade de uma pedagogia pobre**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.1, n.33, p. 35-48, jan/jun, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227051005.pdf>. Último acesso em 23 de Janeiro de 2025.

MIAN, M. **Existi resistência nas sociedades de controle? in A Sociedade de Controle: Manipulação e Modulação nas Redes Sociais**. Org. SOUZA, J. ; AVELINO, R. ; SILVEIRA, S. A. D. p. 125-153. São Paulo: Hedra, 2018.

MONTEIRO, C. **Da biopolítica à modulação psicológica social e algoritmos como agente da assimilação neoliberal.** in *A Sociedade de Controle: Manipulação e Modulação nas Redes Sociais*. Org. SOUZA, J. ; AVELINO, R. ; SILVEIRA, S. A. D. p. 105-123. São Paulo: Hedra, 2018.

PRADO, A. L.P.B; MUNGIOLI, M. C. **Educomunicação e Mediação Escolar: Um projeto educ comunicativo para a relação Criança, Desenho Animado e Consumo.** In *Educação & Comunicação*, v. 21 n. 2, . 87-96, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/114485>>. Último acesso em 18 de março de 2025.

PRADO, Ana Lucia Penteado Brandão. **Uma proposta educ comunicativa para mediação da escola na relação: criança, desenho animado e consumo.** 2012. Monografia (Especialização em Gestão da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade.** Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SCHOR, Juliet B. **Nascidos para comprar: uma leitura para orientarmos nossas crianças na era do consumismo.** São Paulo: Editora Gente, 2009.

SERRES, Michel. *A Polegarzinha: Uma nova forma de viver em harmonia, de pensar as instituições, de ser e de saber.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu – A intimidade como espetáculo.** 2 ed. , ver. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA; Joyce. AVELINO; Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (org) *In A Sociedade de Controle.* São Paulo: Hedra, 2018

SOLNT, Rebecca. **A História do Caminhar.** Traduzido por Maria do Carmo Zanini. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SILVEIRA, S.A. **A Noção de modulação e os sistemas algorítmicos.** in *A Sociedade de Controle: Manipulação e Modulação nas Redes Sociais*. Org. SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A.D. p. 31-46. São Paulo: Hedra, 2018.